

Os artistas da Festa

Neste número
Suplemento
com informações
sobre o
programa
de espectáculos
da Festa
do «Avante!»



JORNADA DE PROPAGANDA

No próximo fim-de-semana, em todo o País e com especial atenção às zonas de veraneio, a organização do Partido leva a efeito uma jornada de propáganda sobre a Festa que inclui a distribuição do Suplemento deste número do «Avante!», apresentação de vídeos gigantes, rádios móveis, carros de som e outras iniciativas.

Política cavaquista:

Ataques às autarquias e escândalos financeiros

Nota da
Comissão Política
Pág. 3

AMÉRICA LATINA

Dependência e rumos de libertação

— Artigo de Albano Nunes

Pág. 9

Os emigrantes o voto presidencial e os seus interesses

Pág. 17



Os militares são (antes do mais) cidadãos

Pág. 15

A PAC

— Artigo de Agostinho Lopes

Pág. 14



As organizações dos trabalhadores recusam a contenção salarial que o Governo já avança para 1993 na Função Pública

RESUMO

29 Quarta-feira

O PR promulga o diploma sobre o novo regime de propinas no ensino superior, embora solicitando ao Tribunal Constitucional a sua fiscalização abstracta sucessiva ■ PCP, PS e Verdes abandonam a comissão parlamentar de inquérito ao esvaziamento da Barragem do Maranhão, acusando o PSD de pretender branquear as culpas do Governo no projecto de conclusões que apresentou ■ O INE revela dados que expressam um agravamento do défice da balança comercial portuguesa nos primeiros meses de 1992 ■ Erich Honecker regressa a Berlim, onde é detido e levado para a penitenciária de Moabit ■ Boris Ieltsin pede à Comissão Constitucional do parlamento russo que a nova lei fundamental confira mais poderes ao presidente e ao governo ■ É anunciada a constituição de uma comissão bilateral permanente para a normalização das relações diplomáticas entre Israel e o Vaticano.

30 Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova a construção da nova ponte sobre o Tejo entre Sacavém e o Montijo, bem como novas regras para a condução automóvel ■ A associação Sedes alerta para a falta de debate de ideias na sociedade portuguesa ■ Mota Amaral apresenta as linhas do programa eleitoral do PSD/Açores para as eleições regionais de Outubro ■ O parlamento da Jordânia recusa o projecto de autonomia dos territórios ocupados por Israel, acusando os EUA de quererem impor uma solução que visa liquidar a causa palestina.

31 Sexta-feira

O Grupo Parlamentar do PCP solicita ao presidente da AR a suspensão do processo legislativo sobre a lei da greve ■ Em conferência de imprensa a CGTP recusa qualquer tentativa de contenção salarial e criação de um tecto salarial psicológico ■ O Provedor de Justiça requer ao TC a declaração de inconstitucionalidade do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, e o Presidente da República suscita a fiscalização abstracta do diploma sobre os centros regionais da RTP e da RDP ■ O ministro das Finanças envia aos sindicatos uma proposta de aumentos salariais de 4,5 e 5,5 por cento em 1993 para os trabalhadores da Função Pública ■ «O Independente» publica uma entrevista com Pedro Caldeira, no mesmo dia em que o Governo decreta a liquidação da sua sociedade corretora ■ A AG da ONU aprova a admissão da Geórgia como 179º país membro.

1 Sábado

O parlamento grego ratifica o tratado de Maastricht, com os vo-

tos contra de sete deputados comunistas e um ecologista ■ A PJ desmantela no Algarve uma rede internacional de narcotráfico ■ A Dieta polaca aprova uma nova Constituição provisória.

2 Domingo

O PSD vai «jogar forte em Outubro» para «esmagar o adversário», declara Alberto João Jardim numa festa do PSD/Madeira ■ Realiza-se a primeira volta das eleições presidenciais no Congo ■ O vaivém «Atlântis» coloca em órbita o satélite europeu «Eureka» ■ Na Croácia têm lugar eleições para a Presidência da República e para a Câmara Baixa de 124 deputados.

3 Segunda-feira

Numa primeira reacção às propostas governamentais, estruturas sindicais da Função Pública contestam a tentativa de obrigar os trabalhadores do Estado a pagar uma estratégia pretensamente inflacionária ■ «Os Verdes» fazem o balanço da política de ambiente desde o lançamento do «Livro Branco», acusando o Governo de privilegiar a propaganda e adiar as soluções dos problemas ■ A Interpol é chamada a intervir na busca de Pedro Caldeira, dado como certo no México ■ A França deverá abandonar a base das Flores em 1993, três anos mais cedo que o previsto, revela uma fonte militar à Lusa ■ O Tribunal Constitucional russo suspende sine die o processo sobre o PCUS e os decretos de Ieltsin que o ilegalizaram ■ Rússia e Ucrânia assinam acordo sobre a frota do mar Negro ■ O ANC inicia uma semana de luta, que abre com dois dias de greve geral, para pressionar a formação de um governo de unidade nacional.

4 Terça-feira

É tomada pública a condenação feita pelo Tribunal de Contas ao conselho administrativo da Assembleia Legislativa Regional da Madeira pelas graves irregularidades cometidas nas gerências de 1989 e 1990 ■ Após reunião com a administração da Rodoviária Nacional, o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Centro afirma que «tudo voltou à estaca zero», prosseguindo assim a greve às horas extraordinárias ■ O PCP acusa o Governo de querer transferir «encargos e problemas» para as autarquias sem reforçar o «quadro de competências dos municípios, a sua autonomia e a capacidade efectiva de intervenção» ■ A Amnistia Internacional denuncia a execução de menores no Brasil ■ Respondendo ao apelo do ANC, da Confederação dos Sindicatos da África do Sul e do Partido Comunista Sul-Africano, milhares de trabalhadores cumprem o segundo dia de uma greve geral destinada a obrigar o governo a satisfazer as suas reivindicações.

A Festa

Dentro de um mês, a Quinta da Atalaia abrirá as suas portas para receber as centenas de milhares de visitantes da Festa do «Avante!». Pela terceira vez no terreno que compraram para a sua festa, pela 16ª vez desde que a Festa não passava de um sonho, os comunistas portugueses erguem um tão vasto quanto fraterno espaço de convívio. Durante três dias, construída à força de braços, imaginação, dedicação e entusiasmo, a Festa continua a demonstrar que sonhar vale a pena e construir é possível.

Muito se tem escrito sobre a Festa do «Avante!», muitas vezes se lhe tem anunciado o fim. Impassível, ela regressa todos os anos, ri-se das mortes anunciadas, entra decididamente no quotidiano popular. A Festa do «Avante!» é já e tão-só a Festa. Não precisa de qualificativos, ocupa um lugar único e emblemático na realidade e no imaginário da cultura portuguesa, ganhou o estatuto de realização cíclica, natural como o fluir dos dias e das estações do ano.

Sonho tomado realidade pelo esforço colectivo dos comunistas, a Festa ganhou nos últimos anos ainda um novo peso, um novo significado. Olhando as crises e derrocadas que abalam o mundo, as descrenças que assaltam os espíritos, as desilusões que atormentam o presente e o futuro, houve quem supusesse ter também chegado ao fim esse outro sonho todos os anos reconstruído que é a Festa.

Não acabou, bem pelo contrário se descobriram energias e vontade para avançar para o gigantesco investimento de comprar um terreno que pusesse a Festa ao abrigo das incertezas e das obrigações de um total reconstruir cada ano que passava.

Como é isto possível? Qual o segredo? Que se passa?

É obra dos comunistas portugueses, e eles são diferentes — diz-se.

Será verdade. Mas onde reside a diferença?

Escrevem-se nos dias que vão correndo quilómetros de teorizações sobre o «fim das ideologias». Tenta-se propagar, no fundo, a ideologia de que as ideologias acabaram... Não é fenómeno que a humanidade desconheça o esforço de transformar a ideologia dominante no único e eterno padrão ideológico, desalojando e liquidando todos os outros. A derrocada do socialismo no Leste da Europa e o esforço do capitalismo para estabelecimento de uma hegemonia estendida a todo o planeta cria uma situação objectiva que favorece o novo esforço de decretar o «fim das ideologias», deixando em campo apenas exclusivamente a que enforma os padrões políticos, éticos, estéticos e humanos da sociedade capitalista. As ideias e as ideologias morrem de facto quando deixam de ter suporte material e esse suporte material é, antes de tudo o mais, o esforço humano para as tornar realidade. As ideias são força material quando os homens por elas se batem e as concretizam.

Os comunistas portugueses não decretaram nem aceitam o fim das suas ideias. Pelo contrário, batem-se por elas. E, ao fazê-lo, concedem-lhes a força material que move montanhas. Como-seja o caso de erguer a Festa do «Avante!».

Na Festa, na sua construção, no seu programa, no seu funcionamento, transparecem, nos pequenos e grandes pormenores, as ideias dos comunistas, a sua ideologia, a sua concepção do mundo.

O culto pelo trabalho como padrão dos valores do Homem. A paixão pela criação, pela transformação, pela inteligência e pela imaginação como factores inseparavelmente enriquecedores da criação humana. A solidariedade e a fraternidade no trato e no relacionamento. O respeito pela colectividade e pelo indivíduo, a profunda identificação com o povo e os seus interesses, o constante empenhamento na liberdade e nos seus direitos.

O alcance universal destes valores manifesta-se quando uma Festa, erguida à sua luz, seduz, mobiliza, apaixonada e torna felizes milhares e milhares de homens e mulheres que a visitam e não são comunistas.

Mas a Festa é também uma realização política. A maior realização política e cultural de massas que se realiza em Portugal.

Os comunistas não ocultam o significado político que atribuem à sua realização — nem teriam nenhum motivo para o fazer.

Os comunistas portugueses têm uma visão nobre e elevada da política, que nem se compadece com a tortuosa ambição pelo poder ao serviço da riqueza, nem enjeita as responsabilidades face às necessidades da sociedade e do indivíduo. Não vendem gato por lebre, não ocultam o que fazem, não se escondem atrás de falsas promessas, não mentem, não inventam. Dizem o que fazem e fazem o que dizem.

Desse mundo que é a Festa, desse retrato dos comunistas portugueses que se ergue nestes dias na Quinta da Atalaia, retiremos dois traços, de bem viva actualidade neste Agosto de 1992.

Pelas exposições, pela Grande Feira do Livro e do Disco, pelos palcos de todos os tamanhos da Festa do «Avante!» passa anualmente o que a torna num dos mais marcantes eventos culturais do País e, na sua diversidade e afluência popular, único.

O programa da Festa reflecte uma preocupação constante que, talvez exactamente porque é profunda e assúmda, acaba a desaparecer-se na sua naturalidade: ir tão longe quanto possível na ilustração do que se cria em Portugal, corresponder o mais possível à variedade e diversidade dos gostos, dos anseios, dos padrões de uma afluência de visitantes que se deseja tão grande e tão vária quanto possível.

A Festa é uma prova vivida e estendida por 20 hectares de uma visão não

sectária, aberta, viva e interveniente da cultura e da arte. Da cultura e da arte entendidas como formas de aproximação e de diálogo, não como índices de exclusão ou segregação. Os comunistas não abdicam da crítica, mas não a entendem como um anátema; atribuem um profundo valor à criação, mas não entendem a arte como um luxo; respeitam o trabalho criador dos artistas, mas rejeitam a visão comercial que tende a tolher a criação artística e o acesso do povo a ela.

É esta forma de ver a cultura e a arte que torna possível o constante renovar da Festa, o fascínio que ela exerce sobre quantos querem ver e ouvir o que se faz em Portugal e quantos querem que o povo saiba e conheça o que fazem.

Que diferença entre este universo e o que nos é dado ver no que o rodeia!

Entendida pelos comunistas como forma de convívio e entendimento, a cultura transformou-se, no Governo de Cavaco e Silva, num terreno de batalha campal entre um liberalismo obtuso, uma visão clientelista e opressora e a generalidade dos criadores portugueses. Todas as semanas rebenta um novo conflito, uma demissão, um agravo, um favoritismo imoral, até ao puro acto de censura atrabiliária de que o caso do livro de José Saramago é o mais recente e evidente.

As ideologias estão muito longe de estar mortas. A do cavaquismo mostra-se também no seu comportamento face à cultura. A dos comunistas também.

Dissemos-lo, muitos vezes se decretou a morte da Festa. Os comunistas não teriam — pensou-se e desejou-se — condições para ultrapassar as dificuldades que se erguiam.

Não enfrentámos dificuldades? Não foi difícil? Não parecia, legitimamente, impossível enfrentar obstáculos, resolver problemas técnicos, encontrar meios?

A verdade é que, na política de todos os dias e no construir da Festa, o nosso padrão de realização, de definição de objectivos não é o possível. Não avaliamos a realidade que nos rodeia por aquilo que ela é e define como o possível. Queremos mais. Queremos transformar o existente, não aceitamos a exploração existente, a pobreza existente, as limitações à liberdade que de novo começam a existir, não aceitamos a censura existente, o clientelismo existente. Não aceitamos Maastricht e a perda de soberania, Schengen e as suas polícias, o ditame estrangeiro, o domínio dos monopólios.

Não temos, na verdade, a visão oportunista da política que manda forjar os nossos objectivos em função do que a realidade adversa nos pretende impor como possível. Não. Lançamo-nos à construção da Festa com a mesma determinação que pensamos e concretizamos a política do Partido que somos. Queremos tornar possível o que parece impossível, ou seja, transformar a realidade.

É, aliás, o que caracteriza os revolucionários.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa CODEX. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Gullões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

Unidade das autarquias isola Governo

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida em 3 de Agosto de 1992, debateu alguns aspectos da situação política, económica e social do País.

Como linha de fundo concluiu que o Governo prepara a continuação e aprofundamento de uma séria ofensiva contra os salários e os direitos dos trabalhadores com o pretexto de reduzir a inflação e aproximar os indicadores nominais da economia portuguesa dos indicadores de outros países da CE; e que prepara o Orçamento de Estado para 1993 com base numa séria deterioração dos salários da função pública e na redução de outras despesas públicas através da imposição autoritária de pesados encargos às autarquias.

Entretanto, permanece a falta de incentivos ao sector produtivo (mantendo designadamente altas taxas de juro), o estímulo ao sector financeiro, à especulação, a uma economia dependente e de «casino», bem expressa no caso Pedro Caldeira e em tudo o que o antecedeu, ao mesmo tempo que se mantêm todas as vulnerabilidades, quer perante a conjuntura internacional, quer perante a perspectiva de concorrência no quadro comunitário.

1. Os novos desenvolvimentos do processo de negociação da transferência de novas responsabilidades para os municípios confirmam da parte do Governo uma posição mais orientada para alijar encargos e problemas do que para reforçar o quadro de competências dos municípios, a sua autonomia e capacidade efectiva de intervenção social.

A proposta de transferir responsabilidades para os municípios em domínios como as instalações para as forças de segurança pública, o pagamento do pessoal auxiliar de escolas e das despesas com a acção social escolar, a conservação de monumentos nacionais e de edifícios classificados e o estabelecimento de acordos com instituições de solidariedade social, para além das pesadas implicações financeiras inerentes, traduz uma intenção de empurrar para as autarquias encargos em áreas que as carências tornaram incómodas e onde se têm acumulado, por falta de investimentos da Administração Central, carências que atingem em algumas zonas do país situações de ruptura.

Longe de querer descentralizar, o que o Governo pretende é preparar o Orçamento de Estado para 1993 através de um corte profundo nas despesas públicas, transferindo para as autarquias o desmantelamento das populações, em particular dos pais e encarregados de educação e dos professores, dos beneficiários e pessoal das instituições particulares de solidariedade social e de todos os que encaram a insegurança, em particular nos grandes meios urbanos, como um dos mais graves problemas que os afectam.

O PCP considera vantajoso transferir poderes e meios financeiros correspondentes para as autarquias, mas em termos que correspondam a uma efectiva transferência de capacidade de actuação e que contribuam para a modernização, eficácia, eficiência e participação das populações nas decisões administrativas. Nunca foi essa a política do Governo nem é esse o sentido das presentes propostas.

Não deixa de ser significativo o facto de as chamadas propostas de descentralização serem acompanhadas de crescentes ingerências na actividade autárquica, da frequente partidização da tutela, de campanhas contra o Poder Local e de legislação que lesa a sua democraticidade e autonomia. Ao mesmo tempo, o PSD bloqueia sistematicamente as iniciativas e propostas favoráveis ao Poder Local que o PCP tomou na Assembleia da República, quer a favor dos municípios, quer das freguesias, quer no sentido de instituir as regiões administrativas.

A tentativa de transferir para as autarquias estas responsabilidades corresponde a tentar a sua transformação em meras entidades pagadoras, sem lhes acrescentar de facto capacidade de intervenção no desenvolvimento local e competências efectivas. Esta política não pode deixar de merecer uma viva oposição.

A Comissão Política congratula-se com a unidade das autarquias e dos eleitos autárquicos e com as posições da Associação Nacional dos Municípios que reduziram o Governo ao mais completo isolamento nesta matéria.

Manifesta igualmente a sua preocupação pelas ameaças feitas por Cavaco Silva em Penafiel no sentido de que estas responsabilidades serão impostas mesmo que não haja acordo por parte das autarquias. São declarações bem reveladoras da intolerância e autoritarismo com que o Governo e a sua maioria na Assembleia da República encaram o debate político e a relação entre instituições.

2. A Comissão Política recorda, a propósito da discussão do novo Programa do PSD e da inclusão ou não da criação das regiões administrativas, que esse compromisso foi incluído nos documentos e promessas do PSD na última campanha eleitoral para a Assembleia da República, em particular no Manifesto e no Programa Eleitoral. Assim, é de todo inaceitável que o PSD não só tenha bloqueado o calendário de instituição das regiões administrativas em 1993, proposto pelo PCP e por outros partidos da oposição, como continue a fugir aos seus compromissos eleitorais combatendo a regionalização através das vozes de vários dirigentes. A tentativa de apresentar agora a inclusão da regionalização no projecto de novo Programa do PSD a aprovar em Novembro como uma vitória quase miraculosa de alguns dirigentes não pode eludir que se trata de compromissos que o PSD assumiu na campanha eleitoral e a que tem escandalosamente faltado.

O PCP, na sequência das propostas da última sessão legislativa, tomará na próxima sessão as iniciativas necessárias para prosseguir este objectivo, essencial para cumprir a Constituição, estimular o desenvolvimento regional, enriquecer a vida democrática e reformar a Administração Pública.

3. O escândalo recentemente tornado público com a Sociedade Corretora Pedro Caldeira, e que acontece depois dos «casos» SOFIN, BCI-Valores e a Tavmar, não é, contrariamente a algumas opiniões, um abcesso accidental na economia ou vícios ocasionais de comportamento, por falta de «profissionalismo nas aplicações financeiras», ausência de «profissionalismo e normalidade nos bastidores do mercado» ou porque «o mercado não entende a lógica do sistema de mercado». É antes, e em primeiro lugar, o resultado da economia de casino promovida e incentivada pelo Governo PSD de Cavaco Silva e repetidamente denunciada pelo PCP.

Integrando-se como uma vertente própria mas não autónoma ou marginal da política de recuperação capitalista em curso, as actividades especulativas, os jogos de azar das operações bolsistas, a «financeirização» da economia têm, no caso da Corretora Pedro Caldeira, um expressivo «produto» que permite retirar três ilações de claro significado social, económico e político:

Primeira: a verificação de que «gestores de sucesso» e outros «colunáveis» não desdenham uns lucrozitos extra por via da agiotagem, praticada por novas (?) donas brancas da alta roda. O conhecimento integral da lista dos credores de Pedro Caldeira, que procuravam juros às taxas de 2,5% a 10% ao mês, poderá não causar surpresas mas terá um evidente interesse público.

Segunda: este caso é inseparável de outros como os desmandos na gestão do Sector Empresarial do Estado, na delapidação e atentados ao património de bens públicos, bem evidenciados na negociação em torno da gestão de um banco nacionalizado - o Banco Pinto e Sottomayor -, do pagamento de um crédito de 2 milhões de contos no prazo de 10 anos a uma taxa de juro «simbólica». Recorde-se também o caso da Corretora Tavmar, em que foi lesada a seguradora Império.

Terceira: a cobertura e envolvimento do Governo e de destacadas figuras do PSD e da direita no crescimento e sustentação dessas actividades, quanto mais não fosse pelo laxismo e falta de vigilância na disciplina e controlo da actividade bolsista. Também aqui não é legítimo que o PSD absolva ou promova as causas e queira, com credibilidade, condenar as consequências.

4. Os escândalos bolsistas são também um dos sinais da crise que atinge a economia portuguesa. Sinais que se somam ao crescimento do volume de crédito malparado e do número de salários em atraso, da desaceleração no investimento produtivo, derrapagem da inflação e da queda a pique das exportações depois do 1.º trimestre favorável.

Um «secreto relatório» do Ministério da Indústria dá conta, ao que parece, da situação difícil que vive a actividade industrial. Mas outros ministérios (agricultura, turismo, etc.) poderiam elaborar idênticos «secretos relató-

rios», mas perfeitamente desnecessários face àquilo que é do conhecimento dos agentes económicos e dos portugueses. Um vasto leque de sectores em crise, afectando mais profundamente certas regiões (Vale do Ave, zona de lanifícios da Beira Interior, Douro, Tomar, Ribatejo, etc.), situações de há muito diagnosticadas pelo PCP e organizações de trabalhadores.

Mais interessado em aparecer como bem comportado aos olhos de Bruxelas do que em resolver os problemas dos portugueses, o Governo amarra o País a um «impossível» programa de convergência nominal com as economias dos países desenvolvidos da CEE.

O Governo sacrifica a economia real e o sector produtivo com altas taxas de juro e uma política cambial desajustada. É particularmente exemplar desta política o cotejo entre as dificuldades dos pequenos e médios empresários, dos agricultores, na obtenção do crédito e as elevadas taxas de juro que os esmagam, e o regabofe, já referido, com que um banco nacionalizado beneficiou um crédito de 2 milhões de contos «a taxa de juro muito baixa e muito simbólica, com pagamento a 10 anos», no dizer do beneficiado!

Na busca dessa convergência nominal, o Governo força a redução acelerada da inflação e dos défices orçamentais, procurando reduzir o consumo privado e público dos portugueses. Para isso, não hesita em procurar impor uma brutal contenção salarial, de que é expressão o anúncio de 4,5% para a Função Pública e avisos aos empresários para os «excessos salariais». Ao mesmo tempo, reforça as medidas para um brutal crescimento do desemprego (disponíveis da Função Pública) e procura a redução forçada dos custos das políticas de saúde, ensino e segurança social, com a diminuição das despesas do Orçamento de Estado e o aumento dos pagamentos dos utentes (propinas, taxas moderadoras, etc.).

Continua a ser uma exigência nacional a imediata substituição do Programa de Convergência por uma política económica que privilegie o crescimento e o fortalecimento da estrutura produtiva, a melhoria das condições de vida dos portugueses.

5. A Comissão Política analisou o despacho do Presidente da Assembleia da República que considera não se terem verificado irregularidades na votação de alterações à lei da greve e o consequente envio ao Presidente da República para promulgação. Ao contrário de tal posição, o PCP reitera a opinião de que o procedimento adoptado foi irregular, pelo que o diploma enferma de inconstitucionalidade formal, devendo serem daí extraídas todas as consequências.

6. A Comissão Política examinou o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios da próxima Festa do «Avante!», sublinhando o especial significado da elevada participação militante na sua construção que se tem verificado nas jornadas de trabalho na Atalaia e a necessidade de prosseguir e intensificar o empenhamento de todo o Partido para garantir o sucesso da mais importante realização político-cultural de massas que anualmente se realiza em Portugal.

A Comissão Política salienta a grande qualidade do programa cultural e de espectáculos, já divulgado, desta 16.ª edição da Festa do «Avante!», bem como a importância do comício a realizar no domingo, dia 6 de Setembro, às 17 horas, com intervenção de Álvaro Cunhal, e que, constituindo o acto político central da Festa, será ocasião adequada para a divulgação da análise e das propostas do PCP sobre os problemas da actualidade política, bem como o acto de abertura da Festa, 6.ª-feira, dia 4 de Setembro, às 19 horas, com intervenção de Carlos Carvalhas.

Lisboa, 4 de Agosto de 1992

TRABALHADORES

Patronato têxtil penaliza gravidez e aleitamento

Com fundamento em dois relatórios efectuados em 570 empresas do sector, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (Fesete) anunciou no Porto, a semana passada, que vai apresentar queixa por diversas situações relacionadas com a «violação sistemática dos direitos dos trabalhadores». Segundo a Lusa, essas violações atingem

principalmente as áreas sindicais e sociais incidindo sobretudo no trabalho feminino. De acordo com o jurista Jorge Carvalho, que acompanhou a elaboração dos «dossiers», há «empresas que não dão prémios a trabalhadores que exercem actividade sindical, que participam em plenários ou se queixam ao seu sindicato».

Discriminações

Os dados recolhidos

revelam que são praticadas «discriminações» nos salários de activistas sindicais. Mulheres e trabalhadores que se recusam a fazer trabalho gratuito aos fins-de-semana ou em feriados ficam sem os prémios a que têm direito.

O mesmo jurista acrescentou que são «desrespeitados» os direitos das mulheres, especialmente com a marcação de faltas injustificadas às trabalhadoras que amamen-

tam ou vão às consultas pré-natais.

Ainda de acordo com a Lusa, o dirigente nacional da Fesete, José Fernando, disse que existem salários em atraso em cerca de 150 empresas em todo o País. As dívidas atingem mais de 28 mil trabalhadores. Além disso, em muitas fábricas não são pagos os salários mínimos.

A Fesete responsabilizou os empresários, as associações patronais, o Governo e a Assembleia da República pela situação e reclamou a transferência da tutela da Inspeção-Geral do Trabalho para o poder judicial, nomeadamente para o Ministério Público.

A Federação sindical queixa-se das empresas que considera prevaricadoras à Procuradoria-Geral da República, Provedor de Justiça, presidente e grupos parlamentares da Assembleia da República, Comissão Parlamentar de Direitos,

Liberdades e Garantias, Ministério do Emprego, Inspeção-Geral do Trabalho e Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres.

Por se tratar de «uma

questão de justiça e humanização do Trabalho», o dirigente sindical José Fernando admitiu que a Fesete possa vir a intervir junto da Amnistia Internacional.

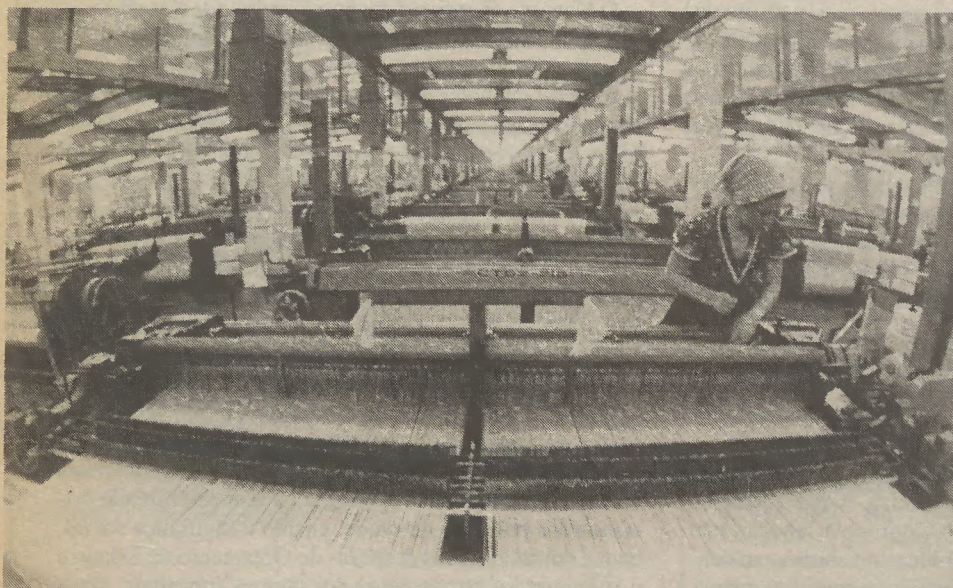
TFP's denunciam política de «excedentes»

Estabelecimentos hospitalares com falta de pessoal, embora tenham feito sentir essa preocupação ao Ministério da Saúde, não evitaram que o Governo enviasse recentemente 400 trabalhadores para o quadro de excedentes. O respectivo decreto é inconstitucional, afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

O STFP SA, numa nota de 30 de Julho, protesta contra o encerramento dos Centros de Saúde Mental e a sua integração nos hospitais, sem que todos os funcionários tenham sido absorvidos pelos respectivos quadros. «Esta situação é completamente inaceitável» — sublinha o sindicato.

Ainda no que respeita a excedentes, o STFP SA refere noutra nota (28.7) os casos dos Matadouros de Vila Franca de Xira e de Sintra, recentemente encerrados por ordem do IROMA (organismo dependente do Governo). Aos trabalhadores foram enviadas cartas para que escolhessem entre «a desvinculação com indemnização e o quadro de excedentes».

Comenta o STFP SA que «a integração de trabalhadores das carreiras específicas dos matadouros no quadro de excedentes» equivale a «atirá-los para a reforma compulsiva, depois de uma longa permanência na inactividade, uma vez que não há formação nem reconversão profissional» para esses trabalhadores.



Ao desemprego junta-se a retirada de direitos num sector onde é predominante o trabalho das mulheres (foto de arquivo)

No «Primeiro de Janeiro» Sindicato insurge-se contra «rateio» de 90 mil contos

Embora reafirme a sua posição já manifestada anteriormente de que o jornal «Primeiro de Janeiro» deveria continuar «como empresa e como órgão de comunicação social», o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Norte, com sede no Porto, insurge-se

contra o facto, que considera «inadmissível», de «uma dívida de 100 mil contos a mais de 200 trabalhadores ter passado para 10 mil contos».

Ao responsabilizar administradores (José Manuel Barroso e Rui Soares) pelo que designa por «vigarice», o Sindicato fala de «grande injustiça cometida contra

os trabalhadores» e cita «exemplos de uma situação que é geral».

Trabalhadores «pressionados» e «empurrados» — escreve o Sindicato — para o desemprego, com mais de 62 e 60 anos de idade e 35 de casa, viram «reduzidas as suas indemnizações de 1600 contos para 160 contos e de 800 contos para 80 contos, respectivamente».

O Sindicato salienta que «é profundamente injusto que as importâncias que a empresa acordou pagar aos trabalhadores, como indemnização pelo seu despedimento, se vissem envolvidas numa teia de critérios que as colocou em igualdade de circunstâncias com credores vendedores de serviços, fornecedores ou negócios imobiliários».

Despedimento colectivo na Efacec é injustificável e incoerente

A possibilidade de despedimento colectivo na Efacec, hoje um grupo de empresas instaladas em Matosinhos, Maia, Ovar, Póvoa do Varzim e Porto — é, para o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte (STIEN), «injusta e desnecessária». Para a Comissão de Trabalhadores (CT), «esta situação não se justifica e peca por incoerente».

Sublinha a CT da Efacec que «todos os dias os operários são confrontados

com trabalho vindo do exterior». Os responsáveis utilizam «mão-de-obra alugada, trabalho extraordinário, à peça (ao domicílio) ou recibo verde».

Em 30 de Julho, a CT explicava, segundo a Lusa, que a situação se agravou com o desmembramento da Efacec em 10 empresas, todas a funcionar nos mesmos espaços físicos, o que resultou na redução de centenas de postos de trabalho.

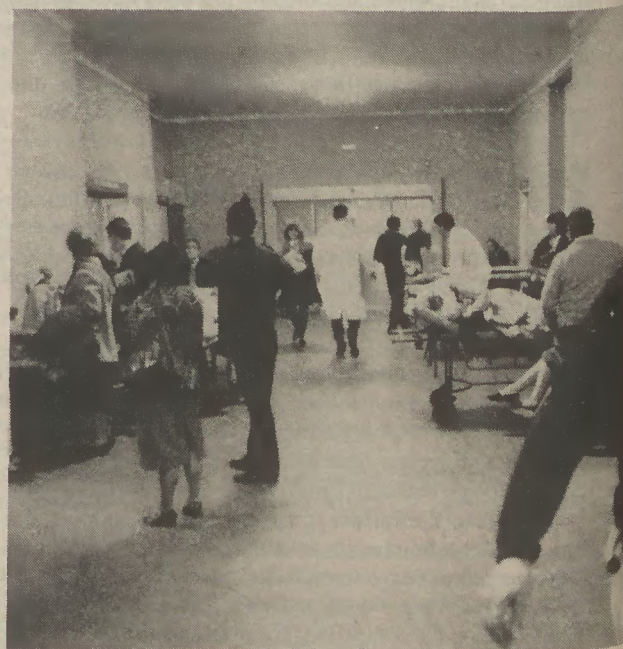
Na altura da reestrutura-

ção, a administração da empresa prometera que não seriam alterados os estatutos dos trabalhadores, bem como as respectivas categorias e remunerações, nem tão-pouco os postos de trabalho corriam perigo. Os trabalhadores acusam a administração de faltar ao que prometeu.

Segundo a Lusa, o STIEN alertou ainda para o facto de, nas empresas Motores Eléctricos e Máquinas Hidráulicas, pertencentes ao

grupo, os trabalhadores estarem a ser vítimas de chantagem, «por forma a serem levados à venda pura e simples do seu posto de trabalho».

Está prevista para o início de Setembro uma reunião entre a Comissão de Trabalhadores e a direcção destas empresas. O ponto único da agenda será a discussão sobre pessoal excedentário e despedimentos colectivos, adiantam as organizações representativas dos trabalhadores.



Agrava-se a situação nos hospitais, devido sobretudo à insuficiência do pessoal de enfermagem (foto de arquivo)

Salários dos bancários

Um novo acordo salarial, com aumentos superiores em 0,8 por cento à inflação verificada em Junho, estaria pronto a ser assinado pelo Sindicato dos Bancários do Norte. Segundo a Lusa (29.7), a direcção do SBN recebeu nesse dia um mandato para essa assinatura da parte da sua assembleia geral, mas o novo texto aguardaria ainda o acordo dos outros dois sindicatos do sector: Sul e Ilhas (SBSI) e Centro, este último com sede em Coimbra. Segundo o SBN, o novo acordo aumenta as diuturnidades e o subsídio de almoço, fixa uma tabela única para os reformados, calculada na base da mais alta actualmente em vigor, e melhora o subsídio de caixa e do preço pago ao quilómetro. A aplicação seria retroactiva a 1 de Julho.

TRABALHADORES

Salários da Função Pública

Falta de seriedade

caracteriza proposta do ministro

A proposta de aumentos salariais da Administração Pública para 1993, apresentada em 31 de Julho pelo Ministério das Finanças, foi muito mal recebida pela generalidade das organizações sindicais. O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, apressou-se a recordar, no mesmo dia, que as próximas negociações salariais têm que ter em conta os valores reais da inflação, o aumento da produtividade, o crescente agravamento da redistribuição da riqueza e a aproximação aos salários médios europeus. Braga de Macedo, ministro das Finanças, enviou em 31 de Julho aos sindicatos da Função Pública a proposta de aumentos salariais diferenciados para 1993. Esses aumentos variam entre 4,5 e 5,5 por cento, disse à Lusa fonte sindical.

De acordo com essa fonte, o documento do Ministério propõe aumentos de 5,5 por cento para os funcionários públicos com salários até 128 100 escudos. Para os trabalhadores

com ordenados superiores, o aumento proposto é de 4,5 por cento. A proposta foi recebida tanto por organizações da CGTP como da UGT.

A proposta foi classificada de tentativa de criação de um «tecto salarial psicológico», de «operação publicitária» destinada a «vender» referenciais «completamente irrealistas e inaceitáveis». As expressões são da CGTP. Para o Sindicato dos Quadros Técnicos (STE), a proposta ministerial é «escandalosa e humilhante». O STE nem sequer recusa a proposta: «Considero-a uma ofensa para os quadros do Estado», disse, à Lusa, Bettencourt Picanço, presidente da direcção.

Por seu turno, a Fesap/UGT considerava também «inaceitável» a proposta de Braga de Macedo. As frentes sindicais negociadoras, quer da CGTP-IN, quer da UGT, manifestaram-se no mesmo sentido. A proposta é mesmo considerada «uma atitude de má-fé» da parte do Governo, que procura



«A revisão salarial agora proposta, caso viesse a concretizar-se, traduzir-se-ia na diminuição do salário real dos trabalhadores, mesmo que viessem a confirmar-se as perspectivas mais optimistas do Governo, quer quanto ao valor da inflação de 1992, quer quanto ao valor por si esperado para 1993 (5 por cento)», sublinhava em 3 de Agosto a Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (foto de arquivo)

assim tornar ainda mais duras as próximas negociações salariais.

Além disso, qualquer proposta de aumentos é prematura nesta ocasião do ano. Recorde-se que as negociações formais entre o Ministério, as duas frentes e o STE só estão previstas para Setembro.

Em conferência de Imprensa de 31 de Julho, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN,

disse que, «fazendo constantemente sucessivos e vazios discursos de modernidade, o senhor ministro não fez mais do que tentar vender a obsoleta opção de utilização da mão-de-obra barata, como meio para

resolver os problemas da economia».

Ao tentar, por outro lado, alterar a lei da greve, ao mesmo tempo que quer impor referenciais inaceitáveis para a negociação colectiva, o Governo está a preparar um período de

«afrontamento e conflitualidade social», disse ainda Manuel Carvalho da Silva, que sublinhou a disposição da CGTP de lutar «com todos os meios» contra as intenções do Governo, tal como têm continuado a manifestar-se.

Luta por salários origina atrasos na Rodoviária

Atrasos superiores a uma hora e a supressão de carreiras na Rodoviária Nacional (RN) de Lisboa são alguns dos efeitos da recusa do trabalho extraordinário por parte dos trabalhadores daquela empresa de camionagem, que pretendem aumentos salariais

idênticos aos que vigoram na RN de Entre Douro e Minho: 13,2 por cento para os motoristas e 11,5 por cento para o pessoal dos outros sectores. A forma de luta adoptada iniciou-se em 13 de Julho e só na zona de Caneças provocou, em média, a supressão de dez

carreiras da parte da manhã. A recusa do trabalho extraordinário fez-se sentir também noutras zonas, como a de Sacavém, Loures-Cacém, Sintra, Abóboda, Cascais, Queluz de Baixo, Odivelas, Bucelas e Santa Iria.



A greve ao serviço extraordinário afectou seriamente o serviço da RN (foto de arquivo)

Futuro da EDP
Federação reúne com secretário de Estado

Anunciada em 31 de Julho, a reunião com o secretário de Estado da Energia, Luís Filipe Pereira, destinou-se anteontem a debater «o presente e o futuro da EDP», num quadro que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal considera contrário à liberalização do mercado de gás e electricidade por parte da maioria dos Estados membros da Comunidade Europeia. A audiência foi solicitada àquele membro do Gover-

no pela FSTIEP. Numa carta ao ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, esta organização de sindicatos recorda designadamente que «a Comunidade Europeia não exige a supressão do monopólio das empresas de electricidade dos Estados membros».

Como consta da mesma carta, divulgada pela FSTIEP em Junho, trata-se também de «debater o impacte que uma reestruturação da empresa poderá ter sobre os trabalhadores da EDP e

acerca dos efeitos negativos que a constituição de novas sociedades pode acarretar para os utentes e o desenvolvimento do País».

Portugal, isto é, o Governo português, tem defendido o «acesso de terceiros à rede». A maioria dos Estados da CE manifestou-se contra esse princípio proposto pela Comissão de Bruxelas. O mesmo sucedeu com sindicatos portugueses e estrangeiros com representatividade no sector.

Mau controlo da aviação civil

Os padrões da segurança aérea devem ser garantidos em Portugal, reclama o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC), que criticou em 31 de Julho as autoridades portuguesas pela falta de controlo da aviação civil. O SPAC diz que quer ter acesso à investigação do acidente aéreo ocorrido quinta-feira passado na serra de Espinho para, segundo comunicado emi-

tido nesse dia, averiguar as condições em que trabalhava o piloto da avioneta, quanto a tempo de voo, repouso, seguro e estatuto laboral.

Lê-se no comunicado do SPAC que «a chamada desregulação tem feito proliferar nos últimos anos numerosas empresas que se dedicam a serviço ou transporte aéreo, muitas das

quais não possuem o mínimo de estruturas nem de meios de idoneidade que garantam uma operação conforme aos padrões da segurança em vigor nos países civilizados».

Segundo a Lusa, que se refere ao comunicado de 30 de Julho, o SPAC apela ainda para a definição de uma «verdadeira autoridade aeronáutica», até agora «adormecida e inoperante».

À venda

Colecção
PROBLEMAS
DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

EX-URSS

edições
dramas!

GÉRARD STREIFF

EX-URSS

UM NOVO
TERCEIRO MUNDOPROBLEMAS DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

Gérard Streiff estava em Moscovo na altura dos trágicos acontecimentos do Verão de 1991, na qualidade de enviado especial do jornal do Partido Comunista Francês, *L'Humanité*. Foi correspondente deste jornal na URSS entre 1982 e 1986 e é autor do livro *La Dynamique Gorbatchev* (1986).

Trata-se, portanto, de uma testemunha particularmente atenta e informada que nos comunica aqui as suas reflexões, ainda «a quente», naturalmente discutíveis, sobre acontecimentos de profundas repercussões para o mundo inteiro.

Quais os obstáculos que se colocaram à *perestroika*? Será fatal passar de um «socialismo burocrático» a um «capitalismo selvagem»? O evoluir da situação, em profunda e diária mutação, poderá já ter desactualizado o texto em aspectos de pormenor. Nem por isso o livro de Gérard Streiff deixa de dar úteis pistas para a reflexão necessária sobre o sentido do que se passou e está a passar na ex-URSS.

Ao encontro das exigências dos trabalhadores

PCP pede anulação da Lei da Greve

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou no final da passada semana ao Presidente da Assembleia da República a nulidade do texto referente à Lei da Greve, imposto pelo PSD em reunião da Comissão Parlamentar de Trabalho, realizada na véspera, o que acarreta o não prosseguimento do processo legislativo (incluindo o envio para o Presidente da República) relativamente àquele diploma.

No requerimento dirigido a Barbosa de Melo, os deputados comunistas recordam que da leitura da acta da reunião plenária de 17 de Julho último e da acta nº 37 da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família, resulta "inequivocamente que não foi votado na especialidade o texto de alguns artigos do diploma do PSD", o que significa do seu ponto de vista que "tais normas são inexistentes".

"A votação dos projectos e das propostas de lei segundo

o artigo 171º, N.º 2 da Constituição da República «compreende uma votação na generalidade, uma votação na especialidade e uma votação final global», observa o requerimento assinado por deputados comunistas, no qual se recorda ainda o que a este respeito escreveram J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira na sua "Constituição da República Portuguesa Anotada".

"A votação na generalidade - dizem estes dois constitucionalistas - versa sobre a oportunidade e o sentido global do projecto ou da proposta de lei; a votação na especialidade destina-se a aprovar o texto de cada um dos preceitos, incidindo portanto sobre cada uma das soluções concretas; a votação final global tem por objecto o texto aprovado na especialidade (e que pode ser alterado mais ou menos profundamente o texto originário submetido a votação na generalidade, permitindo um juízo definitivo sobre ele)".



Os trabalhadores e as suas organizações continuam a manifestar-se das mais variadas formas contra a tentativa do PSD de introduzir alterações à Lei da Greve que visam limitar e condicionar este direito fundamental (na foto, concentração em Belém em Junho último)

Neste conformidade, para os parlamentares do PCP, a argumentação aduzida pelo PSD, segundo a qual «o texto proposto pela Assessoria foi o que resultou da votação final global correspondendo ao seu pensamento legislativo», não tem qualquer suporte face ao disposto na Lei Fundamental.

Depois de recordar que o PSD não questionou o facto de aquelas normas não terem sido votadas na especialida-

de, o requerimento assinala ainda que "nem é verdade que o texto proposto tenha resultado da votação final global", uma vez que, explica, "a votação final global recaí sobre os artigos aprovados na especialidade", nem o pensamento legislativo pode ser apurado de outra forma que não a votação, sendo que, em qualquer caso, "não pode ser presumida uma vez que o seu resultado será sempre desconhecido".

Desastre ecológico do Maranhão PSD tenta branquear responsabilidades

Em protesto contra a forma como o PSD conduziu os trabalhos da Comissão de Inquérito ao desastre ecológico da barragem do Maranhão, deputados de "Os Verdes", PCP e PS abandonaram na passada semana a reunião no decorrer da qual se previa a aprovação do relatório final.

Na base desta acção de repúdio, o modo como os deputados da maioria governamental tentaram deturpar os factos que estiveram na origem da decisão de esvaziar a barragem, a qual viria a provocar a morte de milhares de peixes, conduta que foi considerado pela oposição como uma verdadeira farsa destinada a branquear as responsabilidades do Governo.

André Martins, de "Os Verdes", justificando o seu abandono da reunião da Comissão, assinalou não poder "sustentar um relatório" como o que o PSD forjara, porquanto, disse, havia "que apurar responsabilidades com rigor e isenção com base nos factos", e tal não parecia ser propriamente o objectivo dos deputados laranja, mais interessados no branqueamento do relatório final.

"Só não era branqueado aquilo que era por demais evidente", sublinhou o dirigente do PEV, referindo que as opiniões dos directores-gerais eram consideradas pelos deputados da maioria mais importantes que os factos.

Em idêntico sentido foi também a opinião do deputado comunista Lino de Carvalho, que acusou ainda o PSD de "dar o dito por não dito" e ter posto em causa "pontos que já tinham merecido consenso em anteriores reuniões da Comissão".

Para Lino de Carvalho, que qualificou de "fingimento que não busca a verdade" a atitude do PSD, não deixa igualmente de ser significativo que este partido tenha transformado "um relatório de uma comissão de inquérito no seu próprio relatório e a verdade dos factos na sua verdade".

O PS, por sua vez, considerou que o projecto de conclusões apresentado pelo presidente da Comissão, Fernando Condesso, é "totalmente inadmissível por deturpar factos e visar encobrir responsabilidades".

Depois de referirem que esta postura do PSD transforma os inquéritos parlamentares - que deveriam ser

isentos, rigorosos e objectivos - em "relatórios da maioria com o mero intuito de proteger o Governo", os socialistas concluem que este comportamento "põe em causa a dignidade e a importância das comissões de inquérito e o papel fiscalizador do Parlamento".

Insinuações vergonhosas

Entretanto, tomando também posição sobre o assunto, o secretariado da Comissão Concelhia de Avis do PCP lamenta e repudia a atitude dos deputados do PSD, que «de forma distorcida, querem atribuir à seca os erros do vazamento da barragem do Maranhão, tentando ilibar os governantes da responsabilidade, depois de os mesmos terem assumido publicamente que houve erros».

Apesar de ainda não se conhecer a parte final do relatório da comissão de inquérito para apuramento de responsabilidades sobre o vazamento da barragem, continua a nota do PCP, «é lamentável que os deputados da maioria PSD, depois de terem concluído de quem era a verdadeira responsabilidade, tenham recuado e queiram branquear o seu governo, querendo responsabilizar as entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal de Avis, por actos que não cometeram».

O PCP considera «vergonhoso que se insinue não ter havido prejuízos para a economia da região, que se diga que o peixe estava doente mas, ao mesmo tempo, se pensava que a população o poderia ter consumido».

No comunicado divulgado, a Comissão Concelhia interroga-se sobre se «conheceriam os governantes e os responsáveis dos vários departamentos as actividades económicas que se desenvolviam na região da barragem. Terão perguntado aos agricultores, aos comerciantes, aos industriais, aos pescadores e às populações quais os estragos que o vazamento da barragem lhes causou? Será que os governantes conhecem que as populações desta zona trabalham e vivem da agricultura, do pequeno comércio, da indústria e das actividades que se desenvolvem na barragem e que, com o seu vazamento, deixaram de se praticar?»

Lei das propinas ignora Constituição

— PCP e JCP apelam à continuação da luta

O Presidente da República aprovou a semana passada o novo sistema de propinas, mas remeteu o texto ao Tribunal Constitucional para efeitos de fiscalização

Reagindo à promulgação da lei relativa ao novo sistema de propinas para o Ensino Superior Público e o requerimento enviado ao Tribunal Constitucional de fiscalização abstracta de constitucionalidade de algumas das suas normas por parte do Presidente da República, o gabinete de imprensa do PCP divulgou uma nota que recorda a «oposição frontal e absoluta» dos comunistas ao diploma.

O PCP considera que «a lei que o Governo fez aprovar na Assembleia da República, visando aumentar de uma forma brutal e inaceitável as propinas para a frequência do ensino superior público (...) incorre em flagrante violação do princípio da gratuitidade pro-

gressiva de todos os graus de ensino consagrado no artigo 74º da Constituição da República».

Referindo que «o aumento de propinas constante desse diploma» coloca-as em valores incomportáveis para a maioria dos estudantes e impõe em Portugal «as propinas mais elevadas da Europa», o PCP afirma que são «inteiramente fundadas as objecções suscitadas» quanto à sua conformidade com a Constituição.

«A pendência de um processo de fiscalização de constitucionalidade, associada à veemente contestação e ao forte repúdio que o aumento das propinas suscita, não apenas entre os estudantes e a generalidade dos órgãos universitários,

mas também entre sectores muito vastos da opinião pública portuguesa, tornam claramente insustentável a aplicação da lei das propinas no próximo ano lectivo. Continuam a existir todas as razões para que a luta que tem vindo a ser desenvolvida com determinação pelos estudantes do ensino superior contra a lei das propinas prossiga e se intensifique com a redobrada confiança de que será possível impedir a aplicação dos aumentos de propinas que o Governo pretende impor ao ensino superior público», conclui a nota.

Contrária aos interesses do País

Também a JCP emitiu um comunicado, onde afir-

ma que «a lei agora aprovada pelo PR, estabelecendo um aumento brutal das propinas é profundamente contrária aos interesses dos estudantes e ao desenvolvimento do País. Instituído as propinas proporcionalmente mais caras da Europa, esta lei, caso aplicada, contribuiria para limitar ou mesmo impedir a frequência do ensino superior público a muitos milhares de estudantes, quando é vital para o desenvolvimento do país aumentar significativamente o número de jovens que frequenta o ensino superior e o número de licenciados.

É uma lei contrária à opinião dos estudantes manifestada de forma ampla e combativa em concentrações, manifestações, assembleias e referendos, com votações significativas em inúmeras escolas.

É uma lei elaborada e votada de forma arbitrária e intolerante sem auscultação efectiva às associações de estudantes, ao contrário do que está estabelecido na lei 33/87 - Lei das Associações de Estudantes.

É finalmente uma lei inconstitucional, nomeadamente porque viola o pre-



ceito constitucional que prevê a gratuitidade progressiva do sistema de ensino.

As necessidades do país e os interesses dos estudantes exigem que tal lei não seja aplicada.

Apesar da decisão do PR de enviar a lei ao Tribunal Constitucional para apreciação posterior, a JCP considera que a sua não aplicação depende acima de tudo da manifestação da opinião e da luta dos estudantes que

unidos e determinados têm força bastante para o conseguir.

A JCP apela à unidade e à luta estudantis para impedir que esta lei inaceitável vá para diante ao mesmo tempo que reafirma «a necessidade da melhoria da qualidade do ensino superior, da garantia do financiamento do ensino superior público e da definição dum esquema de apoio social adequado às necessidades dos estudantes».

GM vai reduzir laboração em Setúbal

O Executivo da Comissão Concelhia da Azambuja do PCP veio a público denunciar a grave situação laboral nas empresas do concelho, designadamente na Imformol e na GM.

A administração da GM, depois de ter tentado pressionar os trabalhadores no sentido de não participarem na concentração contra a revisão da lei da greve, no passado dia 26 de Junho, emitiu recentemente um comunicado anunciando que «a empresa pretende deixar de trabalhar no horário das 6.15 às 17.45 horas a partir do dia 1 de Setembro próximo, esperando não ter necessidade de desenvolver um processo de despedimento colectivo para o efeito».

Face a declarações de tal gravidade, o PCP lançou um alerta a todos os trabalhadores para se unirem em torno da defesa dos postos de trabalho. A Comissão Concelhia, «reconhecendo e incentivando a acção, a independência, a autonomia e o carácter unitário dos órgãos representativos dos trabalhadores, não pode deixar de apelar a que desenvolvam todas as acções tendentes à defesa do direito ao trabalho, contra a prepotência da administração, contra o aumento do ritmo de trabalho e a intensificação da exploração, pela defesa dos justos interesses e direitos dos trabalhadores».

Os comunistas qualificam como «formas de repressão, de pressão, de chantagem e de intimidação» as rescisões de contrato pelo chamado mútuo acordo, a generalização crescente do trabalho sem contrato ou dos contratos a prazo, os despedimentos colectivos, as discriminações salariais e os prémios de assiduidade.

Desde logo, o PCP mostrou-se determinado a denunciar junto da opinião pública e da comunicação social esta ofensiva contra os trabalhadores, e disponibilizar os seus eleitos quer na Câmara Municipal quer na Assembleia da República para realizarem encontros com os representantes dos trabalhadores e levar junto dos organismos oficiais locais e centrais o protesto e as preocupações dos trabalhadores do concelho.

Trabalho infantil em Aladoal

A Comissão de Freguesia de Aladoal do PCP denunciou publicamente a forma como as instalações da Junta estão a ser utilizadas por um ceramista que está a empregar mão-de-obra infantil.

Cedidas para fins sociais, nunca visando o lucro nem a exploração de mão-de-obra e muito menos infantil, as instalações referidas estão a ser indevidamente utilizadas pelo ceramista e comerciante, que recorre ao trabalho de crianças da zona mais carenciada da freguesia.

O PCP responsabiliza o presidente da Junta, do Partido Socialista, uma vez que devia ter fiscalizado as actividades ali desenvolvidas e intervido no sentido de impedir o ocorrido. Os comunistas propõem que se realize, de imediato de em sede própria, uma Assembleia de Freguesia extraordinária, para discussão deste problema e apuramento das responsabilidades, para o que deverá ser formada uma comissão de inquérito.

Algarve Falta de verbas comunitárias prejudica programas operacionais

O PCP vai questionar o Governo na Assembleia da República para saber qual a razão por que as verbas comunitárias vindas para o Algarve são insuficientes, declarou Octávio Teixeira, presidente do grupo parlamentar comunista, que se deslocou no passado fim-de-semana a Faro e a Portimão para participar em dois colóquios sobre a situação da economia portuguesa.

Segundo afirmou o parlamentar comunista, a insuficiência da canalização de verbas comunitárias para o Algarve «tem obrigado a eventuais cortes em projectos já aprovados, no âmbito dos programas operacionais para as autarquias».

Nos debates em que participou, Octávio Teixeira considerou que a possibilidade e a perspectiva de ratificar o Tratado de Maastricht «colo-

ca questões de perda de soberania» nomeadamente em matéria monetária e orçamental, apontando como exemplo a criação de um banco central europeu que «irá retirar competências aos bancos centrais, designadamente ao Banco de Portugal».

O dirigente comunista afirmou ainda que a criação de uma moeda única europeia retira a possibilidade de emissão de moeda nacional, colocando questões relacionadas com os défices orçamentais, entre outros.

Também sobre o Tratado de Maastricht, Octávio Teixeira afirmou que o mesmo vai levar à existência de um défice democrático, uma vez que muitas das competências que a união

europeia pretende retirar aos parlamentos nacionais não são transferidas para o parlamento europeu, mas ficam exclusivamente nas mãos dos governos ou da comissão da comunidade, deixando os órgãos eleitos dos parlamentos de poder exercer o seu direito fiscalizador.

Para o deputado do PCP, todas estas questões devem ser «profundamente debatidas para que a população tenha conhecimento do que está em preparação e quais são as perspectivas do Tratado de Maastricht».

Além da sua participação nos colóquios promovidos pela organização regional do Partido, Octávio Teixeira contactou com diversas entidades algarvias, designadamente a Comissão de Coordenação Regional.

CAMARADAS FALECIDOS

AMÉRICO GONÇALVES MENDONÇA

Faleceu Américo Gonçalves Mendonça, que contava 66 anos de idade, era natural da Idanha-a-Nova e residia na Calçada da Ajuda.

CARLOS COLETA

Faleceu, no passado dia 3 de Agosto, Carlos Ramos Coleta, mais conhecido por Kaló. Contava 59 anos de idade, era sapateiro na Mealhada e residia em Murte, no Concelho de Cantanhede.

Membro do Partido antes do 25 de Abril, dedicou toda a sua vida aos ideais da liberdade e da justiça. Era uma figura respeitada na sua terra, onde desenvolvia intensa actividade social e partidária.

HENRIQUE CORREIA DA SILVA

Faleceu, recentemente, Henrique José Correia da Silva, natural e residente em A-dos-Loucos, S. João dos Montes, no concelho de Vila Franca de Xira. Contava 64 anos de idade e era operário reformado da construção civil.

Militava no Partido desde os tempos da sua juventude, desempenhando tarefas durante muitos anos na organização local. Participou, ainda muito jovem, nas históricas greves de 8 e 9 de Maio de 1944.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Sardinhada ao largo de Sesimbra

A tradicional sardinhada de Verão realiza-se no próximo domingo, ao largo de Sesimbra, este ano a bordo do «Santa Mãe», do Natalino, do «Polvinho», do João Manuel e do «Praia Bela», do Manuel José. A partida efectua-se de manhã e os participantes acostarão para o almoço, na praia do Cavalão.

A iniciativa é promovida pela Comissão Concelhia do PCP com o apoio do organismo de armadores e pescadores de Sesimbra.

Está já confirmada a participação de 150 camaradas e amigos de Almada, Seixal e Sesimbra.

Com oito milhões de contos em jogo

Lisboa contesta regime de derramas

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) aprovou, com os votos contra do PSD, uma moção contestando a intenção governamental de alterar o regime de derramas sobre o imposto sobre rendimentos colectivos (IRC).

De acordo com a moção, o município lisboeta poderá perder cerca de oito milhões de contos com a iniciativa do Governo, o que implicará a impossibilidade de concretizar a «execução dos empreendimentos em curso, em matéria de infra-estruturas».

Nesta reunião, o executivo camarário aprovou também, por voto secreto, a

lista dos seus representantes nos órgãos sociais da sociedade «Lisboa-94». Duarte de Almeida representará a CML na Assembleia Geral da sociedade, enquanto Picão Gonçalves foi indicado para secretário da Mesa do mesmo órgão. Para o Conselho de Administração de «Lisboa-94», os vereadores elegeram Adelaide Rocha, Elísio Sumavielle, José Carlos Megre e Ruben de Carvalho, e, para o efectivo do Conselho Fiscal, António João Lopes.

Segundo a proposta aprovada, o representante do município deverá apoiar a eleição de Vítor Constân-

cio para presidente da sociedade, conforme já foi acordado com o Governo.

Os autarcas aprovaram, ainda, a abertura de um concurso público para a construção de equipamentos sociais avaliados em cerca de um milhão de contos. Estas obras incluirão a construção de um Centro de Dia para idosos na Quinta das Flores, em Chelas, (193 mil contos) e ainda diversos equipamentos sociais para o Bairro Padre Cruz (295 mil contos), Bairro das Furnas (200 mil contos), Charneca do Lumiar (120 mil contos) e Zona M1 de Chelas (185 mil).

Sob a batuta de Isaltino Morais Oeiras paga a factura dos «fretes» ao Governo

Oeiras «é um Concelho onde a maioria que governa a Câmara e o seu presidente, através de sucessivas campanhas de propaganda, tentam fazer crer a quem reside dentro e fora do Concelho que melhor que Oeiras só o paraíso», afirma uma nota da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP, que prossegue:

«Acontece que a propaganda, quando é falsa, embora eluda os problemas, nunca os resolveu, e então aqueles que nela acreditam são surpreendidos, quando verificam que em vez do paraíso anunciado (como o do «É bom viver em Oeiras»), o Concelho, apesar dos discursos do presidente, continua a ter mais de cinco mil barracas em que residem cerca de vinte mil pessoas, tem problemas muito sérios na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, continua sem despoluir as ribeiras do Concelho que são verdadeiros esgotos a céu aberto, tem um aumento gravíssimo da criminalidade que provoca insegurança na população, carece de infra-

estruturas básicas nos mais variados sectores».

O Concelho tem ainda «outro problema sério, que é um presidente que fala muito e faz pouco, e, como diz o povo, quem muito fala pouco acerta: assim é com Isaltino de Morais, que com a sua gestão incapaz não chegou a 15% da taxa de execução do plano no primeiro trimestre, e desde que é presidente nunca ultrapassou os 50%, o que também vai acontecer este ano».

Falta a água... e não só

«Tudo isto vem a propósito da falta de água que tem atingido as populações de Barcarena e Porto Salvo, e com a incapacidade da CMO em resolver o problema; Isaltino de Morais, em declarações à RTP, tentou responsabilizar a EPAL pelo problema, quando a única responsável é a Câmara a que preside, pois as infra-estruturas (condutas adutoras e reservatórios) são da sua inteira responsabilidade. Esta situação revela ainda o deficien-

te planeamento da Câmara, que não acompanha o aumento de construção e da população com as correspondentes infra-estruturas nem tem capacidade, por deficiente direcção, de reparar todas as rupturas na rede, o que faz com que 25% da água que entra no Concelho se perca».

Este problema, segundo o PCP, que «requer soluções urgentes», pode vir a não ser resolvido, porque a maioria do PSD na CMO, ao fazer o frete ao Governo decidindo pagar parte da obra de saneamento da Costa do Estoril (obra do poder central), esgotou praticamente a capacidade de investimento dos SMAS, que se vão ver impossibilitados de resolver os problemas da população».

Assim, a Comissão Concelhia de Oeiras do PCP, «solidária com a população atingida, exige que a CMO analise e tome as medidas necessárias à resolução do problema e que, no imediato, tome medidas que, embora provisórias, permitam minorar os problemas da população.»

Barreiro em festa

O Barreiro vai estar em festa, de 14 a 23 de Agosto. Vão ser «10 dias de espectáculos, exposições, um arraial que vai iluminar as ruas da cidade e a tradicional feira com divertimentos», informa a autarquia.

Este ano, as exposições vão ficar repartidas em dois espaços: o Pavilhão Central

e a Escola Secundária Alfredo da Silva. O Pavilhão Central irá receber cinco exposições: **Arte Postal**, com uma mostra dos trabalhos recebidos em diversas edições dos Salões Internacionais de Arte Postal; **Artes Plásticas**, com uma exposição colectiva de cinco artistas barreirenses; **Património**, com

uma mostra de artes náuticas e uma exposição de divulgação do trabalho dos **Transportes Colectivos do Barreiro**. Na Escola Alfredo da Silva vai ficar «alojada» a **Comunidade Africana**, as **Associações Juvenis do Concelho** e mostras de artesanato e casas regionais do Alentejo, Algarve e Beira.

Doações da PL-AECOD no Distrito de Aveiro

A PL-AECOD - Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, contemplou recentemente no Distrito de Aveiro, os Bombeiros Voluntários de Ovar, os Bombeiros Voluntários de Esmoriz e a Cerciepinho com 100 000\$00, 50 000\$00 e 250 000\$00, respectivamente. A entrega destes apoios, aos Corpos Gerentes das referidas ins-

tituições, foi feita por eleitos da CDU em órgãos autárquicos dos concelhos de Ovar, Espinho e Aveiro.

Dando cumprimento ao princípio de «ninguém ser materialmente beneficiado ou prejudicado pelo facto de exercer um cargo público, os eleitos do PCP e outros democratas, após dedução de eventuais encargos, entregam as verbas

que recebem, verbas que a PL-AECOD recolhe e administra», esclarece a DORAV do PCP, que, em nota, acrescenta que «no actual mandato já tinham sido contempladas a Junta de Freguesia de Fiães e a Biblioteca Pública de S. Paio de Oleiros, pelo que os apoios concedidos (no mandato e no Distrito de Aveiro) totalizam 950 contos».

Governo não paga aos Bombeiros do País

O Ministério da Administração Interna (MAI) vai ser solicitado a intervir, na qualidade de entidade tutelar dos Bombeiros, com vista ao desbloqueamento das dívidas em atraso do Ministério da Saúde aos Bombeiros.

A posição, tornada pública na Guarda, surge na sequência de recente reunião, realizada na Batalha, entre o Conselho Administrativo e Técnico (CAT) da Liga

dos Bombeiros Portugueses (LBP) com os presidentes das Federações Distritais de Bombeiros e respectivos delegados do sector da Saúde, para análise do diferendo que opõe a Liga ao Ministério da Saúde.

Aquele organismo nacional de bombeiros pretende a «satisfação dos compromissos que, por força do acordo existente com a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, é

devida às associações de Bombeiros do País».

Um documento remetido aos Corpos de Bombeiros, a que a Agência Lusa teve acesso, refere a preocupação das corporações «pelas consequências ruinosas de ordem financeira que resultam do sistemático incumprimento, pelo Ministério da Saúde, dos pagamentos atempados dos serviços prestados pelas Associações no transporte de doentes em ambulância».

Arruda dos Vinhos Visita a Santiago

Dando cumprimento a um programa de visitas às Freguesias do Concelho, os eleitos da CDU de Arruda dos Vinhos visitaram recentemente a Freguesia de Santiago dos Velhos. Ao tomarem conhecimento das realidades da Freguesia, verificaram «existir situações que necessitam de empenhamento para a sua resolução», nomeadamente em Carvalha, onde os problemas mais gritantes são uma lixeira em péssimas condições, o mau estado nos arruamentos e a não existência de esgotos. Quanto À-do-Mourão, não existe abastecimento de água ao domicílio nem esgotos; entretanto — diz a CDU — «tomou-se conhecimento da situação do caminho Calhandros-Cabeço da Rosa, pelo que iremos diligenciar no sentido da resolução deste problema».

Em Adoseiros, reconhecendo «o esforço que tem vindo a ser feito para resolver o problema do abastecimento de água, muito ainda há a fazer, assim como relativamente ao saneamento básico pela sua interligação», sublinha a Coligação Democrática Unitária, que

chama ainda a atenção para o mau estado das estradas e caminhos municipais, situação, aliás, «comum a todo o Concelho».

Entretanto, a Junta de Freguesia assim como os industriais de sucata «estão receptivos à criação de um parque de sucatas comum com a Freguesia de Arranhó».

Os eleitos da CDU visitaram também as Colectividades de Adoseiros e À-do-Mourão e constatarem o problema das pecuárias «por ser um factor de

degradação ambiental, visto não haver o necessário tratamento». E conclui a Coligação:

«A CDU, privilegiando o contacto com as populações, também tem uma prática de diálogo com os órgãos autárquicos, independentemente da sua composição partidária. Neste sentido, no final da visita reunimos com a Junta de Freguesia, tendo verificado uma grande sensibilidade para os problemas que estão por resolver».

Peixes morrem no Raia

A Câmara Municipal de Mora exige que «o Governo tome medidas urgentes para salvar os peixes que estão a morrer na ribeira do Raia», devido à seca.

Segundo um comunicado da autarquia, grandes quantidades de peixes — barbos, carpas, bogas e outros — estão a morrer nesta ribeira, na zona conhecida por Paço de Cima, devido ao facto de «não ter sido salvaguardado um caudal mínimo de água».

A Câmara pretende, desta forma, solicitar ao Ministério do Ambiente e à Direcção-Geral dos Recursos Naturais medidas urgentes para proteger o ecossistema da ribeira do Raia e «denunciar publicamente a incúria de quem, tendo competência para o fazer, nada fez para minimizar os efeitos nefastos da situação criada».

Forum de S. Paulo

América Latina: dependência e rumos de libertação

1. O 3.º Encontro do Forum de S. Paulo reuniu de 16 a 19 de Julho em Manágua, com a participação de 61 organizações e partidos políticos provenientes de 17 países da América Latina e das Caraíbas e numerosos observadores de África, Ásia, Europa e EUA e Canadá, entre os quais se contava o nosso Partido.

Tratou-se de um acontecimento político muito importante. Desde o 1.º Encontro realizado em S. Paulo em 1990, passando pelo 2.º Encontro na cidade do México, um longo e quase inexplorado caminho unitário foi percorrido. Este processo, que engloba movimentos e partidos políticos com trajectória, influência e matriz ideológica muito diversificadas, confirma-se como um espaço necessário para o diálogo das "diferentes forças democráticas de identidade nacionalista, populares e socialistas" (segundo a definição da "Declaração de Manágua") e, mais do que isso, para a construção dos caminhos de cooperação e de unidade na acção, indispensáveis para alcançar alternativas de independência, democracia e progresso social a nível de cada um e do conjunto dos países da América Latina e Caraíbas.

É um processo de construção difícil mas necessário. Um processo que continua e esperamos se consolide, na linha da "unidade na diversidade" desde o início adoptada pelo Forum de S. Paulo. A decisão, entre outras, de realizar o 4.º Encontro em Julho de 1993 em Havana - a capital de um país que está na primeira linha do combate contra a política de ingerências e pressões do imperialismo norte-americano que pesa sobre todo o continente - reveste-se obviamente de um importante significado.

2. No Encontro estiveram presentes os grandes problemas e tendências do desenvolvimento mundial. A luta dos povos latino-americanos não foi considerada separadamente da luta dos trabalhadores e dos povos dos outros continentes, tanto do "Sul" como do "Norte". Foi expressa a solidariedade para com os povos palestino, da África do Sul e outros, que lutam pela sua libertação. Foi decidida a realização na Europa, no próximo ano, de uma reunião do Forum de S. Paulo com a participação de forças de esquerda do "velho continente". Mas, naturalmente, foi sobretudo da América Latina que se falou.

E falar da América Latina é falar antes do mais da dramática situação social dos seus povos, com o aprofundamento brutal das injustiças e desigualdades sociais, desemprego e subemprego em larga escala, quebra média dos salários reais entre 20 e 30% nos últimos 10 anos (os tais da "década perdida"), 62% da população vivendo na pobreza, analfabetismo, ressurgimento de grandes surtos epidémicos.

É falar de oligarquias, de corrupção generalizada à Colômbia, de repressão. Repressão conduzida por ditaduras ou por "democracias restringidas" como são geralmente caracterizadas, genocídio da população índia camponesa (como na Guatemala), assassinato das "crianças da rua" (Brasil), assassinato de dirigentes políticos progressistas e sindicalistas (Colômbia ou Peru), bombardeamento indiscriminado de populações em zonas de guerrilha (como na Guatemala e na Colômbia).

É falar das pressões e ingerências dos EUA, desde logo contra Cuba (com a qual foi expressa vibrante solidariedade), mas também em relação à Nicarágua, ao México (de que o Acordo de Comércio Livre é um instrumento particularmente sofisticado), à Bolívia, Colômbia e Peru (onde, a pretexto do combate ao narcotráfico estão a instalar as suas forças armadas) ou outros países, incluindo a Argentina, onde Menem (que indulta os militares da ditadura e encarcera os militares de la Tablada) se comporta como peão dos EUA no continente.

É falar dos reais perigos de imposição de novas ditaduras militares (vide Panamá, Haiti, o recente golpe de Fujimori no Peru ou mesmo a Venezuela ante o clamoroso fracasso do governo "social-democrata" de Andrés Perez)

como meio para fazer frente à "ingovernabilidade" de países atravessados por agudas contradições e conflitos de classe e nacionais.

Mas é sobretudo falar numa outra realidade que o Encontro de Manágua particularmente evidenciou: a generalização do descontentamento, da resistência e da luta popular com o surto de formas variadas de organização e intervenção das populações, vastos movimentos de camponeses sem terra, afirmação de um combativo movimento indígena (70 milhões) a nível continental, importantes lutas da classe operária e dos trabalhadores nas empresas pelos seus direitos e em defesa do sector público, esforços de convergência e unidade no plano político e eleitoral das forças de esquerda.

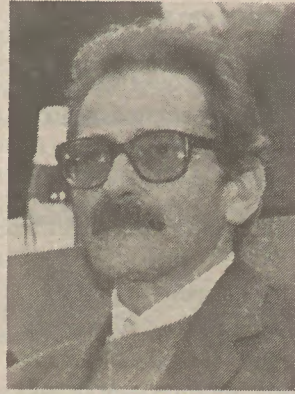
Estas, entre outras, foram realidades que estiveram sempre presentes nos debates no 3.º Encontro do Forum de S. Paulo, centradas na procura de uma alternativa de desenvolvimento ao capitalismo dependente para a América Latina.

3. "A 500 anos de invasão, conquista e colonização da América Latina", romper o ciclo de dependência aberto com a histórica chegada de Cristóvão Colombo a terras do continente, continua a ser objectivo central das forças progressistas e dos povos latino-americanos.

"Invasão, conquista e civilização" sublinha a "Declaração de Manágua". Não "obra civilizadora" nem mesmo mítico "encontro de culturas", conceitos que têm povoado a retórica de interpretações da história que afinal mais não visam que legitimar e perpetuar, sob novas formas embora, a exploração e a opressão das classes dominantes.

A realidade é que desde os tempos da pilhagem do ouro, da prata e de outras riquezas em que se baseou a acumulação primitiva capitalista na Europa, não mais cessou a drenagem dos recursos da América Latina para os países capitalistas desenvolvidos. Antes, com a ocupação e a escravatura. Hoje, com o domínio das multinacionais, o sistema de trocas desiguais, o flagelo da dívida externa. Antes, pela via da exploração colonial, directa e brutal. Hoje, essencialmente através de oligarquias aliadas ou dependentes do "poderoso vizinho do norte" e do imperialismo em geral, com a aplicação das receitas neoliberais do FMI, sem excluir o recurso à intervenção e agressão militar directa, como em Granada ou no Panamá. Amarrada ao pagamento de uma dívida externa colossal, a América Latina subdesenvolvida tornou-se contribuinte líquido do centro capitalista desenvolvido. Calcula-se que a sangria em transferências visíveis e invisíveis se cifre em cerca de 100 mil milhões de dólares por ano. Entretanto, ainda que considerada em termos puramente materiais, a dívida histórica do colonialismo e do imperialismo para com os povos da América Latina atinge valores incalculáveis.

4. Aqui reside a causa fundamental da injusta e explosiva situação social de uma América Latina capitalista. Capitalismo simultaneamente dependente e "selvagem" segundo a caracterização básica feita pela generalidade das organizações e partidos políticos latino-americanos participantes no 3.º Encontro do Forum de S. Paulo. É partindo desta apreciação que - numa situação internacional profundamente desfavorável - se procuram alternativas (económicas, sociais e políticas) que, rompendo com o domínio neocolonial e imperialista e no quadro de uma estreita cooperação económica, tecnológica e cultural dos países latino-americanos ("uma integração a partir de baixo" como refere a Declaração de Manágua) dê expressão ao vasto e diversificado movimento popular de luta que percorre todo o continente e conduza à instauração e consolidação de regimes efectivamente democráticos e populares.



ALBANO NUNES
Membro do Secretariado
do Comité Central

«Falar na América Latina é sobretudo falar da generalização do descontentamento, da resistência e da luta popular com o surto de formas variadas de organização e intervenção das populações»

Naturalmente que a situação é diferente de país para país e, como foi assinalado no Encontro, são absurdas pretensões para construir modelos "a priori" de carácter economicista e tecnocrático, desvinculados da dinâmica real da luta popular e válidos para todo o continente. Mas resulta claro que a estreita "cooperação Sul/Sul" que se propõe à escala continental, conduzida por governos democráticos e combinada com profundas transformações estruturais (e desde logo a solução do problema da terra) é uma perspectiva mobilizadora e aglutinadora das forças progressistas latino-americanas, representa uma alternativa credível à "integração subordinada" que os EUA e as oligarquias no poder estão a tentar impulsionar com iniciativas como a do "MERCOSUR" e outras.

5. Fomos a Manágua para expressar às forças progressistas latino-americanas a nossa solidariedade internacionalista, participar de um esforço unitário que importa alargar a todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas do mundo, levar o testemunho concreto da nossa própria luta, colher experiências e reflexões tão necessárias à reflexão própria do Partido no momento em que preparamos o nosso 14.º Congresso.

Passando por Havana confirmámos a firme determinação dos comunistas e do povo cubano em defender a soberania da sua pátria e a sua revolução socialista. Em Manágua assistimos a um gigantesco e combativo comício comemorativo do 13.º aniversário da Revolução popular sandinista, testemunhámos a impressionante luta dos estudantes universitários que, "invadindo" o salão do hotel onde se realizava o Plenário do Encontro (ao mesmo tempo que ocupavam o Palácio Presidencial), gritavam "somos filhos do povo, não à Universidade dos ricos!" Realizámos numerosos contactos e recebemos informação directa das perspectivas positivas em El Salvador como resultado da luta heróica da FMLN contra a ditadura; do combate corajoso e confiante da UNRG na Guatemala, assim como do Partido Comunista e da Coordenadora Guerrilheira Simon Bolívar na Colômbia; das possibilidades que a crise brasileira abre à acção do Partido dos Trabalhadores e outras forças progressistas; de importantes sucessos, ainda que limitados, noutros países. Simultaneamente ficámos a conhecer melhor reais atrasos, problemas e dificuldades que têm impedido partidos comunistas e outras forças progressistas de grangear o necessário e indispensável apoio popular e afirmar-se como reais alternativas de poder.

Em Manágua, consolidando velhas e sólidas amizades e fazendo amizades novas, contribuímos para o alargamento das relações internacionais do nosso Partido. E verificámos com alegria o prestígio do PCP entre as forças revolucionárias e progressistas latino-americanas.

Voltámos com a confirmação de que, pese embora o triunfalismo e a perigosa arrogância do imperialismo, pesem embora inegáveis dificuldades subjectivas, em nenhum país os trabalhadores e os povos se conformam com o estado de coisas existente e desistem da luta. E com a renovada convicção de que é o socialismo e não o capitalismo, seja na sua forma "selvagem" ou social-democrata, que está em condições de resolver os problemas dos trabalhadores e dos povos.

Eleições em Angola

A dificuldade não vai estar na escolha

Escolha é o que parece não ir faltar aos angolanos quando forem às urnas decidir quem vai ser o próximo Presidente da República. Escolha verdadeira? O futuro o dirá, destas eleições tuteladas pelo imperialismo. Todo o processo de recuperação das forças ligadas ao colonialismo, no seguimento do abandono a que Angola foi votada pelos seus antigos amigos e aliados socialistas, não augura nada de bom.

São nada menos de 13 — número de azar — os candidatos à Presidência, nas eleições já marcadas para finais de Setembro. Enceradas as inscrições em 30 de Julho, o acto eleitoral ocorrerá em simultâneo com as legislativas, em 29 e 30 de Setembro. A estas, cuja data de inscrição termina a 10 do corrente, concorrerão pelo menos as 15 formações já registadas. Uma profusão!

Não é no entanto o número — onde avultam embora formações e personalidades com reputação bem firmada entre os meios imperialistas — que poderia constituir um óbice na escolha a fazer pelo povo angolano. A luta pela independência e pela defesa dela esteve sempre nos créditos do MPLA, o movimento que desde o início dos anos 60, atravessando os mais sérios revezes e as mais corajosas batalhas, chegou à independência coberto de glória e obteve o apoio popular; o movimento-partido que encabeçou a direcção do país contra as ameaças e as agressões dos racistas sul-africanos e dos grupos pagos pelo imperialismo, e que empreendeu a árdua tarefa de construir um país defendendo-o de um inimigo de peso. O apoio fraternal dos povos e das organizações revolucionárias e progressistas de todo o mundo e, sobretudo, o apoio material e diplomático dos países do campo socialista, foram determinantes para essa árdua tarefa de resistência. A partir do momento em que esta solidariedade material e diplomática não apenas falhou como mudou de campo, seguindo os ditames de quem manda mais, o MPLA viu-se confrontado com outras dificuldades — muito maiores do que as que antes teve de arrostar.

Todos contra o MPLA

Seguindo o figurino

escolhido pelo imperialismo e pelos seus aliados no terreno — os traidores de todos os matizes e os «ingénuos» que «inconscientemente» colaboram na jogada —, figurino que deu os seus frutos em muitos países que já foram socialistas e hoje se encontram em saldo de independência nacional e de regime, a imagem de uma oposição «alargada» e para todos os gostos pretende surgir ao povo, aos eleitores, que estiveram até agora privados de escolha.

Não se trata hoje apenas de escolher entre o MPLA e o seu inimigo principal, a UNITA — o mesmo seria dizer entre os que lutaram sempre pela independência e os que se prepararam para ela colaborando com a Pide, os colonialistas, os fascistas e os racistas da África do Sul. Hoje a escolha mostra-se «alargada» a Holden Roberto, um antigo chefe de bando terrorista ligado aos interesses europeus no Zaire e aos dos Estados Unidos; a Chipenda, um oportunista que saiu e entrou no MPLA ao sabor das vacilações deste partido, cuja última entrada — pela porta do Comité Central — terá servido apenas para sair com retumbância e se candidatar contra José Eduardo dos Santos.

Os restantes candidatos, menos conhecidos embora, não deixam de se apresentar contra o MPLA. «Dissidentes», «históricos», «democratas» de todas as cores e confissões vão disputar ao MPLA não apenas a Presidência mas o país todo. E nesta nova «guerra» pela independência e pelo futuro de Angola, o MPLA corre o risco de aparecer, de «parecer» isolado face a tanta oposição...

Com efeito, não basta, na atmosfera emocional e certamente controversa e de aguda luta ideológica — e ainda armada —, que o MPLA faça todos os esforços para alargar a sua

representatividade. O dirigente do MPLA, Marcelino Moço, declarou, por altura da apresentação das listas do partido no Tribunal Popular Supremo — com expressivo apoio popular rodeando a cerimónia —, que essas listas integram «os mais prestigiados dirigentes do partido, com trajectória formada» e também independentes, entre os quais membros do movimento independentista de Cabinda, além de uma percentagem «razoável» de mulheres, religiosos e sobas. As declarações dos «líderes» independentistas de Cabinda, recentemente puxados para a ribalta da informação internacional, cujas posições são curiosamente bem tratadas pela UNITA, não indiciam facilidades no processo eleitoral. Ao contrário, indicam que, certamente fortalecidas pelo exterior, várias formações aparecem no terreno com o propósito exclusivo de bater o MPLA.

Eleições tuteladas

Não deixa de ser curioso que, quando a UNITA começa a perder credibilidade a nível internacional — mostrando dilacerantes clivagens internas que atingem drasticamente o prestígio (?) do seu dirigente máximo, Savimbi, que, a dado momento, pareceu abandonado pelos americanos e até pelos seus amigos portugueses —, vêm ao de cima outras «opções». Holden Roberto ressuscita, Chipenda mostra de novo a sua «dissidência», a FLEC renasce das cinzas. Tudo com abundante cobertura «noticiosa», na qual sobressaem as vozes «bem portuguesas» da RTP e de alguns jornais daqui.

A contestação de todos eles parece ser comum — visar o MPLA. Apesar de cada um deles pretender apresentar-se com soberana independência e com a «equidistância» de bom gosto nestas ocasiões. Não são de espantar, para quem siga com atenção o que ocorre em Angola, as declarações recentes de Savimbi em relação à FLEC. O dirigente da UNITA afirmou, há dias, depois de se manifestar

convicto da vitória presidencial, que os membros do seu exército no batalhão das forças armadas angolanas destinado a Cabinda não responderão a eventuais ataques levados a cabo pelos separatistas da FLEC... E justifica assim a sua oposição ao empenhamento das suas forças na luta contra o separatismo: «Se estamos de acordo com o Governo de que Cabinda faz parte integrante de Angola, não devíamos dar a impressão ao povo de Cabinda de que queremos oprimi-lo»...

Preparando-se para «dar a impressão» de que não quer oprimir, Savimbi pretende descarregar o ónus dessa «impressão» sobre as já sofridas costas dos que desde sempre têm defendido a independência e a integridade de Angola. Entretanto, a FLEC multiplica as suas ameaças. O presidente da FLEC-Renovada, um chamado «coronel» Luemba, recusando-se a participar em quaisquer negociações sobre o estatuto de Cabinda, ameaça «expulsar do território os cabindenses que participarem nas eleições».

Ameaças destas, só com força para as cumprir, o que parece não ser o caso. Ou só com as costas quentes.

De quem? Certamente de quem tutela todo este processo, a que o Estado português não é alheio. Não é por acaso que o secretário-geral da FLEC, António Bembe, foi recebido, à frente de uma delegação, no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, tendo afirmado na altura que «Portugal não é um amigo, é um pai».

Portugal está a ser, pelo menos, um padrinho. Os seus compadres, entre outros, são os Estados Unidos. E também a CEI, ou o que resta dela, sob a direcção russa. Todos numa «troika», apostados em varrer o que resta de soberania em Angola. O representante russo, Karassin, faz o discurso do dono. E como inquilino desta operação, assinala ser «importante estar presente quando se opera aqui (em Angola) um processo histórico» que «vai mudar a fisionomia do país por muitos decénios».

Negociações em Roma Paz em Moçambique?

As diferenças de atitudes, através das declarações e das esperanças afirmadas por um lado e, por outro, das acusações e dificuldades levantadas, mostram bem quem está efectivamente interessado no processo de paz em Moçambique, que esta semana alcança um ponto significativo com o encontro do Presidente Chissano com o chefe da Renamo, Dhlakama, num frente-a-frente que deverá terminar no próximo sábado.

Antes de partir de Moçambique, o Presidente Chissano reafirmava em Maputo o desejo de que um acordo geral de paz venha a ser atingido ainda durante esta ronda de conversações, e apelava à Renamo para que colabore com o mesmo espírito, chamando a atenção de que a paz é um desejo de todos os moçambicanos e é indispensável para o desenvolvimento do país. «Vou encontrar-me em Roma com Afonso Dhlakama, como medida complementar para alcançar a paz num curto espaço de tempo, ou até mesmo imediatamente, se isso depender do Governo moçambicano», declarou Chissano, discursando na passada sexta-feira no jantar comemorativo do 5.º aniversário da Associação dos Empresários de Moçambique.

Estas declarações, indiciadoras de que as autoridades moçambicanas estão dispostas a percorrer grande parte do caminho para um entendimento e a fazer certamente cedências às exigências da Renamo, contrastam com as declarações desta organização armada que ao longo de muitos anos tem vindo a desencadear uma guerra sangrenta no país e a desarticular a fraca economia moçambicana, lançando a jovem república no caos e na fome.

Enquanto Chissano afirmava que Dhlakama «não exige nada impossível para a assinatura do cessar-fogo», o líder da Renamo fazia depender o sucesso das negociações das «garantias políticas e constitucionais exigidas pela resistência».

Os preparativos da reunião de Roma começaram mal, com a Renamo a queixar-se de que as autoridades moçambicanas procediam a um «bloqueio militar» para prejudicar a saída do seu líder do interior do país para o Malawi, de onde partiria para Itália. Ao mesmo tempo, a Renamo desmentia-se, afirmando a sua delegação em Roma que Dhlakama estava a chegar, que partiria do Malawi para o Quênia a bordo de um avião particular do britânico Rowlands, um empresário da multinacional Lonhro, que possui grandes interesses económicos no país. Aliás, Dhlakama não poderia estar bloqueado em Moçambique, já que há dias se encontrava no Malawi onde dirigia os preparativos do encontro de Roma. O ministro da Defesa, general Chipenda, desmentia as acusações da Renamo, que acusava o governo de ter deslocado para a fronteira com o Malawi dois batalhões, a fim de impedir a «saída» do dirigente «rebelde».

Entre as exigências da Renamo, algumas classificadas como «caricatura» — como a pretensão apresentada sobre a constituição do exército único, em negociação — e que o ministro Gebuza criticou, e as profissões de fé numa solução avançada por Chissano, vai um longo passo que não se sabe ainda se poderá ou não ser dado em Roma. «Vou a Roma com o espírito tranquilo e disposto a dar as garantias que o líder da Renamo exige para o fim da guerra», afirmou Chissano. No entanto, as exigências poderão ser incoportáveis, como a já longa história das negociações de Roma o prova.

As declarações do Presidente moçambicano, à sua partida de Maputo, são esclarecedoras, não só da importância do que está em jogo mas também dos difíceis escolhos a vencer:

«Este encontro terá de ser decisivo e tenho a convicção de que iremos assinar um acordo imediato de cessar-fogo, enquanto, no plano técnico, se prepara o futuro acordo geral de paz», disse. Mas disse também: «Tenho receio de ter criado demasiado optimismo aos moçambicanos com esta atitude política, por isso espero que Dhlakama compreenda a responsabilidade do encontro».

Na véspera, dirigindo-se a empresários, traçara o quadro sombrio dos resultados da guerra no país — prejuízos estimados em 15 a 20 mil milhões de dólares, unidades agrícolas e industriais devastadas assim como atingidos gravemente o circuito comercial do interior, os meios rodoviários e ferroviários de Moçambique; milhares de mortos, 300 mil crianças separadas dos pais, 7 mil professores impossibilitados de leccionar, são, por outro lado, algumas das consequências sociais da guerra.

Virá Roma trazer a paz? Se os moçambicanos a desejam, não faltam os que apostam em boicotá-la. Chissano referiu-se nomeadamente às forças que, «na África do Sul, dificultam o próprio processo político interno e que podem estar interessadas em dificultar a paz em Moçambique».

Eleições americanas

O cordeiro, o urso e os lobos

Crise económica domina atenções dos americanos

O presidente George Bush acusou os democratas, na passada quinta-feira, de pôr em perigo a segurança nacional com as suas propostas de redução do orçamento da Defesa. Falando em Anaheim, na Califórnia, Bush recordou o «triunfo» norte-americano na guerra fria contra o «urso» soviético e agitou uma vez mais o espectro das ameaças regionais e os «lobos» como Saddam Hussein para justificar as despesas militares do país.

Para o actual presidente dos EUA, as propostas de democratas de reduzir o orçamento da Defesa de 60 mil milhões de dólares a mais do que a administração pretende poriam em «perigo a capacidade dos Estados Unidos de defender» os seus cidadãos, os seus interesses e os seus ideais, pois deixariam o sector «abaixo do nível mínimo para a segurança nacional».

Afirmando que «não deixará destruir a economia e a segurança do país pela ideia politicamente sedutora de esvaziar a Defesa da sua importância», Bush garantiu que os cortes pretendidos pelos democratas provocariam menos «um milhão de

postos de trabalho» na indústria dos armamentos.

Ao assumir o papel de «cordeiro» policiador do mundo, Bush não consegue eludir a principal questão que segundo todos os analistas domina a presente campanha eleitoral: a situação económica dos EUA.

Dois anos passados sobre a invasão iraquiana do Koweit e do início da crise que levou à Guerra do Golfo, os americanos estão cada vez mais preocupados com a sua própria realidade interna. Com um índice de desemprego da ordem dos 7,8 por cento e uma economia sem capacidade de recuperação sustentada, os americanos revelam um inaudito desejo de mudança, bem expresso no mais elevado índice de impopularidade de Bush de todos os tempos.

Segundo dados revelados há dias pelo Departamento de Trabalho norte-americano, os salários e benefícios sociais dos operários e empregados registaram em doze meses, até Junho, o menor crescimento dos últimos quatro anos e meio - 3,6 por cento contra 4,6 por cento no ano anterior. Entretanto, nos primei-

ros seis meses deste ano, o índice dos preços do comércio a retalho aumentou 3,1 por cento (em 1990 o aumento foi de 6,1 por cento e em 1991 de 3,1 por cento).

Entretanto, a criminalidade continua a aumentar nos EUA, sendo cada vez mais difícil dissociar a violência do desespero provocado pela recessão económica. Só nos últimos cinco anos, duplicaram os atentados à bomba (1965 em 1991 contra 973 em 1987), provocando cinco vezes mais prejuízos (85,2 milhões de dólares em 1987 e 500 milhões no ano passado), e atingindo sobretudo estabelecimentos comerciais.

Perante esta situação não é de estranhar que o anúncio do envio de 2.400 soldados norte-americanos para o Koweit para «mostrar o empenhamento dos Estados Unidos na segurança e na estabilidade da região do Golfo» não tenha aparentemente contribuído para melhorar a popularidade de Bush, embora em Washington haja quem considere que, a três meses das eleições, «Bush precisa de uma demonstração de força». Os americanos estão entregues à bicharada.

Honecker preso em Berlim

A RDA no banco dos réus

A extradição do ex-presidente da extinta RDA, Erich Honecker, da Rússia para a Alemanha e a sua detenção à ordem do Ministério Público de Berlim ameaçam transformar-se num dos maiores escândalos políticos deste final de século.

Refugiado na embaixada do Chile em Moscovo desde Dezembro último, após o governo de Ieltsin lhe ter retirado a protecção a coberto da qual foi levado de Berlim para a capital russa, ainda antes da extinção da URSS, Honecker teria, na quarta-feira da semana passada, abandonado por sua livre vontade a embaixada chilena para regressar ao país. Assim o afirmaram publicamente, entre outros, o ministro chileno dos Negócios Estrangeiros, Enrique Silva Cimma, a ministra da Justiça do Estado de Berlim, Jutta Limbach e um diplomata russo não identificado citado pela agência ITAR-TASS, para quem a extradição de Honecker foi juridicamente fundamentada e «efectuada correctamente».

Diferentes foram as declarações de Friedrich Wolff, advogado do ex-presidente, que afirmou que o mesmo abandonara a embaixada do Chile em Moscovo «contra sua vontade». Segundo Wolff, «agentes da segurança russa penetraram nas instalações diplomáticas e obrigaram Honecker a deixar o local». O presidente do Chile, Patricio Aylwin confirmou esta versão, ao afirmar na sexta-feira aos jornalistas que Honecker deixara a embaixada depois de ter sido informado de que deixava de ser considerado um hóspede. As manifestas contradições sobre as condições em que ocorreu a partida do ex-líder da RDA para a Alemanha ameaça de resto provocar uma crise política no Chile. O ministro Cimma foi convocado pelo Congresso para explicar o papel do governo em todo o processo, e o líder da Câmara de Representantes, José Viera-Gallo, admitiu a possibilidade de Honecker ser chamado a depor como testemunha.

Acusações e protestos

O processo de extradição de Erich Honecker provocou diversas reacções. Em Moscovo, dirigentes do ex-PCUS divulgaram um comunicado afirmando que a extradição «viola a declaração universal dos direitos do homem», infringe «a Constituição da Federação da Rússia», bem como os «princípios de moral, amizade e hospitalidade do povo russo». O comunicado recorda que não existe nenhum acordo de extradição entre a Rússia e a Alemanha. Também o Pravda, antigo órgão central do PCUS, publicou um artigo em que considera que Honecker não é «vítima do destino», mas antes «vítima de uma traição, de intrigas políticas e da imoralidade dos seus antigos amigos e camaradas, Gorbachov e Ieltsine», pedindo-lhe que perdoe à Rússia a «imoralidade» dos seus dirigentes políticos. «Que os nossos dirigentes políticos sejam desprezados e não aqueles, no seio do nosso povo, que não tomaram parte neste sujo jogo político», escreve o Pravda.

Entretanto, na Alemanha, o Partido do Socialismo Reformado (PDS), considerou que não compete ao foro penal julgar a responsabilidade política de Honecker pela realidade social da ex-RDA, antes essa responsabilidade terá de ser avaliada com recursos políticos. Afirmando-se contrário ao «ajuste de contas» do governo alemão com o ex-dirigente, o PDS alerta para o perigo de ele «degenerar no ajuste de contas com a ex-RDA e com o socialismo em geral».

Também o Partido Comunista Francês protestou contra a extradição de Honecker, considerando que ela obedece a «uma lógica perigosa para a democracia». Para o PCF, após a anexação da RDA, a Alema-

nha procura, nível interno «aniquilar qualquer protesto organizado contra a nova ordem» e, a nível externo, «afirmar-se como potência mundial conquistadora».

Preocupações que as próprias acusações feitas a Honecker fundamentam.

Em dois anos, o Ministério Público de Berlim ainda não fez mais do que modificar os motivos de acusação: em Novembro de 1990, o mandato de prisão era justificado por «cumplicidade na morte» de cerca de 200 alemães de leste, quando procuravam atravessar o muro; em Dezembro, por falta de provas, o mandato era modificado, passando a «incitação à morte».

Em Maio deste ano, nova alteração, sendo então Honecker acusado de «actos de violência» na fronteira. Finalmente, em Junho, ao ex-dirigente é assacada a responsabilidade da «morte» de 49 fugitivos, desvio de fundos e abuso de confiança. Sem provas, como os próprios acusadores reconhecem. A acusação resulta de uma interpretação do protocolo das reuniões do Conselho Nacional de Defesa, a que Honecker presidia.

Se a tudo isto se acrescentar o facto de Erich Honecker ter sido presidente de um

A extradição de Erich Honecker para a República Federal da Alemanha e o seu anunciado julgamento constituem escandalosos actos de perseguição e revanche anticomunista que merecem a mais firme condenação do PCP.

Sem prejuízo de outras considerações, é oportuno recordar, no momento em que Erich Honecker regressa às cadeias onde esteve preso pelos nazis, a sua inegável e destacada contribuição para a luta antifascista e em defesa da paz. E recordar também que Erich Honecker, além de Secretário-Geral do PSUA, foi durante muitos anos presidente de um Estado soberano, internacionalmente reconhecido e respeitado, membro de pleno direito da ONU e da CSCE. O seu julgamento nos termos que têm sido anunciados justifica as maiores preocupações quanto ao seu carácter reaccionário e revanchista.

30.7.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

África do Sul

Greve Geral

Respondendo ao apelo do Congresso Nacional Africano (ANC), milhões de sul-africanos paralisaram o país, cumprindo dois dias de greve geral, no início de uma semana de luta pelo fim efectivo do apartheid.

O objectivo desta semana de protestos sem precedentes na África do Sul é obrigar o governo da minoria branca a pôr fim à violência no país e a dar início ao processo de transferência do

poder para a maioria negra. Apesar dos apelos do ANC à calma e à disciplina e da presença de observadores da ONU, os dois dias de greve ficaram lamentavelmente assinalados com várias mortes.

Para o ANC, apoiado nesta acção de massas, a nível laboral, pela poderosa central sindical COSATU e, a nível político, pelo Partido Comunista da África do Sul, a responsabilidade pela vio-

lência e suas consequências económicas e sociais deve ser assacada ao governo de De Klerk, pela sua incapacidade em assumir uma democracia não-racial.

O cerne do problema - afirmou Cyril Ramaphosa, secretário-geral do ANC - reside no continuado falhanço do governo do Partido Nacional em aceitar exigências razoáveis contidas na troca de memorandos com o presidente Frederik De Klerk, vincando a inépcia do regime em absorver a gravidade da situação.

De referir que, entre as 14 exigências colocadas pelo ANC para regressar à mesa das conversações, consta a formação de um governo de transição, a formação de uma assembleia constituinte e o fim da violência.

A semana de protesto continua com ocupação de centros urbanos e manifestações, devendo culminar com uma marcha até à sede da Presidência.

O Partido Comunista da África do Sul comemorou, entretanto, o seu 71º aniversário. Publicamos em separado a saudação enviada a propósito pelo PCP ao PCSA.

Por ocasião do 71º aniversário do Partido Comunista Sul-Africano, transmitimo-vos as calorosas felicitações dos comunistas portugueses, evocando as honrosas tradições de luta revolucionária do PCSA, o seu papel necessário e insubstituível na longa e heróica luta seu povo, contra o colonialismo, o racismo e o apartheid, por uma sociedade democrática não racial e progressista.

Simultaneamente, manifestamos a nossa solidariedade com a luta em que o PCSA está presentemente empenhado, juntamente com os seus aliados do ANC e da COSATU, para derrotar as manobras do governo de De Klerk que visam a defesa dos privilégios da minoria branca e do grande capital e impedir acordos que signifiquem efectivamente o desmantelamento do odioso regime do apartheid.

Confirmando o nosso desejo de desenvolver cada vez mais as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCSA, transmitimos a todos os comunistas e lutadores anti-apartheid na África do Sul as saudações fraternais dos comunistas portugueses.

Julho de 1992

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Falta um mês! Em Agosto é a festa da construção da Festa!

Continuam a ter boa participação as jornadas de trabalho voluntário na Quinta da Atalaia, o que quer dizer também que prossegue a bom ritmo o trabalho de construção da 16.ª Festa do «Avante!». Em Agosto, período alto de férias, a disponibilidade também é maior. Além disso, falta só um mês para a Festa, e ainda há muito por fazer. Tudo boas razões para que muitos comunistas e amigos da Festa vão dar uma ajuda, também durante a semana.

Nesta altura já muitas organizações estão a deitar mãos à obra para construir os seus pavilhões. Entretanto, é necessário concluir rapidamente as infra-estruturas centrais, fechar valas, avançar com os arruamentos, preparar o Polidesportivo, ajudar no Pavilhão Central. Além de diversos trabalhos de carácter indiferenciado, são necessários, para tarefas mais especializadas, carpinteiros, pedreiros, montadores, soldadores. Em breve vão começar as pinturas.

As organizações regionais do PCP, o gabinete

da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da Avenida António Serpa em Lisboa ou o colectivo da Atalaia recebem de braços abertos todos os que queiram expressar a sua vontade de participar em próximas jornadas de trabalho, entrando já nesta outra festa que é erguer a Festa do «Avante!».

Bragança

A Direcção Regional de Bragança faz um convite, especialmente aos transmontanos residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal, para que no próximo fim-de-semana vão até à Atalaia, para iniciar a implantação do pavilhão nordestino. Na carta que enviou a alguns dos «naturais e originários» do Nordeste transmontano, a DORBA chama a atenção para o facto de, este ano, a região ter na Festa o dobro da área construída.

De Santarém para a Atalaia

Uma quinta ribatejana com cultura, tradição, arte e trabalho

A concepção arquitectónica do espaço de Santarém na Festa tem por tema uma quinta do Ribatejo.

A Organização Regional do PCP leva para a Atalaia uma exposição didáctica sobre a cultura da vinha e o fabrico do vinho, com alfaias e utensílios de várias épocas. No pavilhão-quinta há uma área para artesanato

regional, onde estarão artesãs a trabalhar em serralharia artística, e onde será possível apreciar e adquirir obras em barro pintado à mão. À disposição do visitante do pavilhão da ORSA vão estar também canecas com motivos ribatejanos, trabalhadas como recordações da Festa do «Avante!».

A sopa da pedra e o borrego à alpiarçense serão os pratos de resistência da Tasca Ribatejana, onde há também caldo verde e molinhos. A Adegas tem, naturalmente, vinho da região, com peixe frito para petiscar. Há ainda café, cerveja, e doçuras regionais, como as tigeladas de Abrantes, o pão-de-ló de

Rio Maior, frutos secos de Torres Novas. Continuam a aceitar-se inscrições para as excursões que, de vários pontos do distrito (Tomar, Carregueira, Torres Novas, Alcanena, Santarém, Pombalinho, São Vicente, Vale de Figueira, Alcanhões, Amiais, Pernes, Almeirim) vão este ano à Festa.

Amigos e água no pavilhão de Beja

A exposição política da Organização Regional de Beja dá destaque às propostas do PCP para o desenvolvimento do distrito, com destaque para o complexo do Alqueva e o plano de rega do Alentejo. O genuíno artesanato da região, desde os barros, às cortiças e às mantas de Castro Verde, tem o seu espaço próprio, que os

apreciadores não deixarão de visitar, certamente. Os petiscos do bar e os pratos regionais do restaurante (ensopado de borrego, perna de borrego no forno, gaspacho com peixe frito) são óptimos acompanhamentos para o convívio e para o reencontro de amigos e camaradas.

Da Guarda com qualidade

A representação da Guarda na Festa do «Avante!» privilegia este ano a qualidade dos produtos regionais. Estarão à disposição dos visitantes queijo da serra (curado e amanteigado), adquirido directamente ao produtor e de qualidade elevada, tal como sucede com os presuntos e enchidos. Os

vinhos vêm de Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Vila Nova de Tazem e Vila Nova de Foz Côa. Há ainda mel puro, de flor de amendoeira, de Castelo Melhor, bem como broa de milho e pão de centeio. Na Taberna haverá chispe com feijão à moda da Guarda, orelha de vinagrete e salada de bacalhau com tomate. Pode-se ainda saborear cavacas de Pinhel, acompanhadas, de preferência, com vinho generoso.

menos batidos (Pedros QE e Casa Ana), e aos melhores marcadores (João Barbosa, da Casa Ana, e Eduardo Duarte (Pedros QE)).

A fase regional do torneio, a disputar durante este mês, apura o representante das Beiras na fase final, a disputar na Quinta da Atalaia nos dias 5 e 6 de Setembro.

Torneio de futebol de salão Casa Ana joga por Coimbra

Uma disputada finalíssima, com muito e animado público, reuniu as equipas da Casa Ana/Loja 49 e dos Pedros Quadros Eléctricos neste fim-de-semana, para apurar o representante do distrito na fase regional do torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!», e que teve por resultado 1-0. A Casa Ana venceu assim a fase distrital, com sete

vitórias em sete jogos. A seguir, para além dos Pedros QE, classificaram-se as equipas de Montes Claros/Chuteira, Contage, Café Infante, Os Pataletas, Restaurante O Pátio, Os Companheiros, Serradiadores, Gomase, Us e O Remate. Foram ainda atribuídos prémios à equipa mais disciplinada (Us), às equipas com guarda-redes

Avante com a 5.ª Corrida da Festa!

As inscrições estão abertas

No dia 6 de Setembro vai ter lugar mais uma edição da Corrida da Festa do «Avante!». A iniciativa começa já a ser tradição e é mesmo apresentada como um indispensável treino para a Maratona de Lisboa.

A prova tem um percurso de aproximadamente 14 quilómetros, com partida e chegada junto ao campo do Amora, passando pela Cruz de Pau, Torre da Marinha, Paio Pires, Seixal, Arrentela e Amora. As inscrições (individuais e equipas) estão já abertas, quer nas organizações regionais e locais do PCP, quer no gabinete central da Festa (no centro de trabalho da Avenida António Serpa).

Albertina Dias, finalista olímpica dos 10 mil metros, confirmou em Barcelona que vai participar na Corrida. Além desta atleta, que foi a vencedora da Corrida do ano passado, também Rosa Oliveira, que conquistou o segundo lugar feminino, anunciou que voltará a estar na estrada no dia 6 de Setembro. Outra estrela do atletismo nacional que também participa na Corrida deste ano é Armando Aldegaleta, que em Junho passado trouxe duas medalhas de bronze dos campeonatos da Europa de veteranos, pela sua prestação nas corridas de 5 mil e 10 mil metros, onde fez os tempos de 15 minutos, 50 segundos e 19 centésimos, e 33 minutos, 24 segundos e 71 centésimos.

CORRIDA DA FESTA DO AVANTE
ATALAIA - AMORA - SEIXAL
6 de Setembro de 1992
FICHA DE INSCRIÇÃO COLECTIVA

Nome do Delegado ou Responsável: _____

Nome: _____ Sexo: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Localidade: _____

Distrito: _____

Telefone: _____

Nome: _____ Sexo: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Localidade: _____

Distrito: _____

Telefone: _____

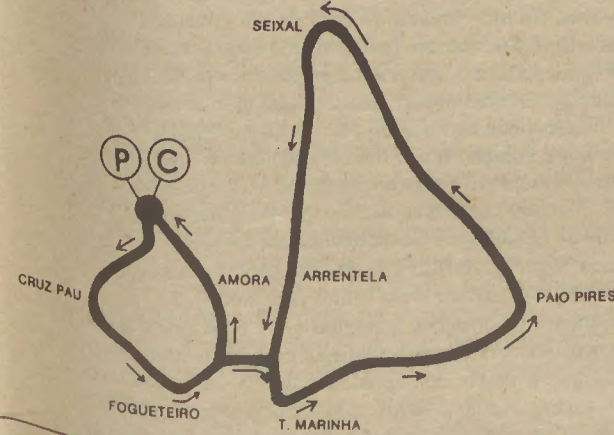
O TREINO PARA A MARATONA DE LISBOA PASSA POR AQUI



Armando Aldegaleta, veterano campeão do atletismo nacional, estará mais uma vez na Corrida da Festa do «Avante!»

A Corrida da Festa afirma-se como um grande acontecimento no calendário desportivo nacional, com uma larga participação (na foto, à direita, as duas primeiras classificadas da prova do ano passado)

Descrição do Percurso:



Descrição do Percurso: Partida ao Campo do Amora, Quinta da Medeira, Fábrica da Resina, Rua 1.ª de Maio, Cruzeiro, Rua 25 de Abril, E.N. 10, Rua M.F. do Monte da Fraternidade, E.N. 328, Rotunda (Torre da Marinha), E.N. 10-2, Farinheiras, Av. General H. Delgado, Paio Pires, Cruzamento do Seixal, Av. dos Metalúrgicos, Rua M.F.A., Av. Silva Gomes, Rua dos Lobatos, Largo Manuel da Costa, Rua da Fonte de Prata, Quinta da Medeira, Campo do Amora - Chegada.

Um esforço ainda maior para a venda antecipada de EPs

Viseu passou a meta Açores e Madeira nos 100%

Pelos dados conseguidos até ao último fim-de-semana, a Organização Regional de Viseu ultrapassou já em 14% a sua meta de venda de Entradas Permanentes para a 16.ª Festa do «Avante!». As organizações das regiões autónomas dos Açores e da Madeira atingiram os 100%.

Das restantes organizações, apenas Aveiro e Vila Real passaram a fasquia dos 60 por cento. É necessário fazer um esforço ainda maior para vender com uma boa antecedência um grande número de EPs, tanto em iniciativas colectivas, como individualmente. A promoção da Festa e a venda de EPs estão a ser feitas porta-a-porta por brigadas, ou aproveitando festas locais e iniciativas do Partido, ou recorrendo a postos fixos em locais de grande movimentação de pessoas...

Para adquirir a sua EP, basta dirigir-se aos centros de trabalho do PCP ou a um dos muitos activistas. Uma Entrada Permanente na Festa do «Avante!» custa 1300 escudos, valor que nem se compara (quer pelos escudos, quer pelas actividades a que dá acesso) ao preço de entrada de um vulgar bilhete para um espectáculo musical.

Mas quem agora comprar uma EP fica igualmente habilitado aos prémios do concurso que publicitamos nestas páginas, e cujo sorteio se realiza a 30 de Agosto.

O produto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». A EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural.

| SECTORES | 0% | 10% | 20% | 30% | 40% | 50% | 60% | 70% | 80% | 90% | 100% | 110% | 120% | 130% |
|------------------|----|------|------|------|------|-----|-----|------|-----|-----|------|------|------|------|
| AÇORES | | | | | | | | | | | 100 | | | |
| AVEIRO | | | | | | | | 74 | | | | | | |
| BEJA | | 20 | | | | | | | | | | | | |
| BRAGA | | | 30 | | | | | | | | | | | |
| BRAGANÇA | | | | 40 | | | | | | | | | | |
| COIMBRA | | | | 34,2 | | | | | | | | | | |
| CASTELO BRANCO | | | | | 33,2 | | | | | | | | | |
| ÉVORA | | 18,5 | | | | | | | | | | | | |
| FARO | | | | | | 35 | | | | | | | | |
| GUARDA | | | 26 | | | | | | | | | | | |
| LEIRIA | | | | | 36,2 | | | | | | | | | |
| LISBOA | | | 27,5 | | | | | | | | | | | |
| MADEIRA | | | | | | | | | | | 100 | | | |
| PORTALEGRE | | 23 | | | | | | | | | | | | |
| PORTO | | | | | | 53 | | | | | | | | |
| SANTARÉM | | | | 33 | | | | | | | | | | |
| SETÚBAL | | | | | 43,3 | | | | | | | | | |
| VIANA DO CASTELO | | | 27 | | | | | | | | | | | |
| VILA REAL | | | | | | | | 65 | | | | | | |
| VISEU | | | | | | | | | | | | 114 | | |
| EMIGRAÇÃO | | 21 | | | | | | | | | | | | |
| MULHERES | | | 24 | | | | | | | | | | | |
| JCP | | | | 23,1 | | | | | | | | | | |
| CÉLULA FESTA | | | | | 30 | | | | | | | | | |
| S. SINDICAL | | | 26 | | | | | | | | | | | |
| «O MILITANTE» | | | | | | | | 56,4 | | | | | | |

Avante com a venda antecipada da EP

30 de Agosto
Quinta da Atalaia

Contra já a tua EP, ingresso e título de solidariedade para com a Festa do «Avante!»

1.º Prémio:
Duas viagens à Tunísia em colaboração com Agiturismo

2.º Prémio:
Câmara de filmar vídeo modelo SV500/Super VHS

3.º Prémio:
50 contos em livros em colaboração com a CAMIHO

Sorteio da EP

Reforma da PAC

Dez sofismas laudatórios

8. A Reforma da PAC é boa porque vai resolver os problemas da agricultura comunitária: excedentes, intensificação e sobrecarga do orçamento comunitário.

A Reforma vai «reequilibrar os mercados pelo controlo efectivo da oferta e resolução dos problemas dos excedentes estruturais de produção»; «favorece a extensificação da produção e a resolução dos problemas ambientais», *dixit* o ministro da Agricultura. A Reforma «imposta pela necessidade de acabar, de uma vez por todas, com os excedentes da produção», *dixit* notícia do Público, 22 de Maio de 92.

Desmistificadas as mentiras do melhor ambiente e menor intensificação, no ponto 4., e de menores custos orçamentais, no ponto 2., alguma coisa deve ser dita sobre a questão dos excedentes.

Todas as anteriores Reformas da PAC - quotas, estabilizadores, QMG, etc. - sempre tiveram por grande objectivo o pôr fim a esse problema. E sempre, após cada Reforma se dava o problema por resolvido. Houve até quem, com toda a inocência (que a fé europeísta concede) tivesse afirmado taxativamente, *ipsis verbis*, sic: «É que toda a gente se recorda que aqui há uns anos, quando Portugal aderiu, se falava, e falava-se bem, dos lagos de manteiga» e de vinho, das dificuldades de armazenar os excedentes e tudo isso. Isso acabou. Até creio que Portugal tem exportado leite... Mas por que é que isso acabou? E também ingenuamente explicava «Porque houve uma reforma das finanças comunitárias que diminuiu consideravelmente as reservas financeiras afectadas à política agrícola (...)» (Barros Moura *dixit* no já longínquo dia 28 de Junho de 1990, em colóquio da ID). Não foram precisas mais que duas campanhas agrícolas para que os lagos se voltassem a encher e as montanhas a elevar-se! A realidade económica (capitalista) tem de facto muita força, e com brutalidade desfaz as ilusões construídas para justificar opções políticas!

Isto sem referir aqui e agora muitas das contradições desenvolvidas por anteriores reformas. De como a reforma da política vitivinícola - medidas de incentivo ao arranque, «queima» obrigatória, etc., etc. - provocou a descida da vinha das encostas para as planícies com aumento da produtividade e uma baixa significativa da sua qualidade ao nível do vinho de mesa. De como com as reformas da política do leite (quotas, ...) se produziu o abate indiscriminado de vacas leiteiras e o crescer dos problemas no mercado de carne bovina. De como o *set-aside* produziu a intensificação e a desvalorização dos cereais, se traduziu em mais carne!

E é uma evidência que esta Reforma não vai resolver os problemas da agricultura comunitária porque mantém os objectivos e mecanismos básicos de todas as anteriores Reformas. É uma evidência que a Reforma não ultrapassa o quadro económico capitalista em que se integra a agricultura comunitária e a lógica da dinâmica capitalista que a domina, com os seus princípios, os seus objectivos, as suas regras.

A agricultura comunitária está sujeita aos interesses das poderosas multinacionais da agro-indústria europeia e mundial. E, portanto, está «condenada» a produzir matéria-prima barata, a produzir excedentes e a sofrer a pressão desses excedentes, a sofrer a concorrência do mercado internacional.

A Reforma da PAC tem por objectivo garantir a expansão dos lucros e travar a desvalorização do capital das multinacionais (cada vez mais mundiais e menos europeias), através da compatibilização entre os preços das matérias-primas agrícolas e o escoamento de uma produção de alimentos (cada vez mais transformados) num mercado consumidor limitado como é o europeu. De onde a necessidade de expandir o mercado (mesmo quando a CEE é já hoje o 2º exportador agrícola mundial), de onde a necessidade de melhorar a competitividade.

A agricultura comunitária, por outro lado, é pelo menos, duas «agriculturas!» A agricultura das explorações agrícolas familiares de dimensão diversa e a agricultura das grandes explorações capitalistas do Norte e Centro, muitas delas integradas verticalmente nas cadeias produtivas das multinacionais. As «fábricas» de leite, frango, bovino, porco, as grandes explorações produtoras de cereais e beterraba, as grandes áreas de vinha dominadas pelas multinacionais de bebidas, etc.

A Reforma patrocinada por Arlindo Cunha belisca alguns dos interesses deste último sector da agricultura comunitária mas não põe em causa a sua rendibilidade nem o seu futuro. Ela intensificará culturas, ela gerará os apoios ao *set-aside*, ela receberá na indústria o que perder na produção agrícola. Ela tem dimensão de terra e de capital para contornar os obstáculos. Ela vai usar plenamente o fim dos limites postos à

modulação das compensações e prémios, conseguido (imposto) nas vésperas da aprovação da Reforma negociada pela Presidência Portuguesa.

Às agriculturas familiares pressionadas pela baixa dos preços, entaladas entre os grupos multinacionais abastecedores de factores de produção - combustíveis, maquinaria, adubos, fito e zoofármacos -, os grupos financeiros credores do elevado endividamento dos agricultores comunitários e as poderosas multinacionais da agro-indústria e da distribuição alimentar; com limitações de terra disponível, não restará outro caminho senão abandonar a actividade agrícola (e aí está a pré-reforma, «oferta» da Reforma da PAC) ou continuar a intensificar, intensificar e a trabalhar mais e mais, e mais barato!

E depois há toda a lógica global do Bloco Económico CEE com as cedências aos EUA e outros países capitalistas, para que outros produtos industriais e serviços possam «compartilhar» dos mercados internacionais,

O Conselho de Administração das Multinacionais instalado em Bruxelas não poderia decidir de outra forma, mesmo que à custa da agricultura e de milhares de agricultores europeus.

9. A Reforma da PAC é boa porque significa o regresso da agricultura comunitária ao mercado e o fim da «irracionalidade» económica.

A Reforma da PAC «reintroduz agora as regras de mercado e abre (a prazo) a sua agricultura e pecuária à concorrência externa». «Caminha-se na boa direcção da racionalidade económica», Jorge Wemans *dixit*. «Um passo em frente na política de realismo do mercado», «a insolência de utilizar colossais recursos financeiros para desvirtuar custos de produção e subtraí-los à lei da concorrência e da verdade comercial», F. Sousa Tavares *dixit*.

A inverdade não pode ser maior. De que verdade de mercado capitalista se trata quando os «empresários» livres possuidores da propriedade do seu capital fundiário e monetário são **administrativamente** impedidos de produzir tudo o que é possível? Que racionalidade económica capitalista se persegue quando se desincentiva, se castiga a procura de acréscimos de produtividade? Quando se «paga» a ineficiência e a não produção. E gastaram-se e continuam a gastar-se resmas de papel e toneladas de disquetes informáticas, queima-se «fósforo» sem conta, por essas universidades de economia, na busca da gestão óptima dos «factores» que, pela conjugação da inversão mínima de capital e o mínimo recurso a mão-de-obra, se maximize a produção, a produtividade!?!?

Contrariamente ao afirmado, não é a racionalidade económica que avança, é a mais profunda e imoral irracionalidade, quando se pagá para não produzir, quando se queimam cereais como combustível, quando se alimentam vacas com rações alimentares obtidas a partir do leite e manteiga que produzem, e, entretanto, milhões de seres humanos morrem de fome. Só por irracionalidade se pode aceitar que continuem as agressões à natureza pelos grandes agricultores do Norte da Europa enquanto se liquidam as pequenas e médias explorações agrícolas com uma secular relação de equilíbrio com o meio ambiente. Só por **irracionalidade**, numa Europa onde o **desemprego** atinge elevadas taxas, onde os sistemas de segurança social ameaçam a rotura financeira, se pode aceitar uma Reforma que vai provocar mais desempregados e mais reformados!

Mas a mentira e a mistificação é ainda maior quando se quer fazer acreditar aos portugueses e a muitos milhares de cidadãos da Europa, de que nas outras sociedades capitalistas desenvolvidas não há subsídios e ajudas aos agricultores. E que por isso os países da CEE têm de ter igual comportamento.

«Segundo a OCDE (...) o nível de ajuda por exploração é quatro vezes mais elevado nos Estados Unidos, onde há 2 milhões de grandes quintas tendo em média 200 hectares, do que na CEE que conta com 10 milhões de explorações com uma superfície média de 25 hectares. Os EUA mantêm baixos preços à produção, decididos na Bolsa de Chicago, e, atribuindo ajudas compensatórias aos seus agricultores, aumentam sem cessar as subvenções às exportações.

Assim, impõem um preço mundial de matérias-primas que não tem nenhuma relação com os custos de produção».

Ou, de como se esconde, manipula e mistifica, para se obter mais uma data histórica

Mas as grandes ajudas à agricultura não são privilégio dos EUA ou da CEE. Vale a pena ver com atenção o seguinte quadro, segundo fontes da OCDE:

Apoios à produção agrícola, por agricultor e por hectare - 1989

| País | Por agricultor a tempo inteiro (milhares dólares) | Por hectare (dólares) |
|----------------|---------------------------------------------------|-----------------------|
| Austrália | 4 | 3 |
| Áustria | 9 | 648 |
| Canadá | 13 | 88 |
| CEE | 8 | 501 |
| Finlândia | 26 | 2167 |
| Japão | 15 | 8761 |
| Nova Zelândia | 2 | 15 |
| Noruega | 32 | 2928 |
| Suécia | 25 | 776 |
| Suíça | 26 | 1669 |
| Estados Unidos | 20 | 94 |

É linda, a verdade do mercado capitalista da produção agrícola! Atente-se nos valores significativos da ajuda por agricultor nos Países Nórdicos, Suíça e EUA. Repare-se o verdadeiro recorde mundial do actual campeão do capitalismo e da livre empresa, o Japão, na ajuda por hectare: 8761 dólares!

E são os preços agrícolas destas agriculturas fortemente apoiadas que, no mercado mundial, esmagam as produções agrícolas dos países do Terceiro Mundo e saqueiam os seus agricultores, que nunca poderão ter ajudas idênticas por bem conhecidas dificuldades de orçamento...

Lembre-se por fim, que os mesmos sectores que hoje defendem a Reforma da PAC em nome da «verdade do mercado» e da «racionalidade da economia», são os mesmos que nos anos que se seguiram à Revolução de Abril propagaram aos quatro ventos, enganando milhares de agricultores portugueses com a teoria de que a agricultura portuguesa não precisava de ajudas, precisava era dos preços do mercado. Assim liquidaram, na voragem do processo contra-revolucionário, muitos dos apoios específicos criados pela Revolução para os pequenos e médios agricultores - subsídios aos adubos, crédito agrícola de emergência altamente bonificado, etc.

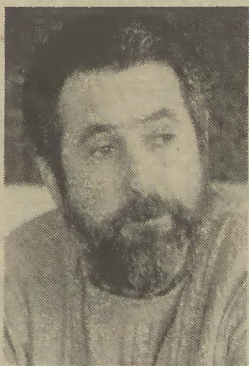
Afinal, os agricultores portugueses eram na OCDE os únicos que não tinham ajudas...

10. A Reforma da PAC é boa porque é a única possível. Quem está contra ESTA Reforma da PAC não quer uma reforma da PAC.

É evidente que tais afirmações nada têm a ver com a verdade. São ditas com o objectivo de esconder outras reformas possíveis ou surgem como forma de juntar num «bloco homogéneo» posições bastante diferentes e até opostas. «Lamentamos que forças de esquerda estejam a alinhar com a CAP na defesa de interesses de uma minoria, como têm feito o PS e o PCP», B. Moura *dixit*. Procura-se assim amalgamar a **posição do PCP**, rigorosa, não conjuntural e coerente com as suas posições de classe e a sua intransigente defesa dos interesses dos agricultores e da agricultura portuguesa, com a **posição**, cheia de contradições, **do PS** que, sendo hoje partido da oposição e porque foi um ministro do PSD de um governo PSD a negociar a Reforma, aparece publicamente contra, e a **posição da CAP** que, perante o brutal agravamento dos problemas da agricultura portuguesa decorrentes da Adesão, e as perspectivas da sua crescente agudização por via da Reforma da PAC, não teve outra solução senão mudar a agulha de 180 graus e passar do «viva a PAC» para a «morte à PAC», sob o risco de completo suicídio como organização que pretende ser «representativa» de alguns sectores da agricultura nacional.

Menos superficialidade e mais seriedade na abordagem deste problema evitariam semelhantes confusões!

Bastará ver as posições ambíguas (?) e contraditórias de ex-ministros da agricultura socialistas e as afirmações mais «papistas que o Papa» dos deputados do PS no Parlamento Europeu para se avaliar o significado político «oposicionista», «para agricultor ver», das referidas declarações anti-Reforma da PAC, proferidas na Assembleia da República por deputados socialistas, ou as «contundentes» declarações do seu Secretário-Geral contra a Reforma Arlindo Cunha! Diz António Barreto: «A solução a que se chegou é um passo no bom sentido». «Neste aspecto (liberalização do mercado agrícola) a



AGOSTINHO LOPES
Membro
da Comissão Política

Às agriculturas familiares não restará outro caminho senão abandonar a actividade agrícola ou continuar a intensificar e a trabalhar mais e mais, e mais barato!

(conclusão)

Reforma da PAC é positiva». «Do ponto de vista europeu e português tenho grandes dúvidas em relação à PAC». «Com a Reforma da PAC criaram-se novas irracionalidades e a política agrícola dos Doze continua no mau caminho». Diz Lopes Cardoso: «Nas suas grandes linhas, a Reforma da PAC merece o meu acordo». «Em Portugal vai haver consequências duras».

Por outro lado, a CAP, para lá de todo o «teatro» que vai fazendo, não esconde uma intensa e articulada ligação com o Ministério da Agricultura. Na sua sustentação à custa de milhares de contos do erário público. Na sua organização na base de centenas de técnicos e funcionários agrícolas dos Serviços Oficiais do Ministério. Na sua cumplicidade com o Governo na marginalização de outras organizações de agricultores. No seu inequívoco apoio à política agrícola de Álvaro Barreto, no seu longo consulado à frente do Ministério, que aliás veio aplaudir a Reforma e demonstrar a sua «compatibilidade» com aquela política. E, finalmente, no seu III Congresso (mais uma vez) oportunisticamente realizado na Feira Nacional da Agricultura em Santarém, a Confederação optou «claramente por se envolver com o Ministério Arlindo Cunha nos mecanismos de aplicação da nova PAC, ganhando «margem de manobra» neste campo - mais do que contestar, consequentemente, o acordo negociado» (Expresso de 20 Jun. 92). Os rostos sorridentes e as mãos nas costas de Rosado Fernandes e de Arlindo Cunha, presente neste Congresso, mostram que algumas das mais feias palavras da CAP sobre a Reforma da PAC, não são nada mais que isso: palavras, foguetório...

Foi e é muito diferente todo o posicionamento do Partido Comunista.

Uma posição estudada e explicada aquando da Adesão sobre os problemas que a PAC traria para a agricultura portuguesa. Problemas que outros só recentemente descobriram, como por exemplo o da desigualdade na distribuição dos dinheiros do FEOGA. Problemas que apenas foram minorados porque houve duplicação dos fundos estruturais, aliás, graças a uma intervenção persistente dos deputados comunistas no Parlamento Europeu.

Uma posição que, guiada exclusivamente pelos interesses da nossa agricultura e do País, quando foi tornado público o Documento de Reflexão da Comissão - Evolução e Futuro da PAC, de Fevereiro de 1991, considerou como favorável a abertura de «uma reforma em profundidade da PAC», independente da análise mais aprofundada a fazer, «tendo em conta o desenvolvimento em medidas concretas e em números das orientações» então «indiciados pela Comissão». Como então se assinalou na Nota da Comissão Política de 13 de Fevereiro de 1992, era necessário «agarrar esta oportunidade para uma reconsideração global da integração da agricultura portuguesa na PAC».

Uma posição que acompanhou atentamente, mas de forma crescentemente preocupada, a evolução das negociações, intervindo na Assembleia da República e no Parlamento Europeu e desenvolvendo uma campanha de divulgação e esclarecimento junto dos agricultores portugueses, sobre os problemas em discussão.

Uma posição que em 31 de Março passado, em Comunicado da Comissão Política, e face ao esboço de Reforma já conhecido, se combatiam as já evidentes cedências do Governo português, se considerava inaceitável o que era proposto e se definia uma clara linha de orientação para OUTRA Reforma possível da PAC e a defesa da agricultura portuguesa:

«A Comissão Política considera como ponto inultrapassável a consideração múltiplas vezes referida, demonstrada e reconhecida, da especificidade da agricultura portuguesa. Especificidade que não se reduz apenas às suas características específicas no presente momento - deficientes estruturas agrárias, baixos níveis de produtividade do trabalho e física, limitadas áreas de solos de qualidade - como ao facto de não ter gozado durante 30 anos dos apoios e protecção de que beneficiaram as restantes agriculturas comunitárias.

Caso vingue o fundamental da proposta MacSharry, o Governo português deve invocar o interesse vital e reclamar, na base da especificidade, da profunda alteração das condições negociadas aquando da adesão e da coesão económica e social, a reconsideração da integração da agricultura portuguesa na PAC, com o estabelecimento de novos prazos na concretização de regras e disciplinas e o reforço de apoios e ajudas.

A Comissão Política pensa que uma Reforma da PAC que atenda à diversidade da agricultura comunitária e combata a manutenção de uma agricultura a várias velocidades, exige que, simultaneamente:

a) O rendimento dos agricultores dependa prioritariamente do seu trabalho e não de medidas de assistência;
b) se corrija a desigual distribuição dos fundos agrícolas, vigente até hoje, o que impõe que os mecanismos de sustentação dos rendimentos sejam modulados e limitados em função da dimensão das explorações agrícolas e do seu grau de intensificação.»

A 22 de Maio, em novo Comunicado da Comissão Política, tirava-se a única conclusão possível:

«Com verdade, pode dizer-se que o Governo de Cavaco Silva sacrificou os interesses nacionais e dos agricultores portugueses ao objectivo propagandístico de encerrar alguns dossiers ainda durante a presidência portuguesa.»



Os militares são (antes de mais) cidadãos

A iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, ao apresentar um projecto de lei visando alterar o regime de restrições ao exercício de direitos pelos militares, é uma iniciativa de coerência por parte de quem assume a defesa dos direitos dos cidadãos - sejam jovens, mulheres, trabalhadores, militares -, como de coragem, num momento em que o Governo, apoiado na sua maioria parlamentar, procura restringir liberdades e direitos.

O actual Artigo 31º

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) foi aprovada em 1982, quando era ministro da Defesa Freitas do Amaral.

É nesta lei, que contém um conjunto de aspectos a merecer alteração, que consta o celeberrimo Artº 31º (também conhecido só pelo 31) denominado «Restrições ao exercício de direitos por militares».

É certo que não se pode desligar o conteúdo do Artº 31º da LDNFA do contexto histórico em que ocorreu a sua aprovação. Mas não é menos certo dizer que, mesmo para a altura (1982), ele foi mais longe do que devia. E é inteiramente justo afirmar que, desde há uns anos, a sua manutenção é um completo absurdo a merecer alteração.

O Artº 31º em vigor pura e simplesmente nega qualquer possibilidade de participação aos cidadãos militares.

A questão central começa desde logo neste aspecto essencial: é que negar não é restringir.

A Constituição da República no seu Artigo 270º prevê a possibilidade de existirem «restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva dos militares e agentes militarizados dos Quadros Permanentes em serviço efectivo, na estrita medida das exigências das suas funções próprias».

O Artº 31º da LDNFA ultrapassa em muito este princípio constitucional: **não restringe, nega. O Artº 31º é um artigo «sem estrita medida...».**

Muito poderia ser dito sobre as consequências negativas de tal quadro negador de direitos não só para o desenvolvimento criativo e participativo dos cidadãos militares, como também para a instituição e o país. Mas para quem queira ter uma imagem das suas reais consequências, bastará passar em revista a imprensa militar para constatar que nem a esse nível o debate, a troca de opiniões se gerou.

Foi esse o objectivo de quem elaborou a lei mas, como a vida revela, não foi atingido.

A natureza humana é outra e quem elaborou e aprovou o 31 ignorou, na sua pressa sobranceira, um simples e popular ditado: «Deus deu-nos a cabeça para pensar».

Os direitos e as falácias

É interessante revisitar afirmações proferidas em 1982 (Governo da AD) quando do debate parlamentar sobre o referido Artigo.

Apesar do PS ter votado a favor do Artº 31º, são de elementos do PS as seguintes declarações:

Manuel Costa - «nesta sede é necessário evitar tudo o que ultrapasse a limitação constitucional da «estrita medida».

João Cravinho - «creio que os números do Artigo 31º confi-

gurar restrições muito severas ao exercício de direitos por militares».

A consciência do inusitado quadro restritivo do Artigo já era na altura expressa.

Quanto ao PCP, votou contra o articulado.

A consideração, por parte dos militares, quanto ao quadro demasiadamente restritivo da lei, surgiu desde o primeiro momento. Entre outras razões, houve desde logo uma que continua hoje a ser ignorada para a elaboração do quadro conceptual legislativo ligado a uma problemática dos direitos e liberdades, a saber: a subordinação ao poder civil.

Com efeito, com a revisão constitucional de 1982, e com o desaparecimento do Conselho da Revolução, as FA's ficaram, e bem, para todos os efeitos legais, subordinadas ao poder civil. No entanto, tal reconhecimento não levou às decorrentes consequências, desde logo a de que estas se tinham integrado na Administração Pública, deixando de constituir um corpo à parte, em que imperava o foro pessoal. Aliás, o actual Sistema Retributivo afirma o princípio das Forças Armadas como um corpo especial da Administração Pública, tal como o são os diplomatas, os polícias, os professores, etc.

Permanentemente é esgrimida como justificador para as restrições a necessidade de disciplina e coesão das FA's. Trata-se de falácias que a realidade nacional e internacional já mostrou à sociedade que não colhe.

Em diversos países europeus o quadro restritivo dos direitos dos militares é outro, existindo até em alguns, o caso da Alemanha, sindicatos. Onde está a instabilidade e a indisciplina?

A própria acção e iniciativa dos sargentos revela que ela não é geradora de indisciplina ou falta de coesão das FA's.

Mas para além deste aspecto não menor, a manutenção do actual quadro é negador de direitos e viola princípios consagrados em Tratados europeus e universais, dos quais Portugal é subscritor.

Leia-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem (Artº 23º -4) que diz «toda a pessoa tem o direito de formar e aderir a associações...».

A Carta Social Europeia, em vigor desde 1965, diz no seu Artº 5º que «o direito de associação não pode ser limitado pela legislação nacional».

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou uma Resolução em 1988, na qual «apela a todos os Estados membros do Conselho da Europa, a conceder a todos os profissionais das FA's o direito, em circunstâncias normais, de criar, aderir e activamente participar em associações específicas, constituídas para defender os seus interesses profissionais, no quadro das instituições democráticas».

Como afirma o preâmbulo do Projecto de Lei do PCP de alteração ao Artº 31º «num momento em que por toda a Europa e por todo o Mundo se afirmam os direitos e liberdades individuais, como componente essencial e inalienável da democracia, a permanência das drásticas restrições de direitos contidos no Artigo 31º constitui um inaceitável ferrete que afasta os militares do conjunto da sociedade. Num momento em que as leis referentes aos militares em toda a Europa cada vez acentuam mais o reconhecimento dos seus direitos profissionais e de cidadãos, o Artigo 31º põe o país no pelotão dos avessos à mudança e aos novos desafios da sociedade aberta e democrática».

O Artigo 31º tem de ser alterado.

Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

Governo desrespeita compromissos e dá mostras da inoperância e irresponsabilidade

Há aproximadamente um ano, no contexto da execução do Acordo Económico e Social, foi aprovado e subscrito por todos os parceiros sociais o Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

No âmbito desse acordo, o Governo assumiu o compromisso de criar, até 31 de Dezembro de 1991, o Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e de publicar, até 30 de Abril de 1992, vários diplomas complementares ao novo regime jurídico relativo a esta matéria, estabelecido pelo D.L. N.º 441/91, de 14 de Novembro.

Tanto o diploma de enquadramento referido como a legislação complementar deveriam entrar em vigor a 1 de Julho do ano corrente, dado que, de facto, a ausência destes diplomas tiraria sentido, ou melhor, inviabilizaria quaisquer mudanças sensíveis no actual quadro normativo português neste domínio.

Desrespeitando os compromissos que assumira, porém, o Executivo não só não criou o referido Instituto como não



mandou publicar até ao momento os diplomas complementares ao D.L. N.º 441/91, adensando deste modo as preocupações de quantos têm acompanhado o evoluir da situação, designadamente do Grupo Parlamentar do PCP que, desde

o início tem vindo a expressar a sua incredulidade pelo comportamento do Governo e pela real vontade política de alguns parceiros sociais em cumprirem o acordo que subscreveram.

Sabe-se, entretanto, de acordo com informações recentemente divulgadas pela comunicação social, que o Governo terá enviado no passado dia 17 de Julho ao Conselho Económico e Social os diplomas que, no respeitante a segurança e higiene do trabalho, se referem à eleição dos representantes dos trabalhadores e à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A confirmar-se a informação de que estes diplomas entraram agora no Conselho Económico e Social, ocorre então perguntar: para quando a sua publicação? Que razões para tão demorada preparação de documentos de formulação nada complexa? Porquê o diploma da informação estatística e não o da organização das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho ou quaisquer um dos outros previstos no artigo 23.º do D.L. 441/91?

É pouco, muito pouco.

Perante o quadro negro da sinistralidade laboral no nosso país e as obrigações que em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho foram contraídas e sobretudo vigorarão a partir de Janeiro próximo, o Governo Cavaco/PSD continua a manter uma política caracterizada por uma total inoperância e agora dando mostras de grande irresponsabilidade. Daí que, também por esta razão, acrescida relevância assumam o projecto de lei do PCP, entregue na Mesa da Assembleia da República em meados de Junho último, que introduz alterações ao Regime Geral da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. É dele que de forma circunstanciada se falará a seguir.

PCP apresenta soluções justas e eficazes

Uma apreciação na generalidade do projecto de lei do PCP permite desde logo concluir que este se aproxima mais do espírito e na letra da Directiva 89/391/CEE e da Convenção n.º 155 da OIT que introduzem preceitos a que o nosso país se obrigou, face aos compromissos decorrentes da assinatura do Acto Único Europeu e ratificação daquela Convenção.

Sendo um documento jurídico mais perfeito, mais coerente, de consulta mais acessível, em suma, de aplicação mais fácil, o projecto de lei comunista precisa melhor, simultaneamente, as obrigações e actividades a desenvolver pelo empregador, sendo mais didáctico, por objectivo e por marcar etapas e prioridades para as acções de prevenção.

Nele está subjacente, nomeadamente, uma ideia da actividade de prevenção plenamente integrada no modelo de gestão e funcionamento da empresa, pelo que articula melhor as obrigações da entidade patronal com disposições constantes noutros artigos, como sejam, entre outros, a formação e informação dos trabalhadores e as comissões de higiene e segurança do trabalho.

Para além de prever a criação de estruturas/instituições de consulta e participação dos parceiros sociais com assento no Conselho Económico e Social, o diploma subscrito pelos parlamentares comunistas aborda ainda de forma suficiente as suas composições e competências genéricas, também aqui se diferenciando do D.L. N.º 441/91 que, recorde-se, no artigo que se refere ao Instituto e ao Conselho Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, nada adianta sobre a natureza destas instituições, remetendo tal matéria para regulamentação.

Contrariamente ao diploma do Governo, que espartilha por vários artigos as funções dos representantes dos trabalha-

dores, o projecto do PCP prefere defini-las de forma clara e suficiente nos aspectos essenciais num único artigo. É que o diploma governamental terá, eventualmente, preferido um modelo de intervenção dos representantes dos trabalhadores pleno de constrangimentos, face a dúvidas quanto às suas reais funções.

Realce merece ainda o facto de no seu articulado o projecto do PCP analisar de forma suficiente os diversos aspectos que importam à actividade das Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho (objectivos, funções, composição e regras principais do seu funcionamento), enquanto o D.L. do Governo - limitando-se praticamente a remeter para a contratação colectiva a criação das Comissões - acaba por inviabilizá-las, conhecida que é a oposição incompreensível das organizações patronais a este tipo de instituições no seio das empresas.

Analisando o articulado do projecto na especialidade, por outro lado, constata-se que este garante, à partida, uma cobertura integral de todos os trabalhadores, embora admitindo situações de excepção quando se trate de actividades condicionadas por critérios de segurança ou emergência (polícia, forças armadas e protecção civil), mas obrigando o Estado a publicar nestes casos os diplomas com as medidas que garantam condições de segurança, higiene e saúde aos trabalhadores excepcionados do regime geral.

Completando o quadro dos conceitos previstos no diploma governamental, o projecto do PCP dá sentido a várias disposições nele constantes, pelo que se constitui como elemento clarificador e viabilizador de alguns direitos e deveres das partes envolvidas na prevenção a diversos níveis.

Identificar e localizar, sem quaisquer dúvidas, as responsabilidades, obrigações

e competências do Estado e do Governo nesta matéria constitui outra das preocupações a que se subordinou a elaboração do projecto da formação comunista, o qual configura ainda de forma suficiente num diploma de enquadramento as principais disposições relativas ao Instituto e ao Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho.

Ao introduzir elementos claros de responsabilização pelas condições de trabalho, aproximando-se assim bastante mais da formulação da Directiva Comunitária, o projecto precisa esta responsabilização no que se refere à execução de trabalhos por entidades exteriores às empresas e apresenta o vasto quadro das intervenções do empregador em matéria de prevenção e no apoio ao funcionamento das comissões de higiene e segurança.

Noutro plano, embora acompanhando o decreto governamental, o projecto introduz alguns elementos clarificadores, definindo ao mesmo tempo momentos das intervenções em matérias como a informação e consulta dos trabalhadores, a formação dos trabalhadores e as suas obrigações. Neste último capítulo, são propostos vários preceitos que de forma inequívoca procuram definir uma postura para os trabalhadores de grande motivação e colaboração com a entidade empregadora visando melhorar as condições de trabalho na empresa.

Digno de registo é ainda o facto de as soluções preconizadas pela formação comunista ultrapassarem largamente as intenções governamentais ao definirem e sugerirem como essencial o papel das comissões de higiene e segurança, entendidas como instituições primordiais, absolutamente necessárias, no sentido de possibilitarem intervenções coerentes, concertadas e de pleno diálogo nas empresas na prossecução dos objectivos da mel-

horia das condições de segurança no trabalho. No respeitante à organização das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho, ao introduzir a obrigatoriedade de criação de serviços próprios, em regra, em empresas com mais de 100 trabalhadores, o projecto em apreço pretende limitar intervenções demasiado liberais. A ausência no diploma governamental de uma disposição deste tipo terá, em última instância, por consequência, a continuação das más condições de trabalho na maioria das empresas portuguesas, por falta de suporte técnico emergente de estruturas adequadas com competência a nível da higiene, segurança e saúde no trabalho na organização das empresas.

Em concomitância com as disposições relativas à organização das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho, o projecto do PCP não esquece, contrariamente ao decreto-lei do Governo, um conjunto de disposições quanto aos técnicos que nos diferentes domínios constituirão a componente fundamental de quaisquer transformações pretendidas.

Há ainda que referir que o projecto do PCP estabelece igualmente que a competência do tratamento estatístico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais será do Instituto Nacional de Estatística e não de quaisquer outras entidades, sob pena de não ser garantida a fiabilidade dos indicadores produzida a este nível, como acontece actualmente.

Por último, registre-se que o projecto adita alguns aspectos relativos a legislação complementar que claramente estão em falta no decreto governamental, como sejam a relativa ao Instituto e ao Conselho Nacional de Higiene e Segurança e a um vasto conjunto de disposições em matérias como primeiros-socorros, luta contra incêndios, evacuação dos trabalhadores e perigo grave e imediato.

Os emigrantes o voto presidencial e os seus interesses

A problemática da participação dos emigrantes nas eleições presidenciais possui de facto um carácter de questão nacional?

Logo assim à partida, parece-nos que a questão nacional terá de ser a emigração em si, emigração enquanto fenómeno social, político e humano, com implicações directas na realidade socio económica da história recente e passada do nosso país.

Claro que isto proporcionava um debate de temas que entroncam na política de emigração do Governo PSD. Daí que a proposta de voto dos emigrantes adquira o carácter de «uma saída por cima», bem ao jeito de quem, ao pretender colher dividendos político-eleitorais da iniciativa, fica ainda com a atraente possibilidade de inverter as razões pelas quais se considera que os emigrantes deveriam merecer um apoio diferente e melhor do Governo português.

O passado e o presente das acções reivindicativas das comunidades de portugueses no estrangeiro, expressas a diversos níveis pelos seus representantes, mostra-nos que a questão do direito de voto nas eleições presidenciais não é íntima do conjunto dos direitos a reconhecer e a atribuir. Aliás, pelo carácter de conveniência partidária, e pela possibilidade de que uma aceitação involuntária a coloque no pingo das questões importantes, podemos dizer que a proposta de voto transporta o risco de ser oposta aos interesses dos emigrantes: o empolamento desta questão levará à desvalorização de outras bem mais prementes.

Falta de coerência

A propósito deste tema têm-se manifestado tantas e excessivas opiniões que, a fazer fé, o voto nas presidenciais possibilitaria não só a resolução dos problemas dos emigrantes, mais ainda que:

- Fosse corrigida uma grave injustiça;
- Os emigrantes passassem a ser cidadãos de primeira;
- Houvesse uma contrapartida para as remessas;
- O Presidente passasse a ser de todos os portugueses.

Não pretendemos minorizar o assunto nem evitar a sua discussão.

Também por isso consideramos que não existe qualquer injustiça pelo facto da Constituição determinar que o voto presidencial é exercido pelos cidadãos portugueses recenseados em território nacional, que o sentimento de cidadãos de segunda radica na política de exclusão que discrimina os emigrantes, que a contrapartida para as remessas deveria ser o desenvolvimento das suas regiões de origem, que Mário Soares dizer-se Presidente de todos os portugueses é uma figura de estilo que pressupõe a intenção de igualizar na representatividade aqueles que por uma outra razão nele não votaram.

Tanto mais injustificado é o ar de «cruzada patriótica» que Cavaco Silva quer dar à atribuição do direito de voto, quanto mais se pode verificar o seu desenquadramento do direito comunitário. É-nos muito difícil perceber que este direito tolere simultaneamente o exercício de voto nos países de acolhimento e de origem.

No quadro da Comunidade Europeia, as decisões e orientações vão no sentido de atribuir direitos políticos aos cidadãos, como o voto nas eleições autárquicas e Parlamento Europeu.

Ao PSD, tão europeísta e favorável a tudo o que seja a transferência de soberania para órgãos supranacionais, não se percebe que justifique o voto com o argumento de que, citamos, «numa altura em que se projecta (...) alargar aos

estrangeiros residentes no nosso território certos direitos de participação política, mais chocante se torna a sua denegação (...) a uma parte tão significativa de portugueses».

Mas onde está aqui a tão briosa postura europeia que esconde que os portugueses residentes em território estrangeiro também passam a ter lá esses mesmos direitos de participação política? E não foi isto precisamente valorizado pelo Primeiro-Ministro, quando na televisão, colocado perante a pergunta sobre a perda de soberania o negava, dizendo que Portugal ganhava soberania e quem a perdia era a Alemanha porque, como há muitos portugueses na Alemanha e poucos alemães em Portugal, temos mais gente a votar lá que eles cá?

É ridículo mas foi assim.

Limitações várias

A participação dos emigrantes em actos eleitorais realizados no nosso país, por ser revestida de determinados condicionamentos, mostra quanto é demagógica a defesa indiscriminada da atribuição de voto para o PR.

Ao serem criados dois círculos eleitorais específicos para as eleições legislativas - ao contrário, por exemplo, dos italianos, espanhóis e gregos que votam nos círculos eleitorais nacionais -, aceita-se a desvinculação efectiva do país e, ao estipular-se (eleições 1987) que só os portugueses residentes nos países da Comunidade Europeia votavam para o Parlamento Europeu, consagrou-se a aplicação de critérios selectivos. Com o sistema de voto directo e universal, como é o do PR, como fazer o encaixe destas especificidades próprias da condição de emigrante? Omitem-se, como o pretendem fazer quantos dizem ser injusta a actual situação, ou reconhece-se que só o exercício do voto em Portugal dá à eleição presidencial inequívoca democraticidade, como defendem quantos consideram que as injustiças residem primeiro de tudo nas razões da emigração?

Estamos a falar num contexto europeu, onde às razões aduzidas para descrever da viabilidade e correcção da atribuição de voto, podemos acrescentar outras de tipo afectivo, como a ligação ao país, o interesse pela vida política nacional, as intenções de regresso, a nacionalidade estrangeira e o exercício de direitos cívicos nos países de acolhimento, etc.. Com certeza que é todo um conjunto de circunstâncias que limita a intervenção político-eleitoral em igualdade de condições.

E que dizer dos países de Fora da Europa. Aí, os direitos políticos já são exercidos por muitos, o que torna incongruente esta acalorada defesa do voto, que, julgamos, mesmo no plano moral não deixaria de suscitar dúvidas a quantos, sabendo que poderiam exhibir ou requerer a qualidade de portugueses, têm votado nos candidatos presidenciais americanos ou brasileiros, nas eleições estaduais e outras. Porque se naturalizaram ou nasceram nestes e outros países, mas também porque, como no Brasil, basta a posse da carteira de «igualdade de direitos políticos», facultada pela legislação luso-brasileira, para poderem votar em todas as eleições desse país.

Ausência de argumentos favoráveis

Estrangeiros a votar para o Presidente da República Portuguesa? Se a expressão pode comportar algum exagero, não tem nada de inconcebível perante a multifacetada composição das comunidades de emigrantes, e face à permissividade da legislação portuguesa sobre a dupla nacionalidade.

As referências à composição e legislação valem como um alerta para referirmos as possibilidades de desvirtuamento a que se poderia sujeitar a eleição para o mais alto



cargo do país, o que não teria certamente a concordância de muitos emigrantes.

Dir-se-á que será tudo uma questão de regulamentação e enquadramento. Se assim fosse, porque não aduz o PSD uma única razão que seja a favor dessa possibilidade? Não o entende necessário, não a encontra, ou receia que comecem por aí as dúvidas? Haverá de tudo um pouco mais a arrogância de quem pensa que, ao esgrimir com uma questão tão sensível ao sentimento patriótico das pessoas, as pode influenciar para determinados fins.

Só a título de exemplo, imaginemos uma eleição presidencial com os dois candidatos mais votados a ir a uma segunda volta que, como sucede, se realizaria quinze dias após o primeiro escrutínio, e que naturalmente requeria segunda votação com nova edição de boletim de voto...

Omitir as realidades

Sem dificuldades, aceitaremos que grande parte dos emigrantes, postos perante a hipótese de voto, lhe sejam favoráveis, embora muito menos por convicção e mais por inércia. Não são eles que se questionam pela óptica da injustiça ou discriminação, esse é o pretexto de quem pretende agitar direitos que noutras situações nunca se preocupou em defender ou salvaguardar.

De facto, o Governo PSD põe a mão na consciência tarde e a más horas, e se pretende que os emigrantes sejam cidadãos de primeira, deveria penitenciar-se de outras situações: o ensino do Português, os serviços consulares, o apoio social e jurídico, as condições de contratos de trabalho e remuneração, o regresso e reinserção no país e, finalmente, reconhecer a representatividade do movimento associativo e aceitar a autonomia das estruturas consultivas dos emigrantes.

Nas eleições de 1983 encontravam-se recenseados 185 339 emigrantes. Em 1985 este número subiu para 190 818. Em 1987 desceu para 187 581 e em 1991 estabilizou com 187 598.

À medida que se radicam no estrangeiro, os portugueses tendem naturalmente a desligar-se do nosso país ou, se preferir, a assimilar os hábitos e costumes das sociedades de acolhimento. Os novos emigrantes (e são muitos milhares) perspectivam a sua ausência num quadro temporal reduzido e maleável, ficando portanto mais propensos a manter o seu recenseamento no território nacional. Para dizer que nas condições actuais o número de recenseados não sofrerá alterações sensíveis.

É para eles que num gesto de altruísmo político o PSD se vira? Nada disso. Com legislação oportuna e adequada, com os serviços oficiais da emigração animados pela «patriótica» actividade dos funcionários/dirigentes do PSD, as alterações surgiriam.

«Há pessoas e instituições com medo do voto dos emigrantes» - (Dias Loureiro, ministro da Administração Interna).

Não nos parece. Há sim um partido político que, sem mandato dos próprios, usa os emigrantes como pretexto para alterar a Constituição e tenta influenciar a eleição presidencial através da manipulação das realidades heterogêneas da emigração.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Pobre laranja

PSD é um faltar.
Lá se amanhã, lá se arranja.
Há quem, para abreviar,
lhe chame o «poder laranja».

Para propaganda, é canja.
Protesto, como convém.
Pobrezinha da laranja!
Mas que culpa é que ela tem?...

Ambiente

O Professor precisava
de um ministro do ambiente.
Mas ministro bom à brava.
Que fosse um génio. É evidente

mestre de ambiente, urgente
que varra e limpe a barraca
pois no Governo o ambiente
é de se cortar à faca...

Mais um...

Outro escândalo! Afinal
digam lá: que admiração?
Tudo isto é natural
no mar da especulação.

Com rigor se alinda a linda
teia, a compasso e esquadro.
mas esperem lá. Ainda
a procissão vai no adro...
Sobre um caso igual, aqui
disse o mesmo o poeta, há pouco.
O poeta é louco, se ri?
Quem não o escuta é que é louco!

Se...

O ministro anda de mal
com o Banco de Portugal.
Ele quer tudo na mão
e sem fiscalização.

E assim pé cá, pé lá
visto o ritmo da batuta
ainda se chegará
(não é raro, não é raro...)
à monarquia absoluta...

Se tiverem tempo, é claro...

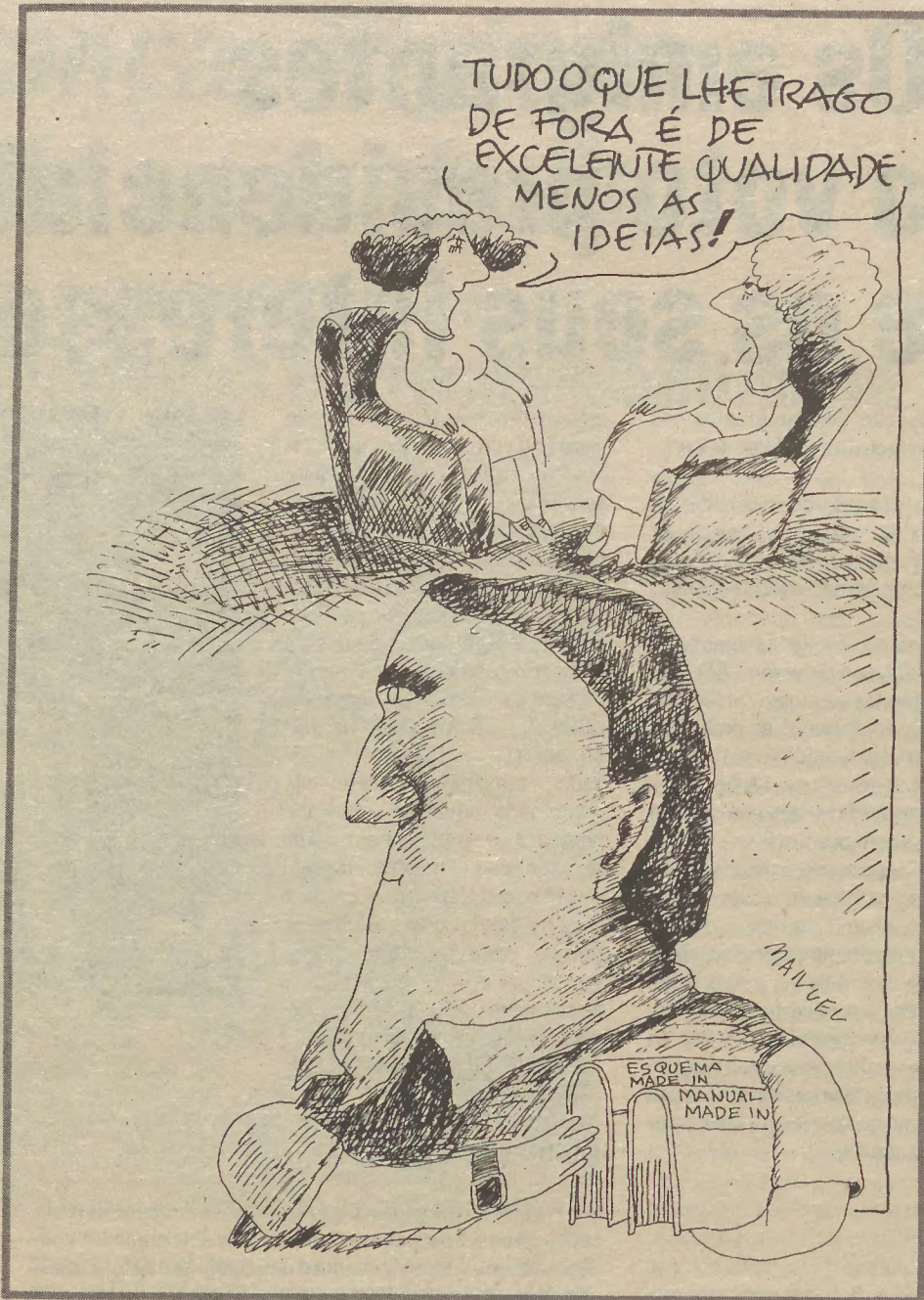
Fedor do FEDER

Não são balelas
São notícias fresquinhas de Bruxelas.
Para tudo dizer:
está a dar o bafó as verbas do FEDER...

Gastou-se muito. Os meios oficiais
afirmam, e a suspeita não se esconde.
Gastou-se até de mais
e não se sabe sempre bem aonde.

Este FEDER, que em brumas se mantém,
também por cá não cheira nada bem...

■ IGNOTUS SUM



Tão amigos

Está-se na época do dito por não dito, do esquecimento do passado, do calar e do apagar de antigas posturas e afirmações, do renegar de amizades e negócios. Paradigma disso tudo — que faria qualquer S. Pedro encarar em paz o cantar do galo — é a caldeirada em que se meteu um corrector da praça, agora não apenas acusado por amizades de há pouco, agora apostadas, segundo ele, em arrancar-lhe a pele.

Ninguém esqueceu — embora ingenuamente a RTP continue a dar imagens dessas nas suas «notícias» sobre o paradeiro e os crimes de Pedro Caldeira — o programa «Acerto de Contas», passado nos ecrãs há poucos meses. Aí nos foi distribuída a imagem do corrector que já antes havia sido suspenso das operações bolsistas por má figura de que aliás o programa o ilibava.

Era a imagem do sucesso, ao jeito cavaquista. Um homem só a subir a pulso, milhão a milhão, com toda a confiança dos investidores estrangeiros e do empresariado nacional. Caldeira saía da soberba casa, Caldeira entrava no BMW, Caldeira fumava em frente dos computadores que lhe diziam quantos milhões arrecadava para si e para os amigos.

Depois deste programa com laivos de publicidade, alguém deve ter sentido dúvidas — não certamente o Primeiro-Ministro, que nunca as tem — e corrido a tentar salvar o seu, a meio da

negociata. Dos muitos amigos que tinha (e vá-se lá saber quais, entre o jet-set nacional), todos parecem tê-lo desertado. Até a RTP. Depois de lhe fazer o anúncio de milionário de sucesso, quer apagar rapidamente essa amizade, por entre a tonelada de notícias criminais. Só não tira a moralidade da história, que é a do facto de que estes sucessos são efémeros e escondem quase sempre negócios escuros. É que o negócio continua...

Na sombra da noite

Ainda falando da RTP, do que ela promove e do que ela esconde, não se resiste a lembrar que, apesar da profusão de programas em que o fascismo, abundantemente elogiado por larga galeria de personagens que resistiram à mumificação com injeções de novo sangue televisivo, a televisão pública tem grande relutância pela História, quando ela lhe cheira a verdades incómodas. Por exemplo, o programa sobre a «Geração de 60», da autoria de Diana Andringa, realizado há que tempos e posto a congelar pela Direcção do Canal 2 — vá-se lá saber por quê —, chegando mesmo a jornalista a queixar-se em Setembro do ano passado à Alta Autoridade para a Comunicação Social de ser alvo de censura, viu agora a luz do dia. Melhor seria dizer a luz (?) da noite. Não queremos pronunciar-nos ainda sobre

os méritos ou deméritos da série de seis episódios sobre tão conturbados tempos. Apenas dizer que certamente conterà aspectos incómodos para o poder actual, tão célere a reabilitar os pides e a dar-lhes dinheiro. O programa, seguramente para que ninguém o veja, foi verdadeiramente encafuado no canal 2, às 24 horas de uma segunda-feira. Em Agosto. Para que não conste.

O partido da direita

Há afirmações retumbantes porque apenas querem retumbar, outras porque querem apenas ser ouvidas, no meio da gritaria, a dizer coisas de alguma importância.

Dois exemplos: quando o retumbante João Jardim afirma na Madeira que «vamos ter Cavaco por mais 20 anos», não quer apenas ouvir-se, como a maior parte das vezes é o caso. Quer dizer — e que chegue aos ouvidos de Cavaco —, que ele é um incondicional do regime. E quando o melífluo Lucas Pires diz ao «Diabo» que «o meu maior partido é o país» não quer dizer apenas que está livre para correr para Belém. Quer dar a «boanova» a Cavaco Silva, e comunicar-lhe a disponibilidade em que se encontra. Deixando cair o CDS — que é tão leve que nem faz barulho a bater no chão —, Lucas Pires não deixa de sublinhar que acompanha «satisfeito o caminho do PSD». Para que retumbe.

frases da Semana

“Aceitei pelas razões do costume, porque gosto de pôr coisas a mexer.”

☞ (Manuel Falcão, sobre a sua nomeação por Santana Lopes para o cargo de Director do Módulo Dois do C. C. Belém. — «Expresso» - 1.08.92)

“O Banco de Portugal diz que crescemos x por cento; a Comunidade Europeia acha que só crescemos pouco mais de metade disso. O INE entende que o indicador y aumentou; a OCDE considera que esse indicador diminuiu. Interroga-se o pobre analista: em qual destes fabianos é que devo acreditar? Mistério.”

☞ (Daniel Amaral, «O mistério da vaca gorda» — «O Jornal» - 31.07.92)

“A verdade é que, por maior que seja a sua dedicação, Fernando Nogueira deve começar a sentir o mesmo que o príncipe Carlos: a rainha nunca mais se afasta e deixa o trono livre. Com a diferença de que Portugal não é uma monarquia — e Fernando Nogueira, apesar de tudo, não é filho de Cavaco Silva.”

☞ (José António Saraiva, «Política à portuguesa» — «Expresso» - 1.08.92)

“Cavaco dá tréguas de Verão a governo de Jardim”

☞ (Título — «Expresso», 1.08.92)

“Menezes e os «jantares conspirativos».”

☞ (Título — «Expresso», 1.08.92)

“Menezes acusa adversários de «fuga de informação».”

☞ (Título — «Expresso», 1.08.92)

“João Salgueiro deixou há dias a presidência do Banco de Fomento e Exterior: mas o Governo continuará a contar, sempre, com o seu espírito de serviço, permanecendo na primeira linha de participação no processo de modernização e de afirmação do nosso país.”

☞ (Faria de Oliveira, ministro do Comércio e Turismo — «Expresso» - 1.08.92)

“Estava fechado e ninguém o conseguia abrir.”

☞ (Nandim de Carvalho, sobre o cofre (pessoal) de Pedro Caldeira — «Público» - 31.07.92)

“Pedro Caldeira, de 42 anos de idade, perfil de homem de negócios do tipo ibérico bem sucedido, foi sempre um modelo para os jovens que se apaixonaram pela Bolsa. E não é à toa, uma vez que o ex-corretor andava nesta vida há cerca de 20 anos (...).”

☞ (Da biografia de Pedro Caldeira, por Pedro Fernandes e Salvador da Cunha — «Público» - 30.07.92)

“Nem Fátima lhe valeu”

☞ (Título — «O Jornal», 31.07.92)

“TVI aposta no capitalismo popular”

☞ (Título — «Público», 30.07.92)

EXP '92

SEVILLA

EXCURSÃO 2-3-4-5/OUTUBRO

1º DIA - LISBOA/MONTE GORDO

- Partida às 14 horas do CT Vitória: Auto-Estrada do Sul. Continuação da viagem por Alcácer do Sal, Ourique, Ferreiras, Monte Gordo. Alojamento.

2º e 3º DIAS - MONTE GORDO/HUELVA/SEVILHA/MONTE GORDO

Partida para Sevilha às 8 horas. Chegada às 10 horas. Entrada no Recinto da Expo/92. Dia livre para iniciativas individuais. Às 23.15 horas partida para Monte Gordo. Chegada ao alojamento à 1.00 hora.

4º DIA - MONTE GORDO/LISBOA

- Regresso às 13.45 horas. Chegada prevista às 19.30 horas.

PREÇO POR PESSOA

- C/1 Entrada na Expo/92..... 29 500\$00
- C/2 Entrada na Expo/92..... 35 300\$00

O preço inclui:

- Transporte em moderno Autocarro de Turismo com ar condicionado até ao local da Expo/92 e regresso;
- Alojamento no Hotel Baía de Monte Gordo.
- Pequenos-almoços;
- Entrada (1 ou 2 bilhetes conforme a opção) para a Expo/92, nos 2º e 3º dias;
- Visita à cidade de Sevilha.

Excursão a

Ceuta

3 dias

25, 26 e 27 de Setembro

1º dia - Lisboa (saída do CT Vitória)

Algeciras

2º dia - Ceuta

3º dia - Regresso

(passagem por Sevilha, Badajoz, Estremoz)

Preço por pessoa: 25.500\$00

(incluindo viagem, alojamento em Hotel em regime de 1/2 pensão, jantar do 1º e 2º dias)

- Excursões promovidas pela Organização Cidade de Lisboa
- Inscrições nas Zonas e Sectores e no CT Vitória - Tel. 3562715

EXCURSÃO A CUBA

promovida pelo CPPC

15 dias - 17/9 a 1/10

Esc. 195.000\$00

Viagem de avião Lisboa-Havana-Lisboa
Pensão completa em hotéis de 3 e 4 estrelas
Transportes internos

Visitas às regiões de Havana, Cienfuegos e Varadero

com o apoio do Movimento Cubano para a Defesa e Soberania dos Povos

Inscrições até 15 de Agosto no CPPC
Tel. 3863375/6 - Fax 3863221

Agenda

S. Domingos de Rana

Plenário de militantes com a participação do camarada Júlio Filipe

Sábado às 21.30
no Centro de Trabalho de Tires

Jornada de Trabalho da Organização de Cascais na Festa

Domingo, dia 9

Partidas às 7h30m de
Alto de Tires - Alcabideche
Cascais - Parede

Noites do Vitória

Música ao Vivo à sexta-feira no Terraço

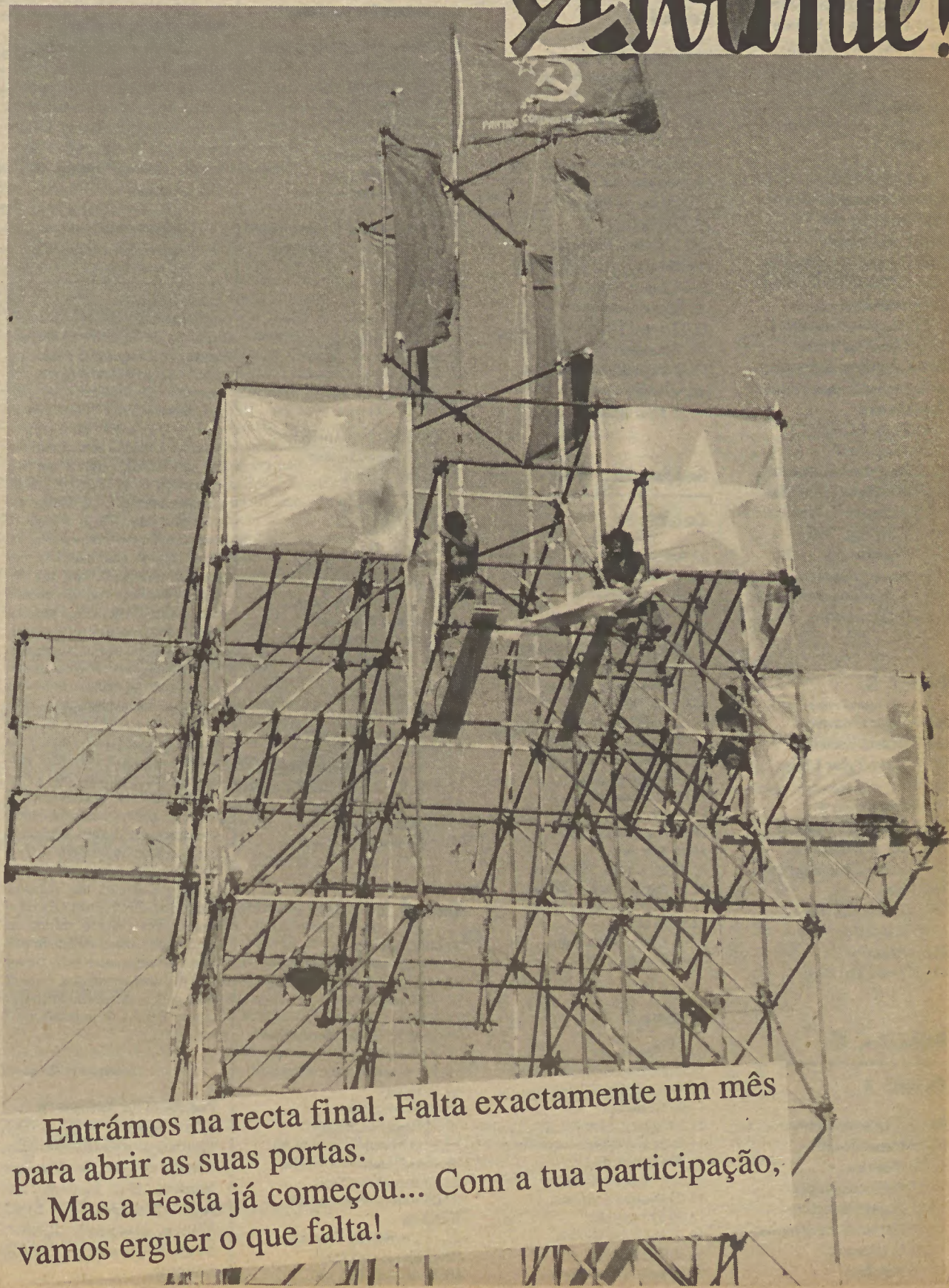
Esta semana:

Três de Abril
música de intervenção
música de baile

... afinal, em Agosto as noites continuam!

festa

Avante!



Entrámos na recta final. Falta exactamente um mês para abrir as suas portas.
Mas a Festa já começou... Com a tua participação, vamos erguer o que falta!

Televisão

Quinta, 6

Canal 1

07.40 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Sem Futuro
11.00 Quem Ama não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azímutes
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Chefe, Mas Pouco
22.00 Crença Fatal
23.45 Notícias
24.00 Jogos Olímpicos
01.30 Bandidos da Falange

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha! (I)
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.05 Recreio do 2
17.30 Grandes Desastres
18.00 Jogos Olímpicos
21.00 Jornal das Nove
22.00 Volta a Portugal em Bicicleta
21.40 Jogos Olímpicos
22.15 Lendas da Guitarra
22.50 A Boceta de Pandora (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 7

Canal 1

07.40 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Sem Futuro
10.30 Quem Ama não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Golfinhos de Sonho
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Paragem de Autocarro (ver «Filmes na TV»)
23.25 Notícias
23.35 Jogos Olímpicos
02.10 A Porta para o Inferno (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.05 Recreio do 2
17.30 Grandes Desastres
18.10 Jogos Olímpicos
22.45 Volta a Portugal em Bicicleta
23.00 Jornal das Nove
24.00 A Boca do Lixo
01.00 Rotações
01.30 Tudo Vai Bem

Sábado, 8

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 A Flecha Negra
13.45 Jogos Olímpicos
17.50 National Geographic
18.45 O Irlandês
19.45 Totoloto

20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araponga
23.15 Filipinas, Revolução Sangrenta (ver «Filmes na TV»)
01.00 Jogos Olímpicos

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Totó Perdeu a Cabeça (ver «Filmes na TV»)
15.30 Fernandel em Palpos de Aranha (ver «Filmes na TV»)
17.50 Jogos Olímpicos
23.00 Volta a Portugal em Bicicleta
23.30 A Boca do Lixo
00.30 As Teias da Lei

Domingo, 9

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Top +
14.15 Jogos Olímpicos
20.30 Jornal de Domingo
21.15 Araponga
22.45 No Calor da Noite
23.40 Jogos Olímpicos

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Os Amigos de Peniche (ver «Filmes na TV»)
16.00 Águia, a Majestade de um Predador
17.00 Rentadick (ver «Filmes na TV»)
18.30 Pais de Filhas
19.30 Nós Dois
20.15 Volta a Portugal em Bicicleta
21.00 Jogos Olímpicos — Encerramento
23.00 Artes e Letras — «Raymond Chandler»
23.45 Rejeanne Padovani (ver «Filmes na TV»)
01.30 Tauromaquia

Segunda, 10

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Pássaros
10.30 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Um Oceano de Sonhos
14.00 Brinca Brincando
14.30 Momento de Decisão (ver «Filmes na TV»)
16.00 O Matulão
18.15 Riviera
18.45 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.25 Jogos sem Fronteiras
23.00 Martin Luther King
24.00 24 Horas
01.00 Liberdade à Solta (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.45 Austrália Selvagem
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha! (I)
14.50 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
16.30 O Cavalo de Fogo
17.00 Destino América
18.00 Francofolia
18.30 Rosa dos Rumos
19.30 Dramazine
20.00 O Brilho da Dança

21.00 Jornal das Nove
21.55 Volta a Portugal em Bicicleta
22.15 Geração de 60
23.00 Bailado

Terça, 11

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Sem Futuro
10.30 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
15.00 Miss América Super (ver «Filmes na TV»)
16.15 O Matulão
17.00 Brinca Brincando
17.30 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Jogo Limpo
22.15 Primeira Página
23.15 Uma Vida dos Diabos
23.45 24 Horas

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.45 Austrália Selvagem
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
14.45 Volta a Portugal em Bicicleta
15.20 Mary Tylor Moore Show
16.00 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Juri
18.00 Francofolia
18.30 Rosa dos Rumos
19.30 Cinemagazine
20.00 Belinda Carlisle
21.00 Jornal das Nove
22.00 Volta a Portugal em Bicicleta
22.15 Os Tarados de Sherwood
22.45 Um Amor na Alemanha (ver «Filmes na TV»)
00.30 Pop Off

Quarta, 12

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Sem Futuro
10.30 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.30 Mundos Opostos (ver «Filmes na TV»)
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 X, Y e Z (Ver «Filmes na TV»)
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.45 Austrália Selvagem
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
14.50 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.30 Design
18.00 Francofolia
18.30 Rosa dos Rumos
19.30 O Mundo dos Anos 30
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
22.00 Volta a Portugal em Bicicleta
22.15 Corrida de Toiros
23.45 Sinais do Tempo
00.45 Amores Díficeis

Filmes na TV



Louise Brooks: o rosto de Lulu em «A Boceta de Pandora»

A Boceta de Pandora
«Die Büchse der Pandora», (Alem./1928). Realização de Georg Wilhelm Pabst. Interpretação de Louise Brooks, Fritz Kortner, Franz Lederer, Carl Gotz, Alice Roberts, Kraft Raschig. P/B, 108 minutos.

Livremente adaptado por Laszlo Wajda e pelo próprio realizador, de duas peças de Franz Wedekind, «A Boceta de Pandora», sofrendo a ofensiva da censura, foi sujeito a várias versões mais curtas ao longo de décadas e finalmente restaurado na sua integralidade em 1983. Mas a história original, que entretanto deu origem a dois remakes, datados de 1962 (Rolf Thiele) e de 1980 (Valerian Borowczyk), jamais foi tratada no cinema com tal genialidade como a que lhe emprestou G. W. Pabst, o grande cineasta alemão: Lulu, uma jovem extremamente bela e sensual, é amante de um rico editor de jornais, Peter Schoen, que financia os espectáculos de music-hall de que é vedeta. Mulher fatal, destroçando os corações dos homens, Lulu consegue convencer o amante a casar-se consigo, mas não tarda a enganá-lo com o próprio filho deste, levando o marido ao suicídio. Porém, as contínuas conquistas amorosas de Lulu levam-na até Londres, onde se prostitui, acabando assassinada às mãos de Jack, o Estripador. Prodigiosamente filmado por Pabst, um dos maiores representantes do Expressionismo no cinema, o filme caracteriza-se pelo uso invulgar da iluminação, da montagem e das sobreimpressões (traduzindo a evolução psicológica das personagens), mas talvez se tenha transformado num objecto mítico da história do cinema sobretudo pela forma fabulosa como Pabst filmou uma das mais espantosas divas de todos os tempos, a actriz americana Louise Brooks. É imprescindível ver.

Quinta, 22.50, Canal 2

Paragem de Autocarro
«Bus Stop», (EUA/1956). Realização de Joshua Logan. Interpretação de Marilyn Monroe, Don Murray, Arthur O'Connell, Betty Field, Eileen Heckart, Robert Bray, Hope Lange. Cor, 98 minutos.

Sexta, 02.10, Canal 1

Totó Perdeu a Cabeça
«I Due Orfanelli», (It./1947). Realização de Mario Mattóli. Interpretação de Totó, Carlo Campanini, Isa Barzizza, Nerio Bernardi. P/B, 87 minutos.

Terceiro e último exemplar de um pequeno ciclo com que a RTP comemora o aniversário do desaparecimento de uma outra grande actriz do cinema americano, Marilyn Monroe, «Paragem de Autocarro» é outra oportunidade a não perder nesta semana de programação cinematográfica. Sendo porventura o primeiro filme de Marilyn que veio demonstrar a sua extraordinária qualidade de actriz, nele brilham igualmente Don Murray e Hope Lange fazendo a sua estreia no cinema: o primeiro no papel de um desajeitado e inocente cowboy, na sua primeira experiência amorosa com uma cantora de saloon extremamente bela que, de forma comovente, se deixa render por essa mesma inexperiência. Mas o filme é também a demonstração de um experiente e excelente director de actores, Joshua Logan. Inesquecível é outro momento alto do filme, a lendária versão de Marilyn de um grande standard: «That Old Black Magic».

Sexta, 21.35, Canal 1

A Porta Para o Inferno
«The Gate II: Trespassers», (Can./1990). Realização de Tibor Takacs. Interpretação de Louis Tripp, James Villemaire, Pamela Segall, Simon Reynolds. Cor, 90 minutos.

Sequela de um primeiro filme do mesmo realizador, que, em 1987, aguentou várias semanas como número um na estatística das bilheteiras, este «A Porta do Inferno» é a continuação da exploração do filão do primeiro: uma história de horror à volta de uns adolescentes envolvidos com o sobrenatural à solta numa velha mansão, agora surgindo até alguns monstros extraterrestres a ajudar à festa. Mas a relativa curiosidade que despertara o primeiro filme desvanece-se nesta segunda experiência em que se usa e abusa de efeitos especiais e de caracterização sem qualquer originalidade.

Mais um filme com a presença do irresistível cómico do cinema italiano, desta vez encarnando a personagem de um jardineiro órfão que, com o seu irmão, parte para Paris à descoberta das origens de ambos. Um filme que, saído da pena de dois rotineiros e famosos autores do cinema cómico italiano, é também uma paródia irónica aos filmes românticos do cinema francês.

Sábado, 14.00, Canal 2

Filipinas, Revolução Sangrenta
«L'Insoumis / Ora Pro Nobis», (Fr./Filipinas/1989). Realização de Lino Brocka. Interpretação de Philip Salvador, Dina Bonnevie, Gina Alajar, Bembel Roco. Cor, 91 minutos.

Já realizado após a queda da ditadura de Marcos, este filme do mais conhecido e empenhado realizador filipino, Lino Brocka, constitui uma poderosa denúncia das actividades impunes das forças paramilitares de extrema direita que continuam a tentar esmagar os anseios de liberdade e democracia do povo filipino, através do rapto, da tortura, do assassinio. O argumento, escrito pelo jornalista José Lacaba, reflecte precisamente a luta popular contra a violência fascista, personificada nas personagens de um ex-sacerdote e de um ex-guerrilheiro. Mais um destaque, importante, da semana televisiva.

Sábado, 23.15, Canal 1

Os Amigos de Peniche
«Tricoche et Cacolet», (Fr./1938). Realização de Pierre Colombier. Interpretação de Fernandel, Frédéric Duvalles, Jean Weber, Elvire Popesco, Ginette Leclerc. P/B, 103 minutos.

De novo a presença de Fernandel no pequeno ecrã. Desta vez em mais um filme cujo principal interesse é o puro brilhantismo da representação, agora também repartido por Frédéric Duvalles, já que a história serve de puro veículo: neste caso, Fernandel e Duvalles dirigem uma agência de detectives, mas, logo no seu primeiro caso, se encontram em campos opostos, defendendo sem o saberem os in-

Cinema

| | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|-----------------------------|-----------|--------------|--------------|
| A Batman Regressa | ★★★★ | — | ★★★ |
| B Casablanca | ★★★★ | — | ★★★★★ |
| C Mentas que Brilham | ★★★ | — | ★★★★ |

Classificação de ★ a ★★★★★

A—Real. Tim Burton — *Alfa Clube* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Amoreiras/8* (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15), *Fonte Nova/2* (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), *São Jorge/1* (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
B—Real. Michael Curtiz — *King Triplex* (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
C—Real. Jodie Foster — *Fonte Nova/1* (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Como tudo isto acaba, não é difícil de adivinhar.

Domingo, 17.00, Canal 2

Rejeanne Padovani

«Rejeanne Padovani», (Can./1973). Realização de Denys Arcand. Interpretação de Jean Lajeunesse, Luce Guilbeault, Roger Lebel, Pierre Thériault, Frédérique Collin. Cor, 87 minutos.

Outro excelente filme, da autoria de um competente representante da cinematografia canadiana, o realizador Denys Arcand. É uma obra de denúncia da corrupção, compadrio e tráfico de influências que campeiam na sociedade capitalista. Aqui, o negócio gira à volta da construção de uma autoestrada e o filme retrata as relações de bastidores entre o dono de uma empresa de construção civil, um presidente de Câmara e um ministro, comemoradas durante um requintado jantar na casa do primeiro. Relações e compadrios de que o realizador nos faz partilhar através dos diálogos entre os empregados domésticos do grande construtor e da chantagem com que a mulher deste, que o deixara, o ameaça face à recusa de ver os seus filhos. Coisa pouca para o nosso empresário: assassinada a seu mando, o corpo da mulher irá desaparecer no asfalto da autoestrada a cuja inauguração todos os notáveis assistem no dia seguinte...

Domingo, 23.45, Canal 2

Momento de Decisão

Segunda, 14.35, Canal 1

Liberdade à Solta

«La Liberté en Croupe», (Fr./1970). Realização de Édouard Molinaro. Interpretação de Bernard Le Coq, Maria Mauban, Michel Serrault, Jean Rochefort, Marion Game, Maurice Garrel, Dora Doll. Cor, 87 minutos.

Obra que as referências apontam como objectivamente fazendo a apologia do individualismo e do espírito pequeno-burguês, «Liberdade à Solta» conta as aventuras amorosas de um jovem estudante que, em meio dos acontecimentos do Maio de 68, se afasta das convulsões que caracterizaram aquele período histórico. Que é como quem diz, «faz o amor, não a revolução!».

Segunda, 01.00, Canal 1

Miss América Super

«The Great American Beauty Contest», (EUA/1973). Realização de Robert Day, Interpretação de Eleanor Parker, Bob Cummings, Louis Jourdan, Joanna Cameron, Susan Daman-te, Tracy Reed, Farrah Fawcett. Cor, 74 minutos.

Trata-se, ao que rezam as referências, de um telefilme acima da média que denuncia as intrigas e os bastidores sórdidos dos concursos de beleza nos Estados Unidos. Com excelentes interpretações, em que o destaque vai para Eleanor Parker, é capaz de valer uma visão.

Terça, 15.00, Canal 1

Um Amor na Alemanha

«Eine Liebe in Deutschland», (Fr./RFA/1983). Realização de Andrzej Wajda. Interpretação de Hanna Schygulla, Marie-Christine Barrault, Daniel Olbrychski, Gérard Desarthe, Piotr Lysak. Cor, 132 minutos.

Filme dramático sobre o quotidiano da vida numa pequena vila na Alemanha nazi, esta cuidada obra do cineasta polaco Wajda retrata a história dos amores furtivos, oficialmente proibidos, de uma alemã com um trabalhador polaco, na ausência do seu marido integrando as fileiras do exército nazi. Mas uma carta de Paulina para o amante cairá nas mãos da Gestapo e o polaco é enforcado. Para além da rigorosa encenação de Wajda, o filme destaca-se por uma excelente interpreta-

ção da actriz polaca Hanna Schygulla, a predilecta de Fassbinder.

Terça, 22.45, Canal 2

Mundos Opostos

«Hollow Image», (EUA/1979). Realização de Marvin J. Chomsky. Interpretação de Robert Hooks, Sandra Sharp, Dick Anthony Williams, Hattie Winston, Morgan Freeman. Cor, 100 minutos.

Mais um telefilme com razoáveis referências e um argumento premiado de Lee Hunkins, novato nestas andanças. É a história das contradições entre a vida mundana e faustosa de uma jovem negra, modelo de profissão, e as misérias das suas origens no bairro nova-iorquino de Harlem. Boas interpretações de Dick Anthony Williams e Morgan Freeman. Eventualmente a merecer a atenção.

Quarta, 14.30, Canal 1

X, Ye Z

«Zee & Co.», (Gr.Br./1971). Realização de Brian G. Hutton. Interpretação de Elisabeth Taylor, Michael Caine, Susannah York. Cor, 109 minutos.

Um famoso arquitecto, cuja vida em comum com a mulher conhece graves momentos de crise, conhece numa festa uma jovem por quem se apaixonou e torna amante. O caso chega ao conhecimento da mulher, que tenta suicidar-se. Salva em último instante, esta, numa reviravolta do seu procedimento, pede ao marido para conhecer a amante e torna-se sua confidente, averiguando que esta fora expulsa de um colégio por causa de um envolvimento amoroso com uma freira. E mais tarde, é o próprio marido que surpreende a mulher e a amante dormindo na mesma cama. Dois ângulos diferentes do velho triângulo amoroso, com boas interpretações de Elisabeth Taylor, Michael Caine e Susannah York, mas nada mais.

Quarta, 21.30, Canal 1

TEATRO

CASA DA COMÉDIA

R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes. Tel. 607299. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00. GOODBYE SÉCULO 20, encenação de Fernando Gomes.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. APANHADOS NO DIVÁ, de Joe Orton, encenação de Luís Miguel Cintra (até 16/8)

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. LA MUSICA II, de Marguerite Duras,

encenação de Marie-France Fernandes (até 23/8)

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Largo do Cruzeiro, Estoril. Tel. 4670320. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. ESPECTROS, de Ibsen, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO S. LUIZ

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. De 6ª a 4ª às 19.30: UM SUICÍDIO, de Pepino de Filippo, encenação de Filipe Crawford. 6ª e sáb. às 21.30: NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produções da Companhia Teatral do Chiado).

Tempo



Continuação de tempo quente.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

PALAVRAS CRUZADAS

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | | | |

HORIZONTAIS: 1 — Elemento de composição de palavras que exprime a ideia de falso; Amarra. 2 — Soberanos; Estrépiteo de desmoroamento; Grande ribeira da Ásia russa; Bois selvagens. 3 — Pasto que se colhe para os animais (pl); Parelha; Qualquer parente. 4 — Medida de líquidos usada na Alemanha, Holanda e Suíça; Troçar; Prenda. 5 — Gracejas; Queixumes. 6 — Rádio (s. q.); Raiva; Oriental; Parte de um navio que vai da popa ao mastro grande. 7 — Interpretado; Protecções. 8 — O mesmo que uma (ant.); Composição poética lírica; Oásis; Santíssimo Sacramento (abrev.). 9 — Época; Senhora (abrev.). 10 — Doçura; Dividir ao meio; A barlavento. 11 — Curem; Filha mais velha de Labão uma das esposas de Jacob (bíblia); Campo coberto de plantas forraginosa. 12 — Passados; Apelido; Cálcio (s.q.); Actuas. 13 — Corados; Escondera.

VERTICAIS: 1 — Prefixo de composição de palavras significando anterioridade no tempo ou no espaço; Levanta; Título honorífico entre os ingleses. 2 — Acontecerá; Alvorçado. 3 — Contaminar; Elemento de composição de palavras que significa árvore. 4 — Gastam; Elemento de composição de palavras que exprime a ideia de igual; Molesta. 5 — Membro de uma ordem religiosa. 6 — Sufixo de estado; Adiciona; Abandonado. 7 — Imaginar; Acento alchochado onde o cavaleiro de senta (pl). 8 — Amola; Reza. 9 — Enrubescer; Bebida alcoólica da Índia e da América extraída da fermentação do arroz. 10 — Antes do meio-dia (abrev.); Ave pernaltá; Prata (s.q.). 11 — Imita. 12 — Brisa; Rio da Suíça; Lavrai. 13 — Cascalho; Inunda. 14 — Peregrinos; Rio da Polónia. 15 — Nome que os gauleses davam ao deus da guerra; Traseiro; Donativo que o marido fazia à mulher no dia seguinte ao do casamento.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Janotas; Resenha. 2 — Otário; Pardos. 3 — VI; Is; Sam; Fa; Rs. 4 — Iro; Isolada; Ita. 5 — AA; Ac; Amo; DL; Ad. 6 — Pros; Coas; 7 — Dor; Al; PR; Ura. 8 — Sapo; Onda. 9 — Pá; Sá; Eia; Ea; Ab. 10 — Rir; Recados; Ova. 11 — Er; Fé; Apo; S6; In. 12 — Carica; Calara. 13 — Origina; Posaram.

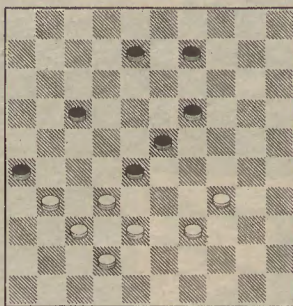
VERTICAIS: 1 — Jovial; Apreço. 2 — Atira; Airar. 3 — Na; Pôs; Ri. 4 — Ori; Arras; Fig. 5 — Tísico; Pareci. 6 — Ao; São; An. 7 — Soa; Eça. 8 — Calma; 9 — Mão; Ado. 10 — EP; Cro; Co. 11 — Safado; Nessas. 12 — Era; Lauda; Ola; 13 — Nd; Sra. 14 — Orta; Avira. 15 — Assado; Abanam.

DAMAS

CCCLXVII
6 de Agosto de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D063

Por: G. A. CREMER
1.º Prémio Groggnard, 1967

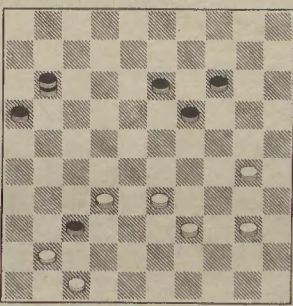
Pr.: [7]: 8-9-17-19-23-26-28
Br.: [7]: 31-32-34-37-38-39-42



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D064
Por: RENAUD
Julho, 1927
Fonte: Tous les Thèmes du Jeu de Dames, 1947

Pr.: [6]: (11)-13-14-16-19-37
Br.: [7]: 30-32-33-39-40-41-47



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXVII
N.º 1992D063 [G.A.C.]: 1. 34-29 (23x43); 2. 32-21 (43x41); 3. 42-37 (41x32); 4. 31-27 (26x17); 5. 27x38+

N.º 1992D064 [R.]: 1. 32-28 (37x46=D); 2. 39-34 (46x23); 3. 34-29 (11x24); 4. 29x29+

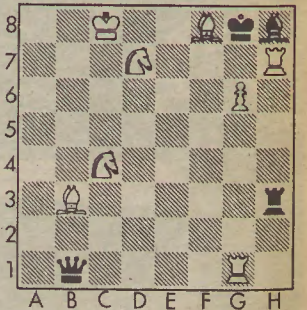
A. de M. M.

XADREZ

CCCLXVII
6 de Agosto de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X063

Por: ADRIANO CHICCO
1.º Prémio Problembiad, 1951

Pr.: [4]: Bb3-Th3-Db1-Rg8
Br.: [8]: Pg6-Cs.c4, d7-Bs.b3, f8-Ts.g1, h7-Rg8

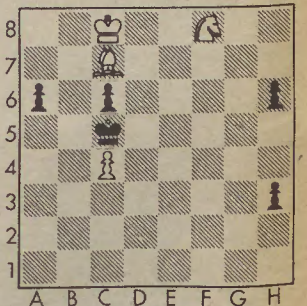


Mate em dois lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X064

Por: M. G. KLIATSKIN
Menção: Schachmat, 1925

Pr.: [5]: Ps.a6, c6, h3, h6-Rc5
Br.: [4]: P4-Cf8-Bc7-Rc8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXVII
N.º 1992X063 [A. Ch.]: 1. g7! [Ameaça: 2. g:h8=D++]
1. ..., Th7; 2. Cb2++
1. ..., Dh7; 2. Cc3++

N.º 1992X064 [M.G.K.]: 1. Rb7, a5; 2. Ra6, a4; 3. Ra5, a3; 4. Ra4, a2; 5. Rb3 e ganham.

A. de M. M.

teresses divergentes de um casal. Um filme típico de um domingo de Verão.

Domingo, 14.00, Canal 1

Rentadick

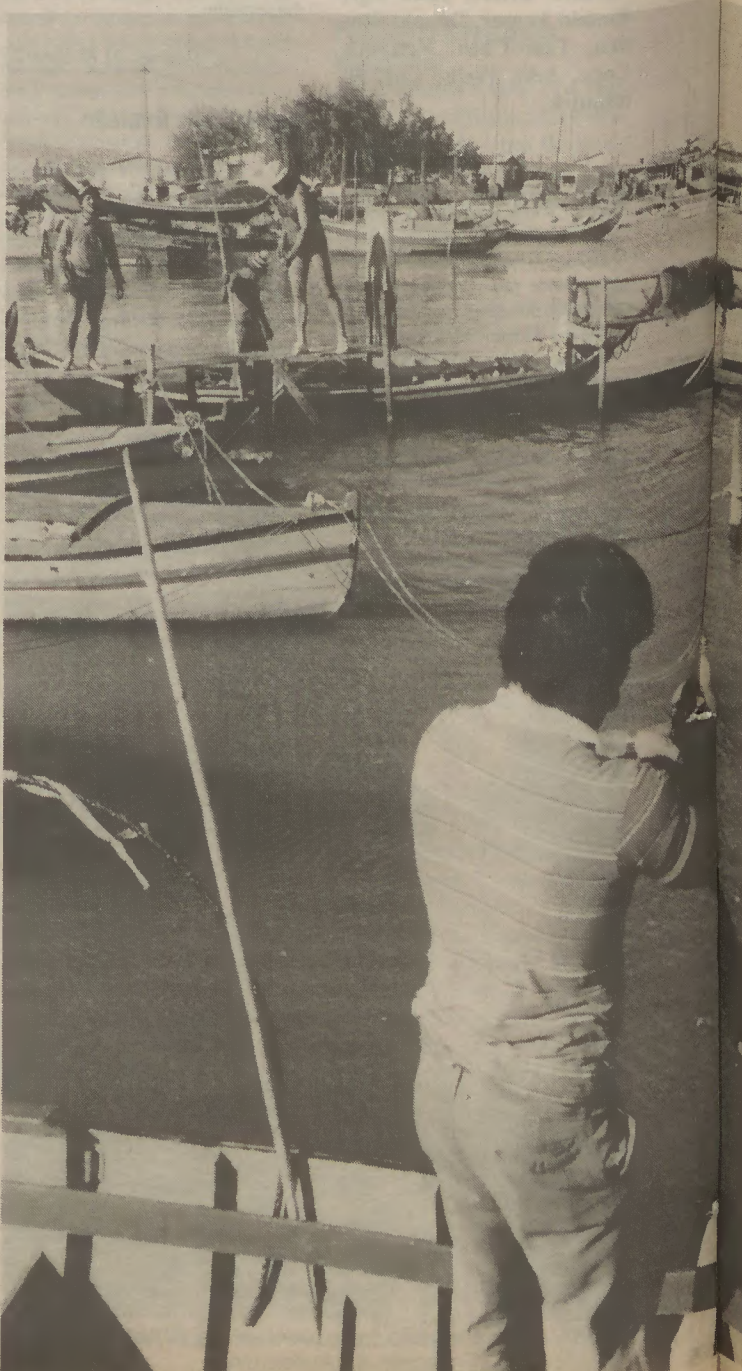
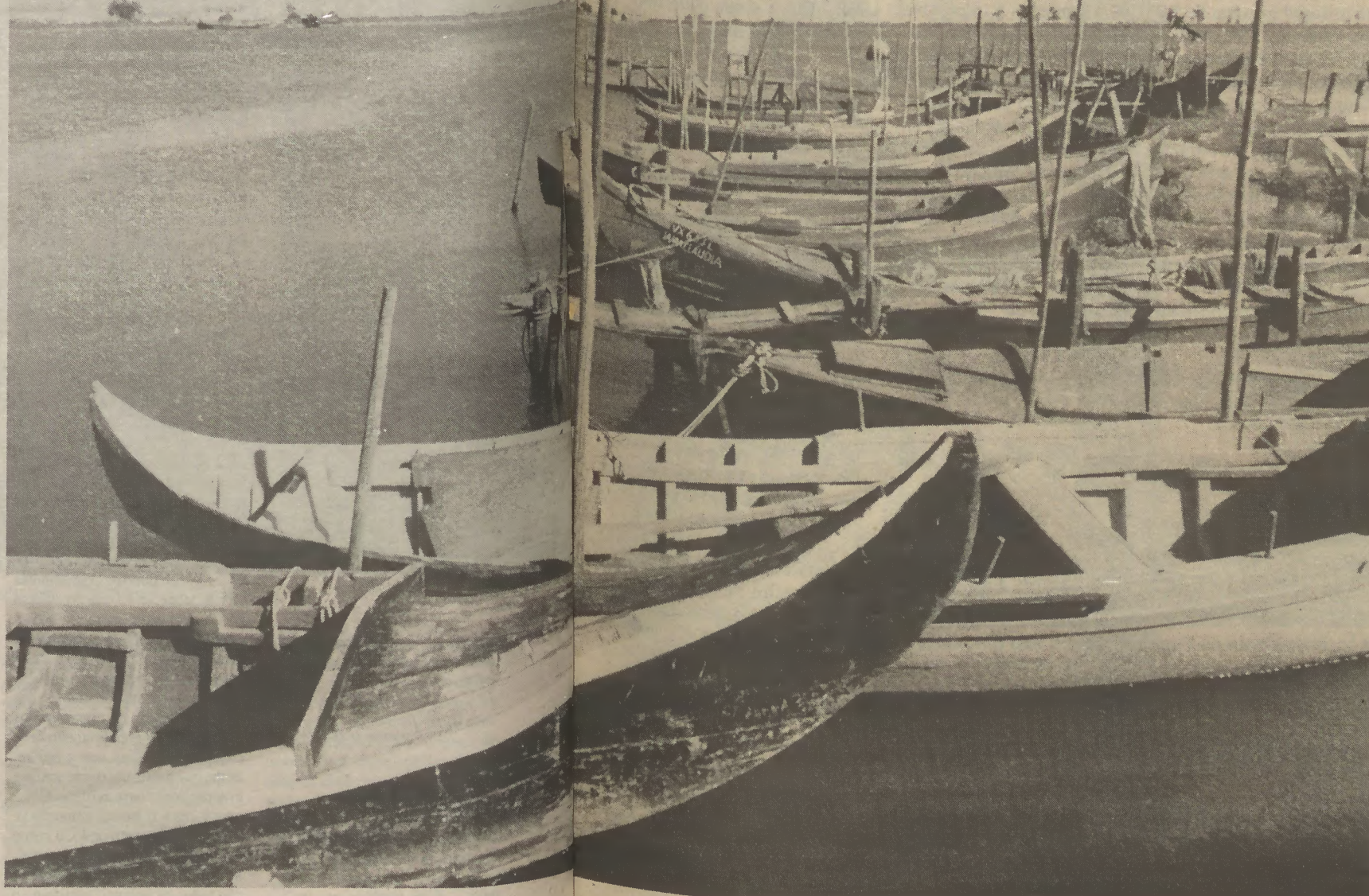
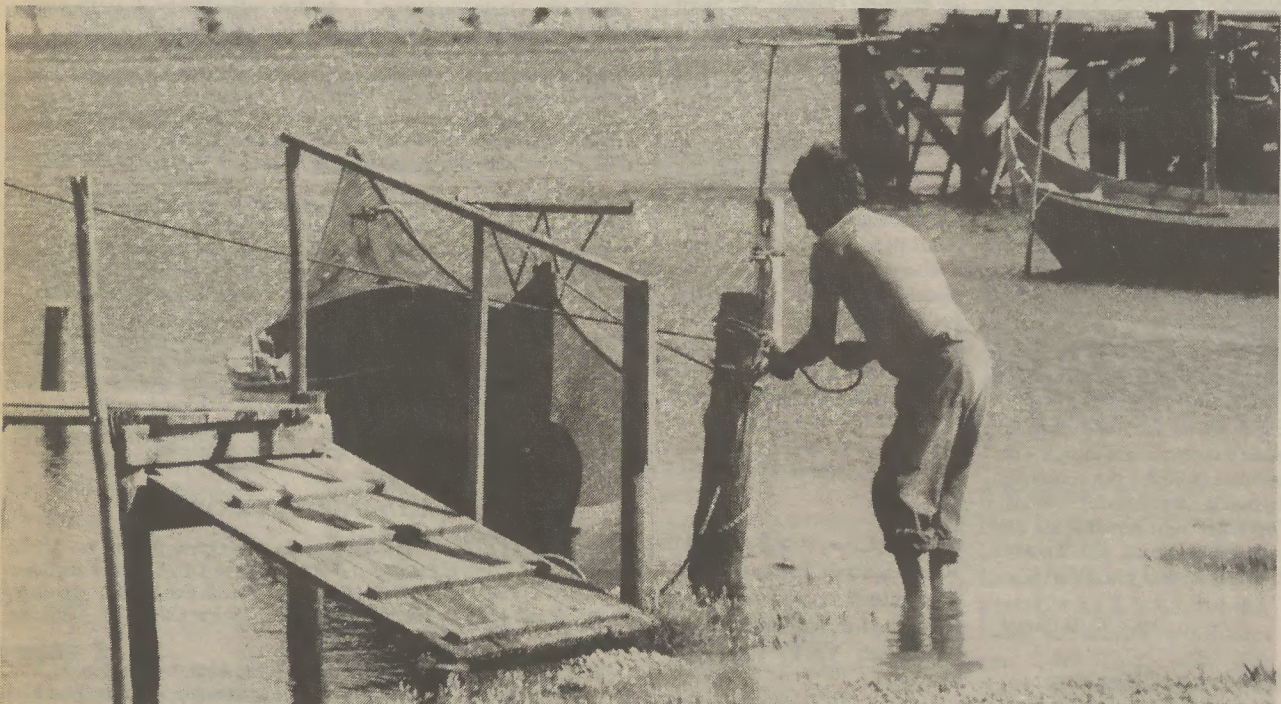
«Rentadick», (Gr.Br./1972). Realização de Jim Clark. Interpretação de James Booth, Richard Briers, Julie Ege, Ronald Fraser, Donald Sinden, Tsai Chin, Kenneth Cope, John Wells. Cor, 90 minutos.

Na esteira dos trabalhos dos Monty Python, o exclusivo interesse desta comédia, com argumento de John Cleese e Graham Chapman, reside precisamente no humor louco inventado por estes dois membros da trupe a propósito das frustradas tentativas de um espão industrial em roubar a uma empresa de produtos químicos, Rentadick Inc., a fórmula de um gás que paralisa a cintura para baixo...



Marilyn: uma versão inesquecível de «That Old Black Magic» em «Paragem de Autocarro»

BARCOS E GENTE



Por profissão ou por gosto, à semana ou fim dela, de manhã ou pelo meio do dia, e mesmo quando a noite se acerca das águas do Tejo, ali ao pé de Vila Franca de Xira, há sempre quem se abeire. Para uma pescaria de verdadeiro pescador, para arrendonar a semanada, ou mesmo para um passeio refrescando o Verão que vai

quente, há quem tenha a arte do trabalho quotidiano, ou o jeito veraneante. E quem não resista a um mergulho. E quem não lhe baste a água e se refresque de doutro modo. Há certamente também quem fique a ver navios e não possa abeirar-se do rio, por este calor que faz. Resta-lhe ver as fotos de água e de barcos, como as que hoje aqui propomos.



FOTOS DE JORGE CARIA



a talhe de FOICE

Honecker

A extradição e anunciado julgamento do presidente da extinta RDA, Erich Honecker, é mais um drama deste final de século a pedir adjectivação pesada. Começemos pela extradição.

Que dizer dos governantes dum Estado, como a Rússia, que desprezam sucessivamente as responsabilidades herdadas do passado, os limites legais da sua Lei Fundamental, as disposições internacionais e a honra própria e alheia, para entregarem à torpeza dum processo revanchista - ainda por cima na ausência de acordo de extradição - um homem que, além da sua qualidade de ex-chefe de Estado e de ex-aliado, está indissolúvelmente ligado ao que de mais heróico, dramático e grandioso a Rússia e o mundo protagonizaram neste século - o esmagamento da bestialidade nazi-fascista?

Como classificar os governantes dum Estado, como a Alemanha, que assim se encarniçam contra um homem que, além de ter protagonizado na própria carne a reconquista da liberdade e da dignidade alemãs (enfrentando, como alemão, como comunista e como o não fizeram muitos dos seus actuais acusadores, os monstros que então haviam transformado a Alemanha num pesadelo) foi um chefe de Estado com quem os mesmos que agora o perseguem, ainda há pouco confraternizavam em entusiasmados convénios de Poder?

Como encarar os governantes de um Estado, como o Chile, que desonram o universal dever de protecção diplomática, já concedida, a toque das ingerências brutais da Alemanha, enquanto não se repugnam de ter à frente da sua hierarquia militar um criminoso da envergadura de Pinochet?

Depois temos o pretensu julgamento.

Como se julga um Presidente de um Estado soberano, "internacionalmente reconhecido e respeitado, membro de pleno direito da ONU e da CSCE" (como assinalava uma nota do PCP)?

Qual a base legal?

À luz de que direito?

Em nome de quê ou de quem?

E sob que acusação?

Estas incontornáveis objecções tornearam-nas os governantes da Alemanha de forma sumária:

Primeiro, impondo a Erich Honecker o regresso às cadeias onde os nazis o torturaram e encarceraram durante quase 10 anos - sem jamais o vergar, acrescenta-se.

Depois, procurando transformá-lo em criminoso de delito comum, erguendo contra ele uma farsa de acusações que se foram sucessivamente anulando, por nenhuma ter fundamento.

Acusações tão fantásticas, que começaram por ser, em 30 de Novembro de 1990, de "cumplicidade na morte" de cerca de 200 alemães de leste, abatidos na fronteira inter-alemã, cuja, no mês seguinte e por falta de provas, passa a "incitação à morte", para, em Maio deste ano e pela mesma ausência de provas, se transformar em responsabilidade por "actos violentos" na fronteira, até se chegar ao actual libelo (?), congeminado em Junho último, falando da "morte" de 49 fugitivos e, pasme-se! de "desvio de fundos para abastecer um bairro reservado aos antigos dignatários"!

Entretanto todas estas "acusações", à falta de qualquer prova palpável, assentam numa simples interpretação do protocolo das reuniões do Conselho Nacional de Defesa da RDA... Imagine-se o que aconteceria se os Chefes de Estado, à luz desta outra vez sinistra "criação" alemã, passassem a ser julgados pelas mortes que ocorrem nos seus mandatos e no quadro da actuação das forças de segurança do país... Certamente que poucos escapariam à prisão e países há, como os EUA (ou a Alemanha!) que não teriam um único ex-presidente à solta.

Seria apenas ridículo, se não fosse trágico, sabendo-se, como se sabe, os processos e as intenções com que estes vencedores reescrevem a história. Não tendo coragem para sentar o ideal comunista no banco dos réus, os "justiceiros" germânicos refocilam o seu revanchismo em Erich Honecker, perante a impassibilidade dum mundo atordoado em mudanças. O que levanta a questão inicial: o drama pede adjectivação pesada.

De infâmia para baixo.

■ HC

Função Pública recusa diminuição dos salários

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e o Sindicato do Norte rejeitaram publicamente as propostas de actualização salarial para 1993 feitas por Braga de Macedo. Para ontem estava marcada uma reunião da comissão negociadora da plataforma reivindicativa para a administração pública, onde iria ser debatida a proposta do Governo e tomada uma posição comum.

Na proposta enviada sexta-feira aos sindicatos, o Governo propõe que, em 1993, sejam aumentados em 4,5 por cento os trabalhadores com salário superior a 128 100 escudos, e em 5,5 por cento os que auferem salários inferiores.

Para a FNSFP, estes valores representariam uma diminuição dos salários reais no próximo ano e a sua aplicação significaria que os trabalhadores da função pública iriam pagar a parte de leão da estratégia pretensamente anti-inflacionária do Governo - como se afirma

mente o valor da inflação no ano corrente.

Qualquer negociação para actualização salarial com base nos valores propostos pelo Governo é impossível para o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte. No final de uma reunião dos seus responsáveis, efectuada segunda-feira no Porto, o STFPN divulgou um comunicado em que acusa o Governo de cavar «um fosso abissal entre as suas intenções e as expectativas dos sindicatos».

O sindicato entende que a proposta de Braga de

Macedo é «totalmente inegociável, tanto mais que a mesma é formulada num momento em que é difícil prever a taxa inflacionária para 1993 e sendo certo que os valores da inflação para 1992 já ultrapassaram as metas avançadas pelo Governo».

E as carreiras?

As duas organizações denunciam o facto de o Governo, na sua proposta, não contemplar as reivindicações relativas à reestruturação de carreiras da função pública, «a grande questão que está na mira de todos os funcionários públicos», como refere o comunicado do STFPN, sublinhando que «o Governo sabe perfeitamente como estão degradadas algumas carreiras e salários na administração pública portuguesa e, em vez de accionar os mecanismos necessários para uma busca equilibrada de soluções, sugere hipocritamente que os salários abaixo de 128 mil escudos tenham um mísero adicional de um por cento».



Os trabalhadores da Função Pública não querem que os seus salários percam valor (foto de arquivo, na concentração de 26 de Junho, em Belém)

Greve às horas extraordinárias na RN

Atrasos nos autocarros vão continuar

Os autocarros da Rodoviária Nacional/Lisboa deverão continuar a atrasar-se nas próximas semanas em consequência da recusa dos motoristas em fazer horas extraordinárias.

A reunião mantida, na terça-feira, entre o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Centro e a administração da empresa saldou-se por um «fracasso» e «tudo voltou à estaca zero», segundo declarações do sindicalista Raul Garcia, à agência Lusa.

O sindicato propôs ao conselho de administração aceitar aumentos de 9,75 por cento até 31 de Dezembro e negociar uma nova revisão salarial a partir de Janeiro de 1993. O sindicato quer para a RN/Lisboa uma aumento salarial idêntico ao acordado na RN de Entre Douro e Minho - 13,2 por cento para os motoristas e 11,5 por cento para os trabalhadores dos restantes sectores.

A recusa por parte da administração obrigou o sindicato a decidir continuar esta forma de luta que está a provocar atrasos de mais de uma hora em alguns autocarros e a supressão de carreiras.



CPPC rejeita intervenção armada na Jugoslávia

O Conselho Português para a Paz e Cooperação divulgou, na passada segunda-feira, um comunicado em que considera que «qualquer intervenção armada, seja com o pretexto de instaurar a paz na região, seja com a justificação de se criarem campos de refugiados (os chamados santuários) no interior da ex-Jugoslávia, é inaceitável, perigosa e muito provavelmente contraproducente, além de constituir uma nítida ingerência em assuntos que só dizem respeito aos seus povos».

O texto afirma que «ainda que com recurso à mediação», há que procurar «uma solução geral negociada». Para o CPPC, «a situação a que se chegou, depois de tantos meses de destruições, mortes, traições, assassínios e sofrimentos, mostra que o

caminho (...) tem de ser a negociação séria, activa e paciente».

A organização considera que «a CEE e o Conselho de Segurança da ONU, ao terem contribuído para o agravamento dum conflito inicialmente configurado como mera guerra civil, transformando-o num conflito internacional pelo reconhecimento de alguns novos países naquela região, têm muito grandes responsabilidades no trágico curso dos acontecimentos».

O CPPC apela às autoridades locais, à comunidade internacional e ao governo português para que, «com a maior urgência, actuem para pôr termo à chacina e destruição que devastam os povos, o território e os bens culturais que foram da Jugoslávia e não se furtem ao dever de solidariedade, acolhendo os refugiados».

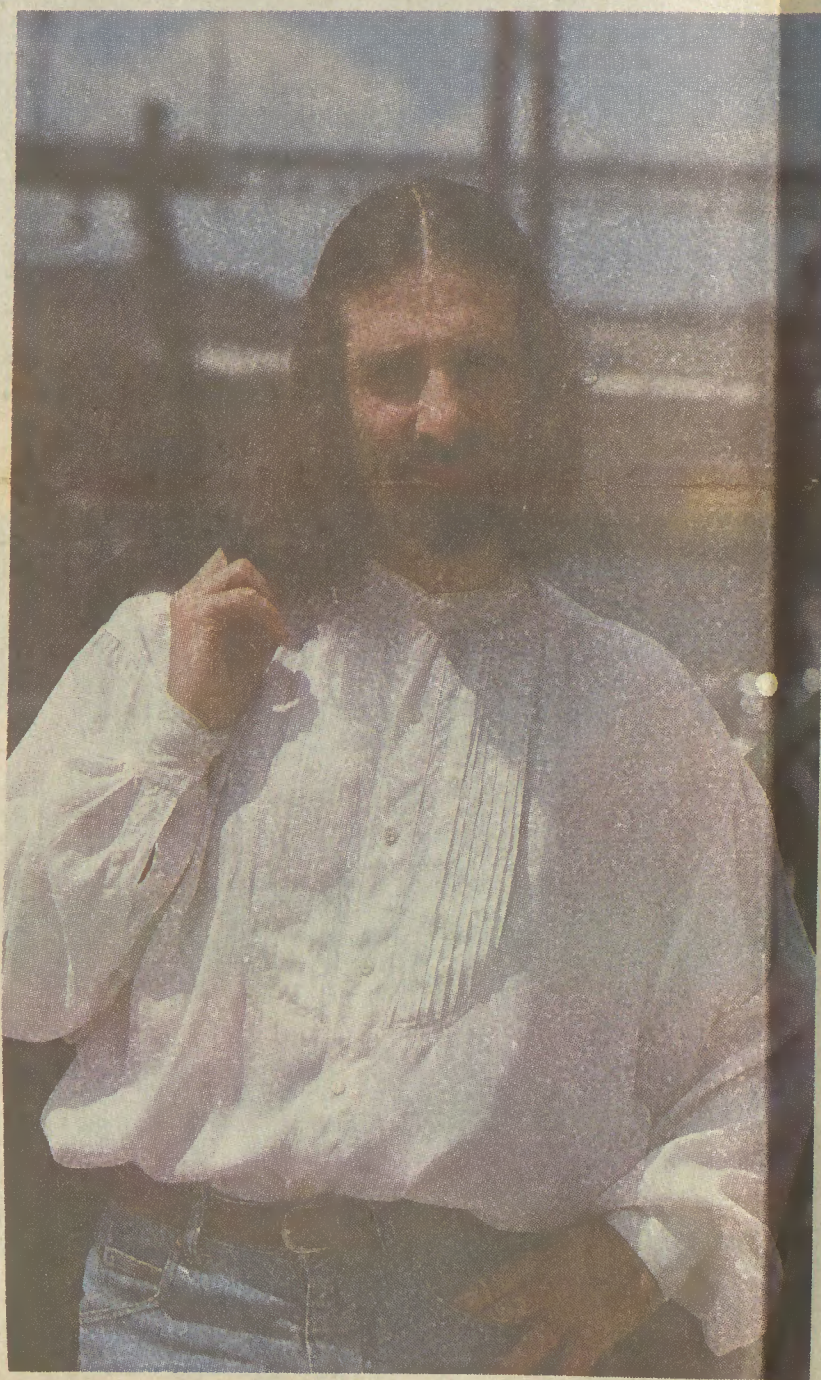
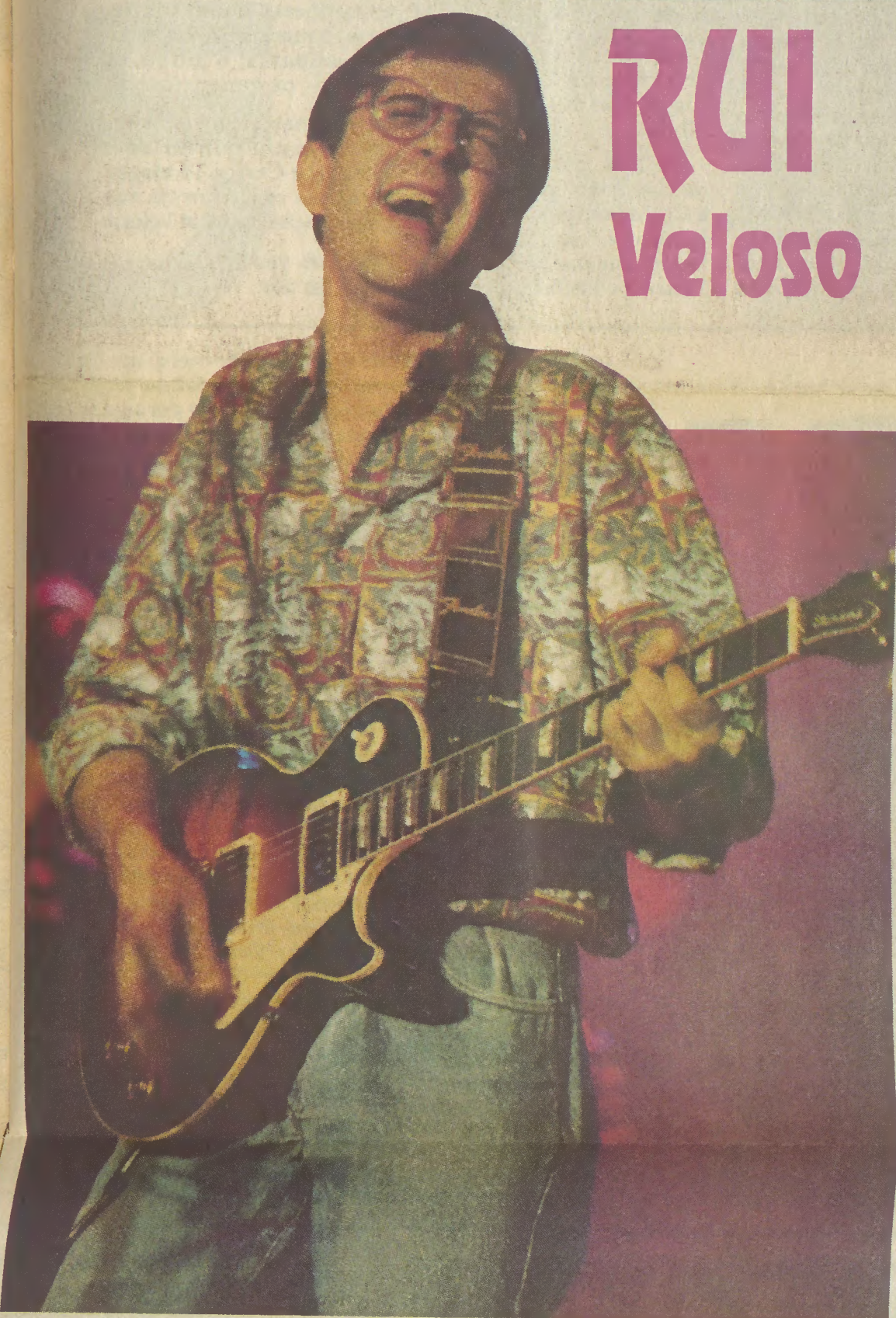
na festa!

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

Chieftains



RUI
Veloso



JÚLIO Pereira



SÉRGIO Godinho



TUBARÕES
Resistência
...e mais →

THE
BOGIE
BROTHERS



Avante! / Festa!

AMORA-SEIXAL
• 4, 5 e 6 SETEMBRO



É fácil ir à Festa

Transportes Fluviais

Lisboa/Cacilhas
Horários normais

Cacilhas – Cais do Sodré
até às 2.45 h
(6.ª-feira e Sábado)
até às 2 h (Domingo)

Transportes Rodoviários

Cacilhas – Quinta da Princesa
Transporte rápido e frequente

Quinta da Princesa – Cacilhas
até às 2 h da manhã
(6.ª, Sábado e Domingo)

Amadora - Amora
6.ª-feira, das 17 às 24 horas
sábado e domingo
das 9 às 24 horas

Preços:
Só ida 350\$00
ida/volta 450\$00

Está assegurado uma carreira especial Baixa da Banheira/Medideira Via Barreiro.

Haverá Carreira Cacilhas/Paio Pires – Via Seixal com paragem na Medideira

Transportes Particulares

Há parques de estacionamento de acesso fácil e muito próximos da Festa

Excursões

Há parque próprio para excursões, muito perto da Festa

... e regressar também!

Rui Veloso

Rui Veloso regressa aos palcos da Festa precisamente dez anos depois da sua primeira apresentação, em 1982, no Alto da Ajuda, quando para muitos ainda era, somente e tanto, o senhor «Chico Fininho»... E houve muitos que começaram a ouvir regularmente música portuguesa depois de em 1980 o disco «Ar de Rock» passar insistentemente nos programas de rock da rádio nacional: todos sabiam de cor as letras de Carlos Tê e cantavam com os amigos temas como «Rapariguinha do Shopping», «Donzela Diesel», «Sei de uma Camponesa» e, claro, «Chico Fininho». Depois foi o auto-proclamado boom do rock português e as editoras lançam inúmeros grupos de popularidade efémera, cuja maior parte ficaria pelo caminho e no esquecimento.

O «abuso» deu para chamarem a Rui Veloso o «pai do rock português» e houve quem na Assembleia da República discutisse os hipotéticos males que o rock esta-

va a fazer à restante música portuguesa.

Daí até cá, está um trabalho persistente, evolutivo, muitos espectáculos, o caminhar em diversos percursos musicais para, discretamente, persistir um regresso à música que Veloso gosta: o blues. Daí até cá está um conjunto de canções fabulosas que o tornaram no artista musical mais popular do nosso país. Daí até cá está um discurso próprio, espalhado por vários álbuns, que tem uma característica ímpar: só podia ser português; daí uma das razões da sua perenidade.

A dupla Rui Veloso/Carlos Tê cria, em 1982, no ano em que esteve pela primeira vez na Festa, o álbum «Fora de Moda», logo no título a ironizar a situação na altura presente neste nosso pequeno mundo musical. «Balada da Fiandeira», «A Gente não Lê» e «Saiu para a Rua» são temas que estão na memória melódica de muitos portugueses. Naquele disco está aquela que pensamos ser a única canção portuguesa que, pura e simple-

mente, descreve o trabalho de um operário numa fábrica!

No ano seguinte surge «Guardador de Margens» onde Veloso experimenta ritmos diversos e construções harmónicas diferentes. Em 84 sai «Rui Veloso» que incluiria uma canção que se transformaria numa espécie de hino, «Porto Covo», para em 1988 um álbum duplo gravado ao vivo atingir o nível de vendas para disco de platina e permanecer 16

semanas no top. Em 1990 sai o álbum «Mingos e Samurais», um olhar ternurento sobre os grupos de baile dos anos 60 e 70 que se formaram em Portugal sob a influência da pop que ia chegando aos ouvidos nacionais e, ao mesmo tempo, a descrição dos percursos de alguma juventude particularmente espartilhada pela perspectiva de um próximo embarque com destino à guerra colonial e um presente generalisticamente adolescente, em que o drama

poderia estar numa iniciação sexual martirizada pela nefasta presença de algumas «borbulhas no rosto», cantadas no sucesso «Não há estrelas no céu».

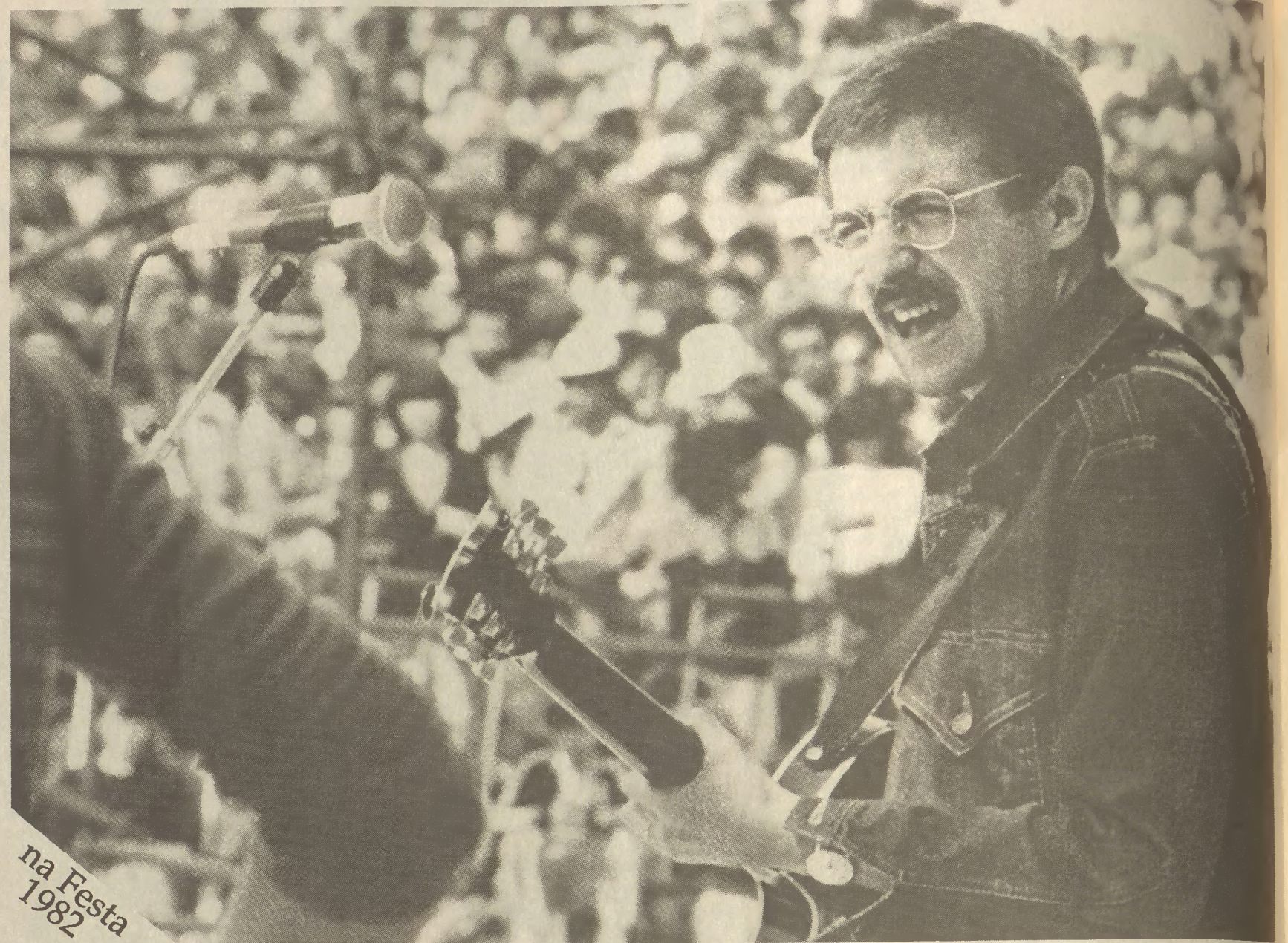
«Mingos e Samurais» já coleciona sete discos de platina, apesar de ser um duplo álbum.

Em 1991, por encomenda da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Tê e Veloso lançam o «Auto da Pimenta», histórias dos des-

cobrimentos, naturalmente, mas em que os heróis estão em canções que falam daquelas que seriam as pessoas do dia-a-dia da época: as mulheres que ficam em terra, o marinheiro anónimo que embarca, o judeu, os nativos, os gananciosos...

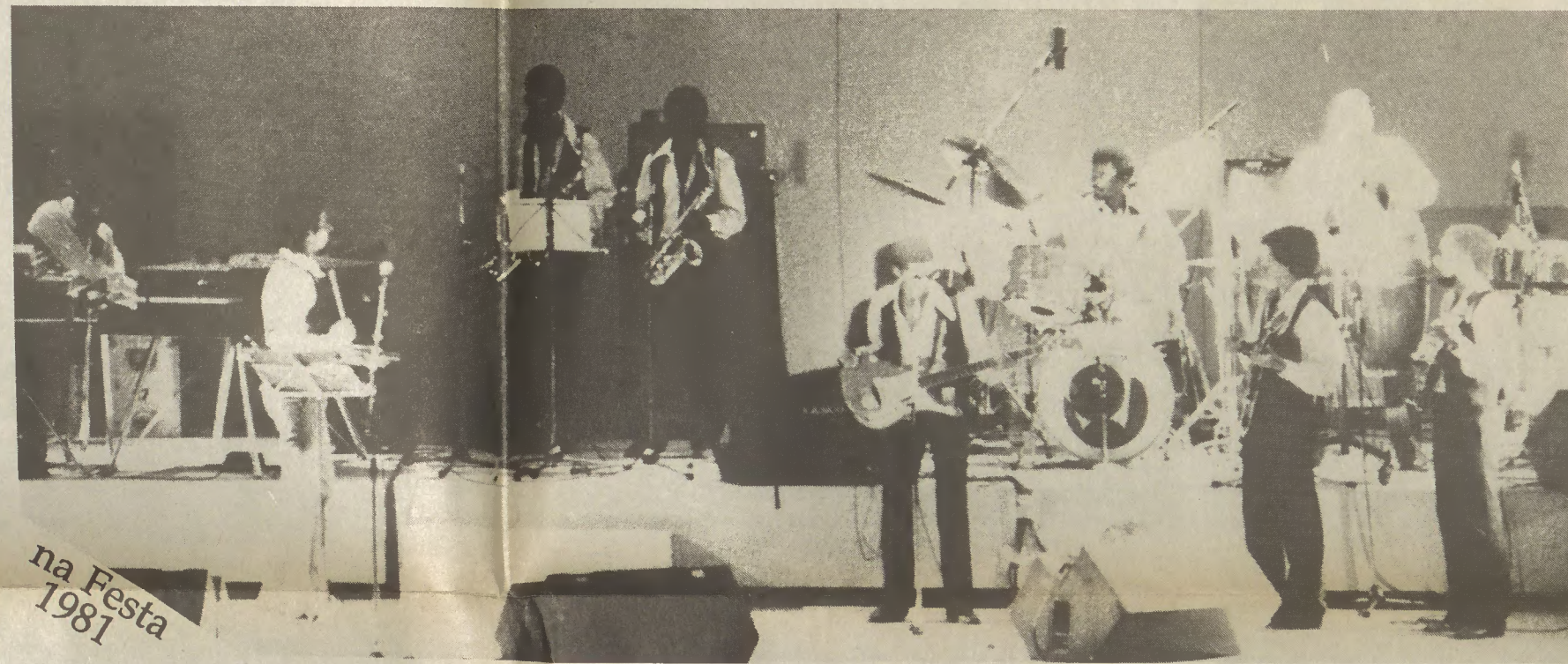
Afinal, mais uma vez, a história de um quotidiano, tema que Carlos Tê elegeu como fio condutor da sua colaboração com Rui Veloso.

Na Festa vão estar cantigas de todos nós.



na Festa 1982

Tubarões



na Festa 1981

Em dez anos o grupo cabo-verdiano Tubarões transformou-se num caso muito particular de popularidade entre o público português, constituindo seguramente um dos poucos casos de consenso entre diversos padrões de gosto musical entre gente de mais diversa idade.

Tudo começou em 1980 quando chegou a Portugal um disco que o grupo gravara nesse ano, o «Tabanca». Era já o quarto álbum de originais do grupo que trabalhava há onze anos.

Duas pessoas parece terem sido as principais «pioneiras» da revelação dos Tubarões entre nós. Ainda em 1980, Miguel Esteves Cardoso, ao tempo crítico musical do «Sete», escrevia que o grupo tinha «balanço suficiente para deslocar o eixo da Terra».

Pouco tempo após esta crítica, um outro português que trabalhara durante algum meses em Cabo Verde regressava a Lisboa com o «Tabanca» debaixo do braço, dele fazendo entusiasmada propaganda junto da Festa: tratava-se do hoje eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro que não teve, aliás, qualquer trabalho para ganhar todos para a sua causa: os Tubarões foram de imediato convidados para a Festa de 81.

Entretanto, um pequeno problema: o «Tabanca» de Sérgio Ribeiro parecia ser o único exemplar existente em Portugal. E foi a partir de cópias em fita magnética que Luís Filipe Barros, no seu «Rock em Stock», lançou os Tubarões para uma popularidade que os espectáculos da Festa consagrariam.

Desde então os Tubarões gravaram mais quatro álbuns e prepararam-se para novo registo em Outubro, tendo entretanto realizado numerosos concertos, entre os quais se conta o que os reuniu com o músico angolano Filipe Mukenga realizado no Coliseu em 31 de Maio do ano passado e que foi gravado pela RTP.

Morais Moreira

A longo das suas 15 edições, a Festa do «Avante!» apresentou em Portugal pela primeira vez alguns dos nomes mais importantes da música brasileira: Chico Buarque, Edu Lobo, MPB 4, Simone, Elba Ramalho, Alceu Valença, Ivan Lins, Gonzagão, Gonzaguinha, Baden Powell, Beth Carvalho.

Em 1982 estará no palco da Atalaia quem é talvez o único grande nome da MPB que Portugal ainda não viu: o nordestino **Morais Moreira**.

Em rigor, **Morais Moreira** esteve já em Portugal, em 1984, mas exclusivamente para participar na gravação de um disco do grupo **Trovante** registado nesse ano.

Considerado, com Alceu Valença, o mais importante músico do Nordeste brasileiro, **Morais Moreira** recolheu na Europa críticas entusiásticas, entre as quais se destacam as que referem a sua presença do Festival de Montreux de 1986.

Exímio tocador de guitarra, **Morais Moreira** está profundamente ligado aos dois estilos musicais nordestinos mais populares: o frevo pernambucano e o forró, música de baile que os pernambucanos e baianos consideram bem mais fascinante e estimulante que o samba...

Na sua apresentação na Festa, **Morais Moreira** será acompanhado por um grupo de seis músicos.



Chieftains

A edição de 1992 da Festa do «Avante!» traz a Portugal o que é considerado o mais importante e influente grupo de música folk irlandesa: os Chieftains. Ao longo de uma carreira de 25 anos, os Chieftains reúnem um dos mais impressionantes palmarés da música tradicional em que se incluem duas das maiores audiências de concertos da história da música folk: a sua tournée na República Popular da China, em 1980, e a sua actuação em Phoenix, no Arizona, quando da visita do Papa, em 1979 (um milhão e 300 mil espectadores!). Para além disso, deve-se-lhes a banda musical de filmes como «Barry Lyndon» de Stanley Kubrick (com a qual ganharam um Oscar em 1976) e do famoso documentário das séries da National Geographic «Ballad of the Irish Horse» e, para as pequenas histórias, recorde-se que durante anos as notas das capas dos seus discos foram escritas por um amigo de sempre do grupo, o actor Peter Sellers!

Os Chieftains tiveram a sua origem na orquestra folk de Dublin, Coeltori Cualann, dirigida pelo compositor e folclorista Sean

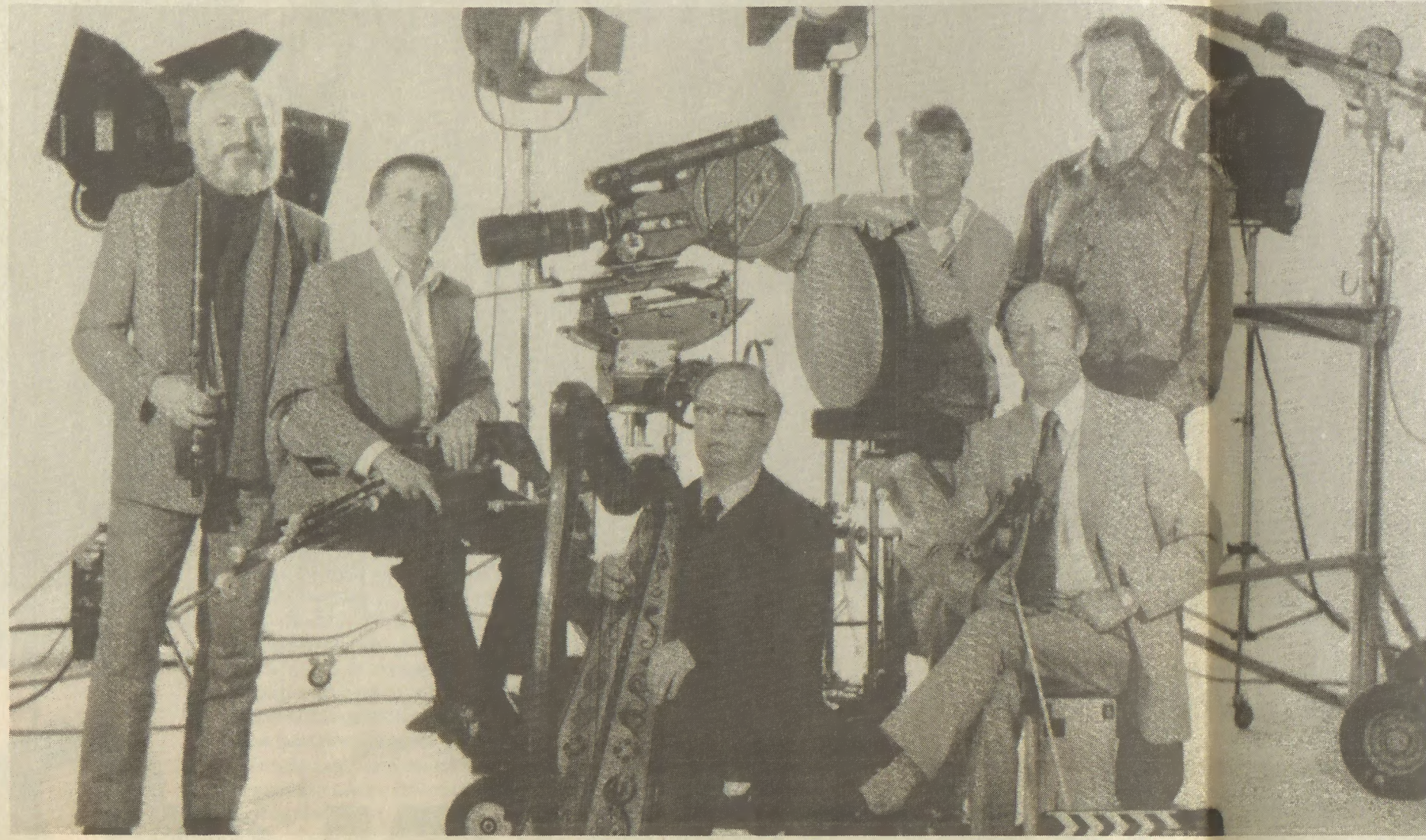
O'Riada, gravando pela primeira vez em 1963. Embora o primeiro registo tenha tido críticas favoráveis, seria necessário esperar por 1970 para que a segunda gravação e a presença no Cambridge Folk Festival lançassem os Chieftains e o empresário Jo Lustig, que fora o grande responsável da «explosão» dos Steeleye Span, tomasse conta da carreira do grupo e em breve fizesse deles um dos nomes mais conhecidos da música popular irlandesa e talvez o único com o estatuto de «supergrupo». Os Chieftains são de facto dos poucos grupos a actuarem em grandes concertos de ar livre ao lado de grupos rock, como sucedeu em concertos com os Grateful Dead e com Eric Clapton.

Da formação inicial dos Chieftains mantêm-se Paddy Moloney (gaita de foles e tin whistle) e Martin Fay (violino); para o seu segundo álbum entraria Sean Keane, um violinista de formação clássica que se mantém desde então no grupo; em 1974, seria a vez de Derek Bell, harpista clássico da Orquestra Sinfónica da BBC de Belfast, e que, no ano anterior, executara no álbum Chieftains IV o que se tornaria um dos

grandes êxitos do grupo, a canção «Morgan Magan», do lendário harpista cego do século XVIII O'Carolan; com a entrada de Mat Molloy (flauta) e Kevin Conneff (bodhran e voz), a banda adquirira a sua formação actual e com a qual estará presente na Festa.

Ao longo da sua carreira, os Chieftains gravaram cerca de duas dezenas de álbuns, entre os quais se incluem diversos com convidados tão significativos como Van Morrison, Gary Moore, Art Garfunkel, Jackson Brown, Marianne Faithfull e Nancy Griffith. No ano passado, o seu concerto «Irish Evening» (com a participação de Nancy Griffith) foi objecto de edição em CD e em vídeo que atingiu os tops ingleses.

Um álbum dos Chieftain com diversos convidados (Jackson Brown, Elvis Costello, Marianne Faithfull, Nancy Griffith, Ricki Lee Jones, Kate & Anna McGarrigle e Burgees Meredith) será brevemente editado em Portugal.



THE BOOGIE BROTHERS

Desde que, em 1980, John Landis filmou o arqui-famoso «Blues Brothers» nunca mais cessou o reganhar de popularidade na Grã-Bretanha do *rhythm & blues*, dos velhos êxitos *soul* das editoras Atlantic e Tamla Motown dos anos 60. Grupos e grupos se têm sucedido, retomando os enérgicos sopros que fizeram o fundo sonoro de vozes como Otis Reding, Aretha Franklin, Solomon Burke e tantos outros. «Tramp», «Land of Thousand Dancers», «Everybody Needs Somebody To Love» e tantos outros êxitos regressaram às salas e às charts interpretadas por bandas onde jovens músicos britânicos e irlandeses se misturavam e que viriam a dar origem ainda a um novo revival de que o filme «The Commitments» é um significativo índice.

Em 1990, a Festa trouxe a Portugal uma banda completamente desconhecida e que verdadeiramente «arrasou» a audiência: os Bogus Brothers, que não escondiam, no seu próprio nome, onde iam colher a inspiração e o vigor de uma memorável actuação que o ano passado se repetiu.

Estava descoberto um filão! Este ano, a Festa apresenta nova banda que se reclama igualmente da herança dos homens filmados por John Landis: são os Boogie Brothers, um grupo de tradicional formação: dois sax e um trompete, teclados, baixo e guitarra, bateria e dois vocalistas. Ou melhor, um vocalista e uma vocalista.

Há cerca de três meses, os Boogie Brothers (que gravaram um álbum ao vivo na «catedral» do jazz londrino, o Ronnie Scott) estiveram em Espanha, tendo a TVE gravado um dos seus espectáculos.

Em toda a história do jazz, e, desde logo, a partir praticamente dos primeiros passos dados por esta música, os seus criadores sentiram a necessidade de encontrar um dispositivo instrumental que, continuando a permitir largo espaço para o espontâneo fluir da arte de improvisação dos músicos solistas, constituísse um factor de coesão e impacte sonoros e um campo de experimentação para novas aventuras tímbricas até então exclusivas de outros domínios da música.

Mesmo em época de plena afirmação dessa nova «arte polifónica» que constituía a improvisação colectiva do jazz dos primeiros tempos (o *New Orleans*, o *Chicago*), a orquestra de Fletcher Henderson era já, na música afro-americana, de certo modo o emulo das grandes formações instrumentais clássicas divididas em vários naipes de instrumentos. Nos anos 30, com a evolução das aptidões académicas que viria a verificar-se em relação à preparação técnica dos músicos de jazz, entra-se definitivamente numa fase mais consistente de criação de grandes orquestras (a era do *swing*), como é o caso das formações dirigidas por Duke Ellington ou, mais tarde, Count Basie e das grandes orquestras «brancas» de Benny Goodman, Artie Shaw e dos irmãos Dorsey.

A passagem dos anos 30 para os anos 40 e a posterior ruptura do *be bop* (com essa via paralela que veio a ficar conhecida por *jazz cool*) vieram afirmar-se na cena do jazz orquestras de orientações estéticas diversas que coexistiram no tempo: as de Lionel Hampton ou Billy Ekstine (ainda herdeiras do estilo *swing*), a de Dizzy Gillespie (a grande formação *be bop*) ou as de Woody Herman e Stan Kenton, as de Claude Thornhill ou Gil Evans, introduzindo, pela primeira vez, nas formações de jazz, instrumentos até então exclusivamente associados às grandes formações do domínio da «clássica».

A evolução das formas populares da música urbana e da sua fruição, por um

lado, e os elevados custos de manutenção (deslocações, salários) inerentes a uma grande orquestra, por outro lado, para além da renovação dos gostos do «consumo musical» tendencialmente contrários às grandes formações instrumentais, foram condicionantes objectivas para que, a partir dos anos 60 até 80, esta vertente da produção jazzística não continuasse a afirmar-se ou a renovar-se como anteriormente. Naturalmente que grandes orquestras clássicas com o estatuto de «incondicionais» (como as de Count Basie ou Buddy Rich, entre outras) continuaram a apresentar-se em *tourneés* ou festivais nos EUA ou na Europa, descobrindo esse outro grande mercado do jazz que o Japão passou a constituir.

Mas é o retorno ao jazz da década de quarenta e cinquenta ou mesmo anterior, promovido no início dos anos 80 pelo movimento lançado pelas novas gerações do jazz norte-americano, que, também neste campo, faz surgir renovados impulsos, designadamente pela redescoberta em larga escala de obras «clássicas» indispensáveis, entretanto reeditadas em compacto pelas *major*s da indústria discográfica a partir dos seus «fundos de catálogo».

Finalmente, em Portugal, uma grande Big Band

Essencialmente fruto da «carolice», capacidade de organização e persuasão de um veterano amante de jazz

«No espírito dos Messengers»

BIG BAND do Hot Clube

do burgo - Bernardo Moreira, ele próprio um «histórico» pertencente ao «núcleo duro» do jazz praticado com amadorismo e paixão na década de 60 a partir da «catedral do jazz português», o Hot Clube - eis que um dia surge, ainda titubeantes e descrentes, na velha cave da Praça de Alegria, um punhado de jovens músicos oriundos de várias práticas na profissão da música, para, pela primeira vez, frente a estantes improvisadas e acolovelando-se naquele minúsculo espaço, tornarem o sonho realidade.

Contando com a experiência e o talento didáctico de um outro músico português, o contra baixista José Eduardo (iniciador da importante experiência neste domínio que passou a ser a Escola de Jazz do H.C.P. e afirmando-se profissionalmente no campo do ensino do jazz no seu «exílio» catalão), nascia a Big Band do Hot Clube de Portugal.

Estávamos em meados de 1990 e, desde então, a

orquestra tornou-se a única grande formação existente no nosso país dedicada exclusivamente ao jazz e com actividade regular e constante, integrando os melhores músicos de jazz nacionais.

Com um repertório centrado no que de melhor escreveram os grandes mestres do género, a Orquestra conquistou o público e a crítica desde a sua primeira apresentação, sendo de realçar o grande impacto que teve na audiência mais

jovem, mais habituada aos potentes decibéis do *rock* e da *pop* do que aos grandes volumes orquestrais «acústicos».

É a Orquestra de Jazz do Hot Clube de Portugal que vai este ano actuar na «Festa do Avante!», na noite de sábado, 5.09.92, num concerto a realizar no «Palco 25 de Abril» preenchido com vários temas do seu repertório habitual e, ainda, com novos arranjos para os quais foram convidados, como instrumentistas solistas, apenas (!) os seguintes músicos norte-americanos: Benny Golson (saxofone-tenor), Curtis Fuller (trombone), Eddie Henderson (trompete) e Greg Bandy (bateria).

«No espírito dos Messengers»

«No espírito dos Messengers» será a linha temática de outra grande noite de Jazz na Festa. A palavra mágica *Messengers* induzirá imediatamente

os «iniciados» no tipo de música que se irá ouvir, já que os *Jazz Messengers* constituíram um dos grupos mais marcantes do jazz.

Fundado em 1954 pelo baterista Art Blakey para um concerto no Clube «Birdland» de Nova Iorque, que ficaria lendário, esta sua primeira formação incluía nomes que então influenciavam os caminhos da evolução do jazz, como o trompetista Clifford Brown, o saxofonista Lou Donaldson, o pianista Horace Silver e o contra baixista Curley Russell. Era este um tempo em que, na sequência de uma linha estética paralela ao *be bop*, as decisivas experiências nos campos melódico, harmónico e tímbrico iniciadas pelo movimento *cool*, segundo algumas concepções críticas de importantes músicos negros norte-americanos, estavam a afastar o jazz de características fundamentais-base da sua própria identidade cultural afro-americana. Propunham estes

músicos um regresso à espontaneidade da improvisação, à valorização do solista, à negritude dos *blues* ou do *gospel*, a uma maior ligação ao povo, à plena fruição musical dos ouvintes.

Talvez mais apropriadamente designado como um *percussionista*, mais do que apenas um *baterista*, Art Blakey foi um músico que tornou a bateria um instrumento independente, libertando-o da sua praticamente exclusiva função de acompanhador de outros solistas, criando e desenvolvendo as suas capacidades de instrumento com uma voz individual, projectando nas suas actuações longos solos que resumiam todas as aquisições mais recentes da componente rítmica do Jazz, acrescentando-lhe outras fontes de influência, como a música afro-cubana e, em geral, a sonoridade e poli-rítmia características da grande percussão de origem africana.

Transformando os *Jazz Messengers* numa verdadeira «universidade do Jazz», pelo grupo de Blakey passaram ao longo dos anos (até à sua morte em 1990) inúmeros representantes de todas as gerações de músicos do jazz pós-60, entre os quais três dos quatro músicos norte-americanos que a Festa convidou para a edição deste ano: Benny Golson, Curtis Fuller e Eddie Henderson, formando o trio de «sopros» (sax-tenor, trombone e trompete) que constituía a «sonoridade da frente» típica dos «Messengers».

A estes três músicos vêm juntar-se o jovem baterista Greg Bandy, com eles viajando dos Estados Unidos expressamente para a Festa, e três revelações do cada vez mais activo jazz nacional (Pedro Moreira, Bernardo Moreira e Bernardo Sasseti), na formação de um septeto que, entre outros, vai certamente recordar muitos temas inesquecíveis do imortal repertório dos «Jazz Messengers».



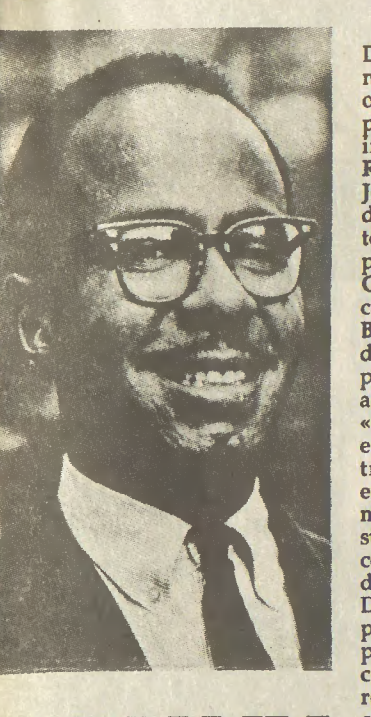
CURTIS Fuller
(trombonista, compositor)

Nasceu em Detroit, em 1934. A sua vida musical tem início com a incorporação no exército, onde toca na Orquestra das Forças Armadas dos EUA, ali conhecendo os irmãos Adderley e o pianista Junior Mance, tornando-se músico profissional após abandonar o serviço militar. Em finais dos anos 50, toca episodicamente com Miles Davis e forma um sexteto com o saxofonista John Coltrane com quem grava um importante álbum, «Blue Trane». Depois, é a vez das orquestras de Dizzy Gillespie e de James Moody. Liderando um novo sexteto, ainda com a colaboração de importantes músicos, como o pianista McCoy Tyner, dedica-se à escrita musical, como arranjador e compositor e, anos depois, entra para os «Jazz Messengers», de Art Blakey. Segue-se um período de pausa na actividade profissional de músico, que vem a retomar quando é contratado para o grupo *Jazz Giants* para uma *tournee* a alguns países da Europa, em homenagem a Charlie Parker, que incluiu Portugal em 1971 no primeiro grande Festival de Jazz de Cascais. A partir de 1974 é membro da orquestra de Count Basie, onde permanece até 1980, altura em que é um dos co-fundadores do ressurgido «Jazztet», com Benny Golson e Art Farmer.

EDDIE Henderson

(trombonista, compositor)

É o mais novo dos instrumentistas de sopro que nos visitam este ano, tendo nascido em 1940, em Nova Iorque. Médico diplomado pela Howard University Medical School, adquiriu as suas habilitações literárias na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Mas o interesse pela música vem já de alguns anos antes, tendo, entre 1949 e 1954, recebido lições particulares de música, com Louis Armstrong como seu primeiro mestre, e frequentando cursos musicais no Conservatório de Música de S. Francisco. Finalmente, entre 1970 e 1973, entra definitivamente na carreira profissional já como membro do sexteto do pianista Herbie Hancock. Em 1973, tal como aconteceu com os dois outros instrumentistas de sopro seus companheiros na Festa, entra para os «Jazz Messengers», de Art Blakey, e torna-se um dos trompetistas mais activos, tanto nas gravações de estúdio como em contratos em clubes de Jazz nos Estados Unidos.



BENNY Golson
(saxofonista-tenor, arranjador, compositor)

Nasceu em Filadélfia, em 1929. Depois de ter terminado os estudos na Universidade de Howard, iniciou a sua carreira musical como companheiro de John Coltrane, dos irmãos Jimmy e Percy Heath, de Red Garland ou de Philly Joe Jones, mas, a partir de 1951, é já um dos músicos empenhados no corrente *hard bop*. Depois de ter passado pela grande orquestra de Dizzy Gillespie, torna-se director musical dos «Jazz Messengers», de Art Blakey, grupo em que permaneceu durante alguns anos tendo participado em inúmeras gravações, como as célebres sessões realizadas no «Clube de St. Germain», em Paris, em 1958. Com a colaboração do trompetista Art Farmer, forma, então, o célebre «Jazztet» cuja primeira fase dura até 1962, tendo ressurgido mais tarde, na cena do Jazz, como um dos grupos com sonoridade própria e inconfundível. Dedicando-se, igualmente, à composição para o cinema e a televisão, passa uma fase prolongada da sua carreira ligado aos estúdios, mas regressa à actividade de *jazzman*, como solista e chefe de orquestra, a partir dos anos 80, sendo actualmente um dos músicos mais activos e requisitados da cena nova-iorquina. Ainda importante é a sua actividade de compositor, autor que é de belíssimos temas que se tornaram autênticos clássicos do jazz e em que se inclui essa verdadeira «assinatura musical» dos «Jazz Messengers» que é *Blues March*.



RESISTÊNCIA

O som acústico da «Resistência» abalou o mercado discográfico português desde o princípio do ano. As versões de temas já anteriormente gravados pelos «Delfins», «Xutos & Pontapés» ou «Heróis do Mar» revelaram a um público mais vasto aquilo que muitos jovens portugueses já haviam descoberto: a chamada música moderna portuguesa, para além de baterias e guitarras eléctricas mais ou menos agressivas, tinha boas canções! Houve quem descobrisse melodia onde antes só escutava ritmo, houve quem surpreendesse poemas onde antes só entendia palavras. O resultado não se fez esperar: semanas e semanas no top de vendas de discos em Portugal, milhares e milhares de álbuns vendidos.

Várias particularidades desta «Resistência» fazem da banda um elemento *contra a corrente* (e por isso mesmo *resistente*) em relação ao que até agora se tem passado no panorama da música popular no nosso país. A primeira será a reunião para um trabalho em conjunto e em termos de igualdade de participação no acto de produção de um disco, de diversos nomes de primeira linha da produção musical portuguesa. É um facto inédito na música portuguesa, por diversas razões, e que sucede pela primeira vez na área do *rock*, enquanto em países com grande riqueza de produção musical (como por exemplo os Estados Unidos, Grã-Bretanha ou o Brasil) tal acontece com regularidade e de forma quase sis-

temática em todas as áreas de expressão da música popular.

Outra particularidade desta «Resistência» tem a ver com a postura especial destes músicos neste projecto. Uma postura que transparece no disco e é visível nos vários *videoclips* dele retirados que a televisão portuguesa, por obrigação de um programa sobre as tabelas de vendas discográficas nacionais, foi passando ao longo do ano com alguma insistência: falamos, tão-somente, daquilo que parece ser a recuperação do acto de alegria proporcionado pela reunião de um grupo de amigos que se junta para fazer música. A marcação do ritmo pelas violas acústicas habitualmente usadas na *folk*, a espontanei-

dade dos solos e a forma como são introduzidos nas diversas canções, a *suavização* da secção rítmica, as harmonizações simples das diversas vozes masculinas, produzem um som que parece estar longe da habitual sofisticação dos estúdios de gravação, mas perto daquele que sai ou saiu das caves e garagens onde muitos grupos (inclusive os dos elementos da «Resistência») começam ou começaram as suas carreiras, nuns primeiros ensaios onde faltam instrumentos e aparelhagens, mas sobra empenhamento, participação e alegria. Empenho, participação e alegria que proporcionam um diálogo muito especial com o público que presencia os espectáculos da «Resistência».

SITIADOS



Já houve quem chamasse aos «Sitiados» os «Pogues à portuguesa». Passe o abuso da comparação, e para além da evidente semelhança de acordeão entre a banda portuguesa e a irlandesa, há algo que de facto pode aproximar os dois grupos: a energia quase atómica com que se apresentam (e explodem) em palco!

Um dos lançamentos do princípio do ano, numa vaga de novas bandas de música moderna portuguesa que têm vindo a surgir nos dois últimos anos, os «Sitiados» conseguem impor o tema «Esta Vida de Marinheiro», que mais não é do que uma paródia que espelha no disco aquilo que é evidente no palco: alegria contagiante! Mas há ambição no que esta banda produz: primeiro recriar e reinterpretar as habituais abordagens que ao longo dos anos têm sido feitas sobre a música tradicional portuguesa, depois conseguir a adesão do público à festa permanente que os membros da banda entendem que deve ser a música.

João Aguardela na voz, Sandra Filipe Baptista no acordeão, João Marques no baixo, Fernando Fonsaca na bateria e Jorge Cuco no bandolim são os membros do grupo, músicos que passaram por inúmeras bandas, conhecidas apenas de alguns, participaram em inúmeros concursos de Música Moderna (e inevitavelmente pelo do falecido Rock Rendez-Vous), fizeram inúmeras experiências tentando seguir o caminho de «ídolos» como os grupos da geração anterior, caso dos Xutos & Pontapés ou Rádio Macau.

Um caso de paixão, como diz a Sandra, autodefinindo-se e definindo o trabalho dos Sitiados: «Eu amo os Sitiados: a música, o palco e o público. Sitiados pela banda, pela confusão, ambiente... música por que é tradicional português; pela ironia e substileza das letras. Palco: para mim é... um orgasmo. Público: é ele que me faz chegar ao clímax!»

SÉRGIO GODINHO

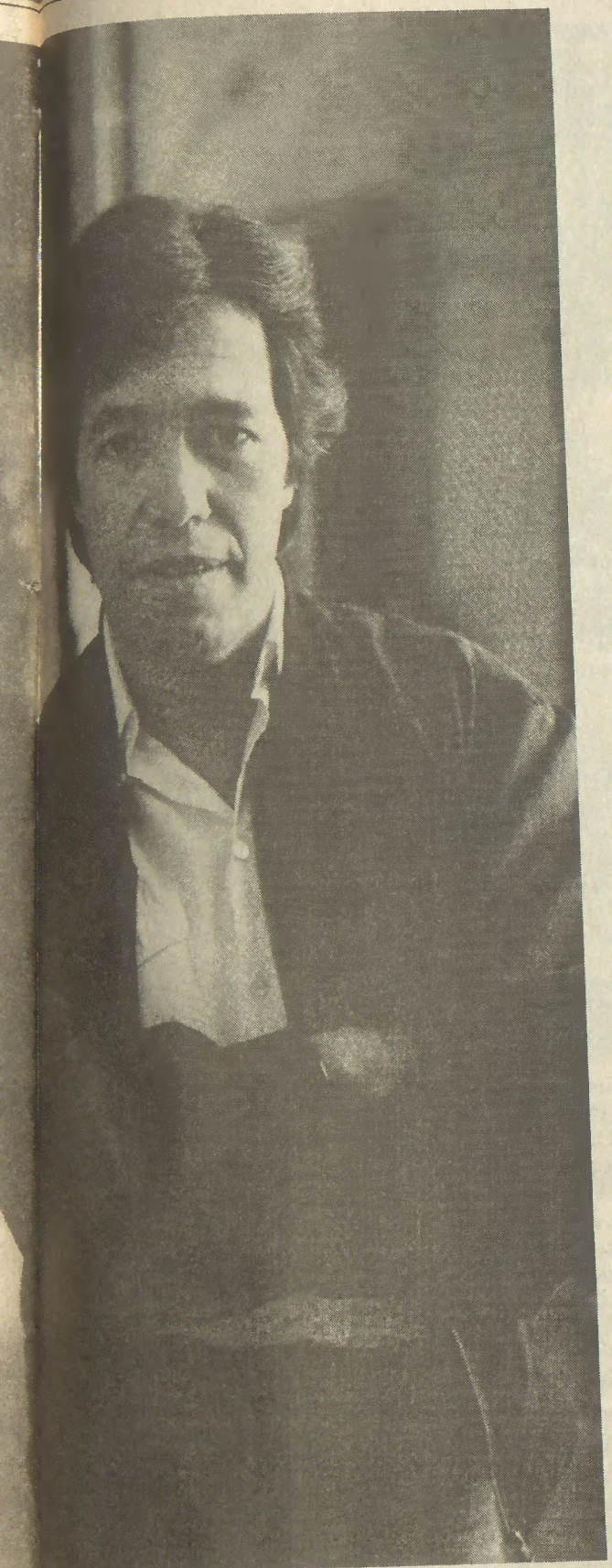
«As canções de Sérgio Godinho, estudante sem curso completo de direito, homem de 7 instrumentos, de vários países, cidadão de vários países, injustamente preso, pai de dois filhos, português com um percurso artístico ável ao de tantos portugueses do tempo, cosmopolistas e "retornados" ajudam-nos a viver num Portugal moderno e livre.»

São palavras de Arnaldo Sá, na introdução ao livro da Assírio e Alvim que reúne largas dezenas de canções da maioria das quais qualquer português reconhecerá à primeira nota. Há de amor, outras sarcásticas e outras de denúncia, muitas delas inéditas, mas todas elas servidas pela capacidade de construir o que efectivamente constrói uma canção: uma poesia que tem a ver com uma música e uma canção que tem a ver com um poema.

A música de Sérgio Godinho advém de uma experiência de talento repartido por áreas de todas as coisas, porém com um traço comum: o público.

Ao longo de uma carreira profissional de vinte e tantos anos, o





SÉRGIO Godinho

«Primeiro Dia» tem composto e cantado música, mas tem igualmente representado no teatro, no cinema e na televisão, tem escrito guiões, textos, encenado, realizado. Estas são diversas formas de chegar ao público, de com ele falar e a ele transmitir sentimentos e ideias, traduzem-se no cuidado posto das encenações dos seus espectáculos, na grande solidez da suas apresentações em palco, na constante abertura a sínteses que podem ir do recurso a um cenário à utilização pioneira de um novo instrumento nos arranjos musicais das suas canções.

Há já alguns anos que Sérgio Godinho não canta na Festa do «Avante!», tal como aliás em espectáculos de grandes audiências. Realização de filmes para a televisão, encenações e outros projectos levaram-no a optar por um cenário mais intimista, por espectáculos claramente destinados a pequenas audiências, privilegiando os acompanhamentos acústicos.

As comemorações em Lisboa do 25 de Abril deste ano assinalaram, porém, o regresso de Sérgio Godinho aos grandes palcos e às grandes audiências. Alguém diria certamente que o «bichinho» estava lá...

Com um espectáculo que preparou especialmente para a Festa, Sérgio Godinho regressa este ano.



JÚLIO Pereira

A presença de Júlio Pereira na Festa é já uma tradição, facto que nada tem de casual. Por um lado, Júlio Pereira é um músico cuja regularidade de trabalhos discográficos, numa cadência que atinge muitas vezes a edição de um álbum por ano, proporciona uma renovação contínua dos seus espectáculos. Por outro, a importância deste compositor na história da música popular do nosso país é maior quanto mais o tempo passa: a redescoberta e divulgação de novos instrumentos populares, o facto de ter sido um dos primeiros músicos populares portugueses a introduzir o computador de forma sistemática e coerente como instrumento de auxílio à composição e execução da sua música, a procura de linhas temáticas que atribuam unidade a cada um dos seus álbuns, o cuidado na preparação das apresentações «ao vivo», são algumas características que transformaram Júlio Pereira num caso único em Portugal.

Acresce que existe desde o final da década de 80 algum empobrecimento de edições de música que tenham por raiz a música tradicional portuguesa, o que perversamente acaba por aumentar a importância do trabalho de Júlio Pereira.

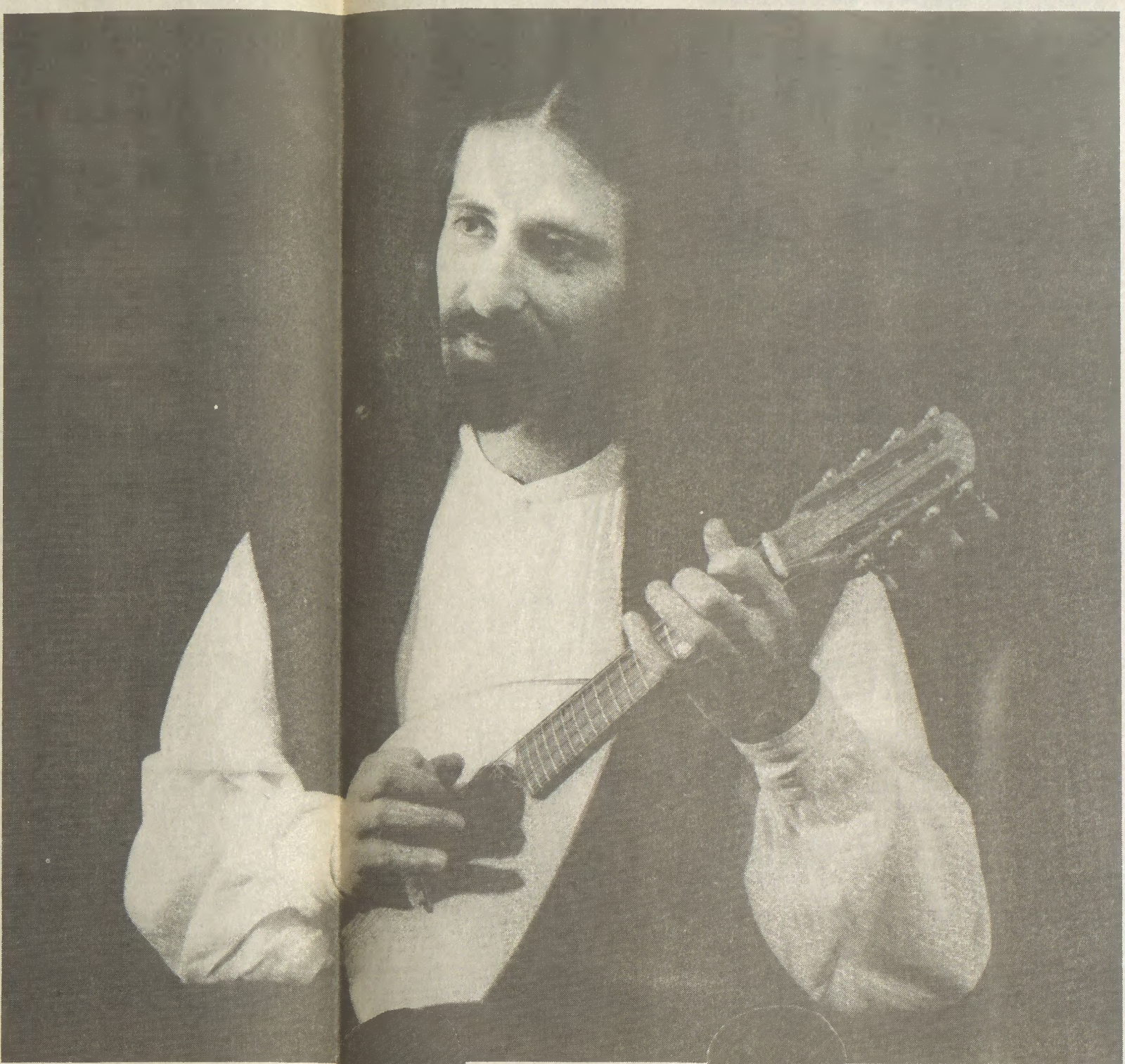
Este ano, mais uma vez, um novo instrumento serve de suporte para um novo trabalho discográfico de longa duração de Júlio Pereira: «O Meu Bandolim» é o título dessa edição.

«Se sairmos à sua procura, talvez tenhamos a sorte de ainda os encontrarmos nas mãos de alguns pedintes que, nas ruas de Lisboa e do Porto, nas esquinas ensolaradas ou abrigados nos corredores e gares de estações de metropolitano e dos comboios, esperam as moedas de apressados cidadãos». O texto de Domingos Morais, que serve de apresentação do álbum de Júlio Pereira, começa por nos dar conta da responsabilidade inconsciente que todos temos pela perda da memória das coisas que nos são comuns ou que há pouco faziam parte do nosso saber e modo de estar. Neste caso o bandolim, que já como ao cavaquinho ou à braguesa, Júlio Pereira não quer ver confinado ao estatuto de peça de museu para estudo de antropólogos, etnólogos e restritos curiosos, ou a adquirir a estranha qualidade, a um tempo encantatória mas distante e fria, que as peças antepassadas sempre parecem possuir.

Ainda por cima ouvimos o bandolim (ou o cavaquinho ou a braguesa) a soar uma música contagiante, suportada em ritmos de alegrias dançantes, compostas por um homem que não dança, como Júlio Pereira confessaria há alguns anos numa entrevista ao «Avante!».

Júlio Pereira surge este ano na Festa para apresentação do seu último trabalho, «O Meu Bandolim», depois de em anos anteriores ter apresentado pela primeira vez o seu álbum «O Cavaquinho» (quando do anúncio no «Avante!» da presença de Júlio Pereira a capa do disco ainda nem sequer estava pronta!), o mesmo sucedendo com «Braguesa» e «Cádoi».

O prazer de soar português, em Festa.



É a terceira vez que o grupo «Rádio Macau» actua no palco principal da Festa do «Avante!». Os autores de «O Anzol» ou de «O Elevador da Glória» apareceram pela primeira vez aos olhos do público da Festa pouco depois do sucesso do álbum «Spleen», que os faria passar de mais uma banda de culto para alguns, ao estatuto de grupo maior do panorama da música moderna portuguesa, a par de outros como os «Xutos & Pontapés» ou «Heróis do Mar», todos eles contemporâneos de uma «nova vaga» que sucederia ao chamado boom do rock português, depois do percurso efémero de inúmeras formações que surgiram no seguimento do estrondoso sucesso de Rui Veloso e o seu primeiro trabalho de originais, o «Ar de Rock».

Seguiu-se, em termos de apresentação na Festa, um aparecimento praticamente simultâneo ao lançamento daquela que é até agora a última edição da banda: «O Rapaz do Trapézio Voador». Foi há dois anos e o «Rádio Macau» mostrou a quem os viu um percurso que terá uma dezena de anos e onde as constantes serão a clareza de ideias, a ausência de equívocos na postura perante a música e a vida a que o tempo trataria de acrescentar uma natural

RÁDIO MACAU

evolução técnica, um profissionalismo que em nada desvirtua a espontaneidade com que a banda consegue apresentar-se perante seu público. É o saber ser genuíno sem fazer concessões ao mau gosto ou à irresponsabilidade.



Este ano, o «Rádio Macau» regressa à Atalaia, quase simultaneamente ao anúncio de lançamento de um novo trabalho de originais, de que se sabe desde já ter sido profundamente amadurecido e elaborado, talvez o de maior tempo de gestação na história do grupo, e que certamente constituirá o centro de gravidade em torno do qual se desenvolverá a actuação da banda na Festa.

Brigada Victor Jara

Já não é a primeira vez que a Brigada Victor Jara aparece na Festa do «Avante!» para um contacto com um público cuja grande parte encontra neste grupo um dos melhores e legítimos representantes de uma música que está enraizada na tradição musical portuguesa e aí encontra a sua legitimidade e razão de ser.

Os intérpretes de «Marcha dos Foliões», já contando mais de uma dezena de anos de carreira, seguiram um percurso difícil no meio musical português, onde em termos de edições discográficas e divulgação radiofónica, o espaço para a música tradicional portuguesa (abordada da forma que a Brigada entende que ela deve ser interpretada) tem vindo nos últimos anos a ser reduzido e tem encontrado cada vez maiores obstáculos.

No entanto, isso não impediu que as diversas formações da banda prosseguissem um persistente trabalho de recolha e interpretação de canções populares portuguesas, de grande parte das regiões do nosso país, do Minho aos Açores.

Por outro lado, a Brigada Victor Jara sempre procurou ir mais longe que a simples recolha e gravação de temas tradicionais do cancionero popular português, introduzindo temas originais e novas formas de interpretação que, não saindo da linha condutora do trabalho do grupo, dão mais espaço à criatividade de músicos, com oportunidade de experimentação de novos arranjos, maior liberdade de solos dos diversos instrumentos, procura de outras sonoridades.

A Brigada Victor Jara vai este ano à Atalaia numa altura em que se espera para breve um lançamento antológico da sua significativa produção discográfica e num ano em que o grupo esteve presente em diversos Festivais Folk internacionais, nomeadamente no Canadá.

Aliás, como em todas as músicas de raiz popular, é ao vivo que todo o poder comunicativo destas bandas se revela, já que o inevitável contágio com que estes ritmos e melodias se transmitem ao público, tem nos espectáculos o veículo ideal. Assim sucedeu várias vezes na Atalaia com a Brigada Victor Jara. Este ano o contágio repete-se.

As representações regionais do Partido trazem como sempre à Festa o país inteiro, na sua diversidade política e cultural. As organizações distritais do Continente, das Regionais Autónomas dos Açores e da Madeira, da emigração, das mulheres comunistas, dos reformados e dos deficientes, e, ainda dos Pioneiros estão na Festa a mostrar o que são e a propor ao visitante exposições, artesanato, gastronomia, iniciativas variadas.

De Norte a Sul e até às Ilhas, é o país todo que se mostra. Com novidades, sempre.

Braga, por exemplo, desta vez, para além da malguinha do verde e da grande variedade de petiscos, apresenta um stand com doces regionais, desde as clarinhas de Fão ao Toucinho do Céu. No outro extremo do Norte, Bragança traz os pratos habituais das feiras e romarias, acompanhados do bom vinho, e expõe fotografias com imagens da vida da região.

Do Porto, dizem os camaradas, não se passa. Fica-se. A ver a exposição sobre a realidade regional, a admirar e a comprar o artesanato variado dos concelhos do distrito, a apreciar — a lista é longa — os pratos saborosos, numa escolha difícil.

Passemos a Aveiro, que tem de tudo um pouco, como a sua paisagem. Com o castelo de Santa Maria da Feira a servir de referência e uma exposição sobre a história deste espaço. Leitão da Bairrada, enguias de escabeche são, entre outros, alguns dos aliciantes gastronómicos da região. Ainda nas Beiras, visitamos Viseu. Esta organização tem um dos melhores restaurantes, o Pátio Beirão, decorado com pormenores de Viseu, e onde, enquanto se provam as especialidades e o vinho do Dão, se podem ouvir as músicas da Beira Alta.

Em Leiria merecem especial relevo as exposições política e cultural. O Forno de Vidro, presença já tradicional a recordar o trabalho dos vidreiros da Marinha Grande, lá nos espera. Assim como o Forno de Pão de Leiria e a quermesse.

Em Lisboa, o café-concerto e o Palco de Lisboa são os dois grandes pólos do distrito da capital, para além da exposição que ocupa 100 m², dedicada à juventude, às comunidades africanas em Portugal, às lutas sociais e ao trabalho autárquico da CDU.

Uma vasta exposição, também com 100 m², é apresentada pela organização de Setúbal. O tema anda à volta do Tejo e do Sado, e da importância destes rios no desenvolvimento do distrito. A gastronomia variada — e já com tradições na Festa — reforça-se e inova-se com os restaurantes do Seixal, de Sines, de Setúbal e da Moita e, ainda, com a marisqueira de Sesimbra.

Passemos ao Alentejo. Portalegre privilegia o Poder Local na sua exposição. Artesanato, venda de produtos regionais, restaurante, quermesse, são outros tantos atractivos. Por seu lado, o distrito de Évora sublinha os 15 anos do Poder Local democrático, e também traz um restaurante, com ensopado de borrego, pão alentejano e vinho do Redondo. Vendas de produtos regionais e de artesanato, bar, cafetaria e quermesse completam a característica participação do distrito.

E estamos quase no extremo sul. Não esquecendo as outras organizações regionais cuja participação não deixará de trazer novidades, e a participação da emigração — com a fraternidade dos reencontros, dos reformados — com as suas

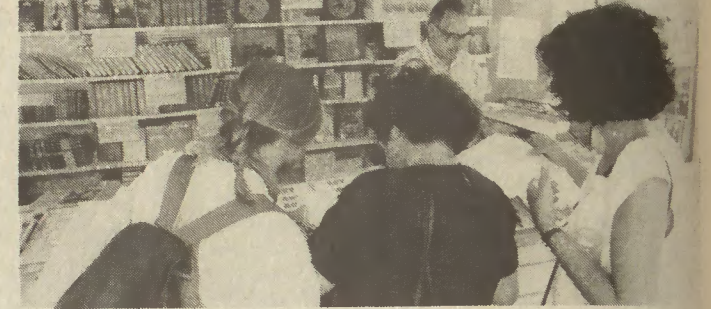
ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO

propostas de luta, dos deficientes — avançando com soluções e perspectivas, das mulheres comunistas — com os seus pontos de vista e a sua variada animação cultural, dos pioneiros — com as vivas actividades para as crianças.

Falemos por fim do Algarve, que mostrará a actividade do PCP na região na sua exposição política e que trará os petiscos e as bebidas, os mariscos, os doces e o artesanato.



CIDADE DO LIVRO E DO DISCO



Pela primeira vez, este ano, a «cidade do livro» e do disco tem um espaço reservado à exposição e venda de brinquedos. A par disso, o visitante irá encontrar, como habitualmente, um local privilegiado de divulgação e venda de livros e discos e de grande animação cultural. Junto com as

últimas novidades e os grandes êxitos editoriais da actualidade, funcionará uma grande zona de saldos, onde os preços são verdadeiramente convidativos. Por este pavilhão passarão ainda vários escritores para autografarem as suas obras à venda no centro.



A FESTA DA COMIDA

As comidas e as bebidas. O bom gosto degustado a preceito a partir duma oferta que abrange o essencial da gastronomia regional portuguesa e se completa com as originalidades vindas de fora, seduzindo o palato e despertando a licenciosidade do apetite. Falemos, pois, do que na Festa se pode consumir ao abrigo dessa também significativa arte, que é a de comer.

De Portugal, as comidas e os petiscos onde o vinho é rei, os cocktails e bebidas finas, os doces e os bolos, as sandes e o pão, as sopas tão nossas. Por partes, e sem enfiar logo à partida, digamos pois. De arroz, estamos conversados: oito maneiras-oito de o

combinar, de Norte a Sul do País, com pitéus criados em terra ou pescados no mar, mais açordas e o sortilégio do bacalhau, esse igualmente organizado no prato até ao infinito. Depois (e arbitrariamente é esta ordem de chamar para a mesa) temos as cabidelas e as cacholeiras, as caldeiradas e as chanfanas, os churrascos e as dobradas, as febras e as espetadas e as mil e uma maneiras como em Portugal se utiliza o feijão, quer dizer o porco, ou seja o pescado, mais gaspachos e leitões e outras tripas e rojões.

Petiscos? Alheiras, chouriços e queijos, pipis, mariscos e moelas, mais a infinita sabedoria, na Lusitânia acumulada, em lidar com absoluta

democracia gastronómica com todos os bichos da criação. Sempre com vinho, dos verdes aos generosos, brancos e tintos e muito mistério em pipas portuguesas acumuladas, com doces e bolos para os gulosos, e as infinitas maneiras de fazer e consumir pão. Isto só para dar uma ideia do que, de Portugal, na Festa se oferece. Mas não fica por aqui, porque também lá vão estar os mariscos e cocketeis de Cuba, um restaurante chinês para mais de 1000 pessoas, o sassade de Timor-Leste e, de Cabo Verde, a cachupa e o modjo, o midje e outros fabulosos nomes para ainda mais fabulosos petiscos. Bom apetite!

ARRAIAL NO PALCO E POR TODA A FESTA

Circo de manhã, baile à noite e folclore durante a tarde preenchem o programa do Palco Arraial.

As regiões dispõem ainda de palcos distribuídos pelas respectivas áreas dentro da Festa.

Pelo Palco Arraial vai passar, nestes três dias, o folclore do Ribatejo, das Beiras, da Estremadura e do Alentejo.

Em Lisboa há rock, folclore, música ligeira e popular - no palco, onde actua, entre

outros, Luísa Basto. Ainda há um café-concerto, com música ao vivo, debates e outras conversas. Setúbal tem um palco no Pátio dos Petiscos, com fado, marchas populares, música popular portuguesa e baile.

No Estrado da Esplanada da Juventude há circo, teatro e música. Em Viana do Castelo pode-se apreciar tocadores de cavaquinho e cantadores ao desafio, e em Aveiro o conjunto «Ionevadis». E isto não é tudo...



POLIDESPORTIVO VAI SER INAUGURADO NA FESTA



A inauguração de um polidesportivo ao ar livre constitui, este ano, um importante momento para o desporto na Festa, já que cria condições para a prática de um diversificado conjunto de modalidades, como o futebol de salão, a ginástica, o basquetebol, o andebol, jogos tradicionais, jogo do pau, luta greco-romana e judo. Ainda no recinto da Festa, ou nos espaços circundantes e na baía do

Seixal, decorrerão os torneios de damas, tiro com dardo, chinquilho, canoagem e atletismo.

O elevado nível desportivo atingido na Festa do «Avante!» levou a que várias federações integrassem nos seus calendários provas como a Corrida da Festa (na manhã de domingo, 6 de Setembro) o torneio de canoagem e a prova de ciclismo (a 30 de Agosto). Também o futebol

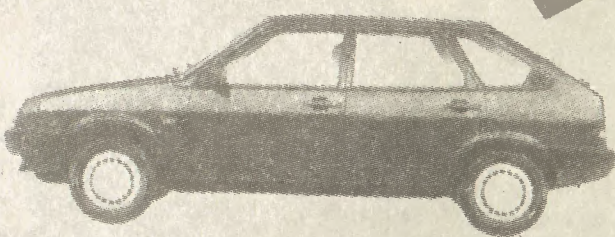
de salão, a ginástica e as damas têm o apoio das respectivas federações. Já a decorrer, no âmbito da promoção da Festa, estão várias provas de damas, xadrez, tiro com dardo, xinquilho, pesca desportiva e futebol de salão. Este último envolve já um universo de 159 equipas, em 8 torneios regionais, que se realizam em Setúbal, Guarda, Castelo Branco, Beja, Évora, Coimbra, Faro e Viseu.



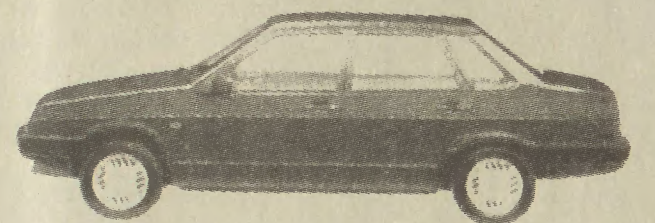
SODIMOTOR



Sociedade Distribuidora de Automóveis, S.A.
uma robustez de luxo!
um preço imbatível!



LADA - SAMARA



LADA - 3 VOLUMES

SEDE E SERV. ADM. - STAND: Almada - Rua Padre António Vieira, 6 - Telef. 274 00 39 - 274 00 23 - Fax: 274 00 30
 OFICINAS DE ASSISTÊNCIA E STAND: Lisboa - Rua dos Lusíadas, n.º 113, Telef. 362 15 51/2/5 - Fax: 362 15 52

O PAVILHÃO CENTRAL

Já lhe chamaram o grande Salão Nobre da Festa. Falamos do Pavilhão Central, um amplo espaço circular com cerca de 4000 m2 onde estarão presentes as posições e os debates do PCP, as exposições, a cultura e o convívio fraterno. Ir lá é conversar na primeira pessoa com o Partido Comunista Português. E fruir, numa zona particular, uma qualificada pausa de descanso e convívio, utilizando a Praça Central deste Pavilhão onde convergem o Café da Amizade e a Casa das Artes, com sombras, água, bancos, mesas e onde se desenrolam momentos de animação cultural.

Num espaço assim, coisas há que são nucleares. São as grandes Exposições. Este ano apresentam-se duas: "Os caminhos da alternativa no limiar do século XXI" e "Viver

melhor nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto". A primeira documenta alguns dos traços mais significativos da situação em Portugal e no mundo, no momento presente; a segunda enuncia a perspectiva histórica, os problemas actuais, a acção e os planos do Poder Local Democrático nas Áreas Metropolitanas das duas principais cidades do País e é completada com mostras fotográficas e encontros/conversas protagonizadas por personalidades com responsabilidades políticas e sociais.

A Imprensa do PCP tem ali lugar próprio, com exposições relativas ao "Avante!" e "Militante", bem como um pequeno auditório onde decorrerão diálogos com dirigentes do Partido sobre a história e a actualidade da imprensa



do PCP. Os debates são, naturalmente, matéria de relevo no Pavilhão Central da Festa. O Fórum acolhe-os, num privilégio geográfico adequado à importância dos problemas da actualidade que lá serão debatidos, cinco, mais

exactamente: "Áreas Metropolitanas - problemas e perspectivas"; "Maastricht: Que projecto para a Europa, que futuro para Portugal?"; "XIV Congresso do PCP - o Partido, os valores, o projecto"; "Portugal

democrático - património de Abril, as ameaças do presente e a resposta dos democratas"; "Direito à greve, direitos dos trabalhadores - as respostas dos trabalhadores à ofensiva do capital".

Horário da Festa

Sexta-feira
19.00 - 01.00 h.

Sábado
10.00 - 01.30 h.

Domingo
10.00 - 24.00

Abertura da Festa

Sexta-feira
19.00 h.

Intervenção de Carlos Carvalhas



TEATRO DE PORTAS ABERTAS

O teatro sempre ocupou uma programação destacada nas diversas edições da Festa contando sempre com um espaço próprio por onde têm passado os nomes mais prestigiados do teatro português. O «Avante!» proporciona o contacto de muitos com peças, dramaturgos, encenadores e actores que muitas vezes não têm possibilidade de ser vistos em outros locais. Um discurso próprio a este espaço foi entretanto ao longo dos anos alimentado: quem frequenta o «Avante!» é um público especialmente interessado e participante que proporciona a todos os que produzem as peças que podem ser vistas na Festa um conjunto de experiências extremamente recompensador para um esforço que muitas vezes é levado ao longo do ano com dificuldades que são conhecidas.

Este ano, na a programação do «Avante!» vão estar presentes o Centro Dramático de Évora, o CDIAG/Teatro da Malaposta, o Grupo de Teatro «O Semeador» de Portalegre, o Grupo Intervalo e o TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

CIDADE DA JUVENTUDE DAS PAIXÕES E DAS LUTAS

Bem perto do palco principal e recheada de bons enquadramentos para o convívio fica a Cidade de Juventude. É aqui que vão marcar encontro muitos dos jovens que este ano - uns pela primeira vez, outros já veteranos - ocuparão a Quinta da Atalaia para fazer e disfrutar a Festa mais jovem de Portugal. Em 1992, a Cidade da Juventude tem uma esplanada, um bar de hamburguers, jogos (de matraquilhos e outros), uma pista de skate, iniciativas de animação (teatro de rua, marionetas, etc.).

Espaço privilegiado para se fazer aquilo de que se gosta, a Cidade da Juventude vai albergar a 5ª edição do concurso-exposição de artes plásticas «Tomar a iniciativa» e a exposição-

venda de artesanato de jovens. «Si por Cuba» é o lema de uma iniciativa de apoio e solidariedade para com a

juventude da Ilha da Liberdade, vítima do bloqueio imperialista. As lutas, reivindicações e aspirações dos jovens

portugueses (em especial as que neste ano saltaram para as ruas de todo o País), tal como a actividade e as propostas da JCP, são

tema de exposições e debates. Para o resto, não faltará a imaginação, como ali se poderá ver...



CIDADE Internacional

A solidariedade internacionalista estará presente como sempre na Festa, onde contamos com a presença de numerosos partidos comunistas e outras forças democráticas e progressistas de todos os continentes. Aí se poderá tomar conhecimento e contacto com a situação, os problemas e a luta de povos da Europa, África, Ásia e América Latina, com realidades e situações tão diversas como as de Cuba ou Timor-Leste, China ou Peru, França, El Salvador, Palestina e muitas outras. Aí se poderão obter

artesanato e outras recordações nos diversos stands, saborear especialidades maubetas, chinesas, cabo-verdianas ou cubanas, nos respectivos restaurantes. Haverá na Cidade Internacional espaços próprios de solidariedade para a recolha de contribuições para a Campanha «Lei e Para Cuba» e para tomar posição relativamente à luta do povo de Timor-Leste pela liberdade e independência. Estão previstos debates sobre os temas: «A situação dos países da Europa

Central e de Leste» e «A nova ordem internacional, as desigualdades no mundo e a defesa do meio ambiente». Entre outros, realizar-se-ão Momentos de Solidariedade com Cuba, Timor-Leste, a OLP e o povo palestino. Das delegações internacionais que nesta data já confirmaram a sua vinda à Festa destacamos: Angola, Bolívia, Cabo Verde, China, Coreia, Cuba, El Salvador, Espanha, França, Grécia, Hungria, Itália, Irlanda, Líbano, Moçambique, Palestina, Peru, Sudão e Timor-Leste.

COMÍCIO

Domingo
17.00 h.

Intervenção de Álvaro Cunhal

Sumat®

SINAL VERDE PARA TI

ROCK português na Festa

Uma das polémicas que ciclicamente dá origem a escritas e opiniões na imprensa da especialidade é a de saber se, por um lado, há um rock português e, por outro, se é legítimo considerar o rock que se faz em Portugal como música portuguesa.

A polémica não é tão destituída de sentido como possa parecer à primeira vista, uma vez que, em última instância, se relaciona com a própria sobrevivência de formas e tendências musicais cujas características as afastam da sonoridade dominante vulgarizada pelo poderoso mercado anglo-americano e as suas hegemónicas editoras.

Não parece contudo correcto afirmar que a divulgação do rock um pouco por todo o planeta, numa relação frequentemente conflituosa com ricas tradições musicais nacionais, se deva exclusivamente (ou mesmo essencialmente) à «colonização» das editoras discográficas americanas e inglesas: esta «universalização» do rock seguramente que encontra raízes mais profundas no idêntico fenómeno de universalização das condições que o geram: as grandes concentrações urbanas, os processos de industrialização, os problemas de vivência juvenil nas cidades macrocefalas e nos seus subúrbios.

Naturalmente que nos arredores de Liverpool ou de Birmingham se fala inglês e em Almada ou no Seixal se fala português: mas é indispensável verificar quanto de semelhante existe na cidade portuária inglesa e no berço britânico da metalurgia em crise económica nos anos 60 e vendo nascer os Beatles e os Stones e a crise da construção naval e do tecido fabril da margem Sul, contemporânea no início da década de 80 do aparecimento dos primeiros grupos da vaga contemporânea do rock português.

Já diversas vezes lhe foi anunciado o fim, já várias vezes renasceu, num processo de instabilidade de formações que aliás caracteriza igualmente em todo o mundo uma música cuja contemporaneidade reflecte igualmente a mobilidade de gostos e modas que caracteriza as sociedades condicionadas pela televisão e pela comunicação.

Na Festa do «Avante!» ele sempre esteve presente, num convívio único com outras músicas cantadas em português. E também lá estará este ano!



RADIO MACAU

Sitiados

CHIEFTAINS
RUI
Velooso
TUBARÕES
Resistência
BOOGIE
BROTHERS
Sitiados
BIG BAND
DO HOT CLUBE

com
BENNY GOLSON
CURTIS FULLER
EDDIE
HENDERSON
GREG BANDY
SERGIO
GODINHO
Morais Moreira
RADIO MACAU
JÚLIO Pereira
ISSABARY
Vitorino
JANITA SALOMÉ
António Portugal

Homenagem a

Completam-se, em 1992, dez anos sobre o desaparecimento, com quarenta anos apenas, de Adriano Correia de Oliveira.

Em Julho de 1982, no Alto da Ajuda, Adriano faria, acompanhado pela guitarra de Paulo Vaz de Carvalho, uma das suas últimas apresentações em público. A noite de Sábado, 5 de Setembro, no Auditório «1º de Maio», será inteiramente preenchida com um espectáculo dedicado ao cantor da «Trova do Vento que Passa» com uma participação em tudo digna da importância que Adriano teve na música e na vida do seu País: Vitorino, Janita Salomé, Sérgio Mestre, Paulo Vaz de Carvalho, o grupo de guitarras de Coimbra de António Portugal e poemas ditos por Manuel Alegre.

Após o espectáculo no Auditório «1º de Maio», realizar-se-á ainda uma sessão no Café-Concerto do Sector Intelectual da Organização de Lisboa, também dedicada a Adriano Correia de Oliveira, que contará com a presença, além dos artistas já citados, de músicos e poetas que com ele trabalharam, nomeadamente, Manuel da Fonseca e José Niza.



na Festa 1981

ADRIANO Correia de Oliveira

Trouxe-nos o vinho do Douro, onde fez os seus olhos primeiro coração e, talvez os pássaros que ouvisse, uma razão cantante, início de viagem e caminho certo. Aprendeu trabalhos e coisas dos homens vivos, aqueles que são terra da terra que mourejam e amam e onde também dançam e morrem. De viola acordada desceu à Coimbra de 60 com seus farrapos e luars, onde a voz ganhava voz em pedaços de semente e águas claras, na súbita e quase irónica esperança juvenil, prima carnal das guitarras. Com um e outro e outro multidão e fez e Mondegos de ternura de destino caminheiro.

O canto ultrapassava o limite das casa e dos eventos, o metal crescia em sinais enormes no espaço nocturno de então e ainda. E porque irmão dos rios de Portugal, e porque cantador, caminheiro e comunista, Tejos e Tejos de muitas chuvas no canto levou aos cantos da velha pátria de um povo sublime e deserdado, um pouco de velhas sedes e sal dos mares.

Sabê-lo vivo e morto, sabê-lo irmão e camarada, mas sabemos sobretudo que agora e sempre em pleno inverno cantará Abril.

Lousã Henriques

Adriano Correia de Oliveira foi e é um dos grandes símbolos duma luta e duma geração. Uma geração marcada, que ao longo deste ano viu partir alguns dos seus. Ele foi o mais corajoso dos trovadores do seu tempo, o mais generoso, o que mais deu e que menos quis para si. Talvez por isso ele represente tanto para tantos nós. Talvez por isso a sua morte tenha vindo mostrar de maneira brutal o símbolo e o elo de ligação que ele era.

Talvez por isso, também, quando a sua voz se calou e a urna descia á terra, a sua trova tenha sido retomada por milhares de vozes que são uma só voz de um povo e de uma esperança. Porque, se Adriano Correia de Oliveira foi (não há que ocultá-lo nem esquecê-lo) um militante dedicado ao PCP, não me levarão a mal que diga que ele pertence a todos nós e que a sua voz e a sua obra são já parte integrante do património cultural do povo português.

Manuel Alegre

Cancioneiro gravado de Adriano Correia de Oliveira encontramos a mais íntima associação entre o amor, o companheirismo caloroso, a devoção pátria e a solidariedade com o povo explorado, a solidariedade com a mó de baixo da nossa sociedade de classes, essa mó de baixo que é sempre a mais consequente dinâmica em qualquer processo histórico. Nas suas melodias de amor, a linha do canto parece fácil mas apenas porque se desenlaça com naturalidade e viveza, poque nos agrada, porque nos fica ouvido, e nos parece cantar.

Oscar Lopes



PALCOS DA FESTA

Os espectáculos centrais da Festa decorrerão nos dois palcos habituais: o Palco «25 de Abril», ao ar livre, e o Auditório «1º de Maio», instalado numa tenda de circo com cerca de 60 metros de diâmetro.

Com uma boca de cena de 28 metros, uma profundidade de 12 metros e uma altura de 9 metros, o Palco «25 de Abril» é presentemente a maior estrutura cénica fixa existente em Portugal.

O equipamento sonoro que ali será instalado este ano terá uma potência de 70 000 Watts, incluindo uma delay tower instalado na torre frontal que assegura uma extensão em profundidade da propagação do som.

Dada a complexidade técnica de alguns dos grupos que actuarão em 1992 e o esforço de melhorar ainda o ritmo de mudanças de cena, o sistema de house front mixer a instalar este ano será o maior de sempre usado na Festa, compreendendo um conjunto de mesas de mistura que assegurará um total de cerca de 250 vias, permitindo montagens e substituições de maior rapidez.

A iluminação do palco conta com cerca de meio milhão de watts de luz, incluindo 24 Varilites, 6 follow spots e diverso outro equipamento. Como habitualmente, o palco disporá de back line fixo que inclui todos os instrumentos necessários.

O Auditório «1º de Maio» disporá de um PA de grande qualidade com 7500 watts de potência, um sistema de iluminação com 85 000 watts e um sistema de vídeo wall que apoiará cenograficamente as apresentações e disporá de uma programação autónoma de vídeos musicais e vídeo-arte.

